



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

HELOUISE MELO COSTA

Experiências de mundos comuns
Transformações socioambientais do Grupo de Mulheres
Decididas a Vencer

Rio de Janeiro

2021

Helouise Melo Costa

Experiências de mundos comuns
Transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como cumprimento de etapa para obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837 Costa, Helouise Melo.
Experiências de mundos comuns: transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer / Helouise Melo Costa. Rio de Janeiro, 2021.
124 f.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2021.

1. Mulheres do campo – Condições sociais. 2. Mulheres em cooperativas. 3. Ecologia política. I. Pinheiro, Marta de Araújo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 305.48



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

Às 16:00 hs do dia 23/11/2021, o(a) aluno(a) **HELOUISE MELO COSTA** (registro nº. 119001682), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Marta de Araújo Pinheiro, CPF nº. 628.752.727-72 (orientadora e presidente da banca), Samira Lima da Costa, CPF nº 017.646.317-81 e Celso Sánchez Pereira, CPF nº 021.829.437-90; membros suplentes: Mônica Machado Cardoso, CPF nº 933.770.707-10 e Catalina Revollo Pardo, CPF nº 060.275.617-00. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado “**Experiências de mundos comuns: transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer**” foi: (x) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a): Marta de Araujo Pinheiro

Samira Lima da Costa

Celso Sánchez Pereira

Aluno(a): Helouise Melo Costa

gov.br

Documento assinado digitalmente

Marta de Araujo Pinheiro
Data: 24/11/2021 12:57:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

gov.br

Documento assinado digitalmente

Marta de Araujo Pinheiro
Data: 26/11/2021 08:59:13-0300
Documento assinado digitalmente

gov.br

Marta de Araujo Pinheiro
Data: 26/11/2021 08:59:45-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

gov.br

Documento assinado digitalmente

Marta de Araujo Pinheiro
Data: 26/11/2021 09:00:18-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Observações: A dissertação foi indicada para publicação

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem 60 dias para entregar a versão final encadernada.

gov.br

Documento assinado digitalmente

Marta de Araujo Pinheiro
Data: 24/11/2021 12:58:40-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Data: 23 / 11 / 2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha orientadora querida, Marta Pinheiro, a quem tanto admiro, pelo cuidado e didática ao passar seu conhecimento em sala de aula, no grupo de pesquisa e nos vários momentos de orientação ao longo desses anos, e pela força e, ao mesmo tempo, paciência, por encarar, junto comigo, a tessitura desta pesquisa em meio a uma das maiores crises que o planeta já enfrentou (e ainda enfrenta), a pandemia de Covid-19.

Ao programa EICOS e a todos os professores e professoras que contribuíram, mesmo que indiretamente, a reflexões para a construção dessa pesquisa, e ao Ricardo, da secretaria, sempre atencioso e disposto a ajudar, desde as questões mais simples até as mais complexas.

Aos colegas e às colegas, especialmente, à Flávia Costa, pela parceria em sala de aula e fora dela, uma amiga que ganhei e que me ajudou a enfrentar e a continuar persistindo, mesmo diante das dificuldades e mudanças trazidas com a pandemia. Sou muito grata à aluna, também do EICOS, Regina Carmela, que, como representante discente, auxiliou muitos de nós com bons ouvidos, conselhos e ações.

Agradeço, também, à amiga Mariangela Nunes pelo acolhimento em reviravoltas da vida, e à outra grande amiga, Caroline Ribeiro, pela estadia e suporte em Mossoró. À minha mãe, Rossana Melo, pelo amor e apoio incondicionais, e à minha tia, Gianna Melo, pela inspiração e motivação acadêmica.

Agradecimento à banca, formada pela professora Samira Costa e pelo professor Celso Sanchez, que enriqueceram esta pesquisa com contribuições muito importantes desde a qualificação. Agradeço, também, à professora Mônica Machado, como suplente da banca de dissertação e com quem tive a oportunidade e a alegria de ser aluna ouvinte, assim como do professor Fred Tavares, a quem agradeço.

Por fim, a todas as integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, em especial, à Neneide Viana, pela paciência, interesse e afeto, uma mulher admirável, com uma história incrível de superação, e à Neguinha, também integrante do grupo, sempre muito carinhosa e atenciosa. Agradeço, também, ao Adriano, da Reque Xique-Xique, pelo apoio e suporte nos dias em que conheci o assentamento Mulunguzinho.

“Na caatinga, as plantas têm uma defesa muito forte. Elas ficam secas quando estamos no período de estiagem, soltando as folhas para não sugarem muita água do solo, como resistência. É uma forma de se protegerem quando fica tudo seco, parecendo que estão mortas, mas, na primeira neblina, elas vestem uma roupa nova, com novas folhas. Esse é um modo que a natureza tem de conviver com o semiárido. Essa é a resistência do semiárido”.

Neneide Viana – Liderança do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

RESUMO

MELO COSTA, Helouise. **Experiências de mundos comuns: Transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2021.

A presente dissertação busca compreender a relação entre mulheres e transformações socioambientais sob uma perspectiva transdisciplinar. Trata-se de um estudo de caso sobre práticas colaborativas promovidas pelo Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, coletivo localizado no Assentamento Mulunguzinho, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Procura-se identificar neste grupo o sentido e a prática do "comum" e suas consequências locais. Sobre o termo "comum", destaca-se que o conceito é explorado com objetivo de se entender de que maneira o grupo se compõe e se integra com uma rede interdisciplinar da qual fazem parte diversos atores. Além deste conceito, utiliza-se as referências de ecologia política feminista, a relação entre mulheres e práticas rurais e de lugar e território. Justifica-se a pesquisa na identificação de um cenário em que ações no campo liderados por mulheres trazem práticas de cooperação social baseadas na gestão compartilhada de recursos comuns. A metodologia inclui observação preliminar do campo, análise de documentos e imagens, e entrevistas online. O estudo pretende contribuir com o campo de pesquisas sobre modos de reconstrução socioambiental sob perspectiva de grupo de mulheres. Os resultados foram analisados com base em três categorias: "ser mulher" - que indica como as integrantes se veem como "sendo mulher" e de que forma essa construção comum se faz, transformando a relação entre elas e com o meio; "rede de dependências" - que aponta a constituição do grupo por meio da construção comum de que faz parte uma rede de dependências cooperativa que se interconecta; e "convivência com natureza e território", cuja relação também faz parte dessa rede de interdependências, com o grupo transformando e sendo transformado pelas peculiaridades da região do semiárido e do assentamento.

Palavras-chave: Mulheres; Comum; Território; Psicossociologia; Socioambiental

ABSTRACT

MELO COSTA, Helouise. **Common World Experiences: Social and Environmental Transformations of the Group of Women Decided to Win**. Rio de Janeiro, 2021. Dissertation (Masters in Psychosociology of Communities and Social Ecology) – Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2021.

This dissertation seeks to understand the relationship between women and socio-environmental transformations from a transdisciplinary perspective. This is a case study on collaborative practices promoted by the Group of Women Decided to Win, a collective located in the Mulunguzinho Settlement, in the city of Mossoró, Rio Grande do Norte. The aim is to identify in this group the meaning and practice of the "common" and its local consequences. About the term "common", it is highlighted that the concept is explored in order to understand how the group composes and integrates with a transdisciplinary network in which several actors are part. In addition to this concept, references from feminist political ecology, the relationship between women and rural practices and place and territory are used. The research is justified in identifying a scenario in which actions in the field led by women bring social cooperation practices based on shared management of common resources. The methodology includes preliminary field observation, document and image analysis, and online interviews. The study intends to contribute to the field of research on ways of socio-environmental reconstruction from the perspective of a women's group. The results were analyzed based on three categories: "being a woman" - which indicates how the members see themselves as "being a woman" and how this common construction takes place, transforming the relationship between them and with the environment; "network of dependencies" - which indicates the constitution of the group through the common construction of which a cooperative network of dependencies that interconnects is part; and "coexistence with nature and territory", whose relationship is also part of this network of interdependencies, with the group transforming and being transformed by the peculiarities of the semiarid region and the settlement.

Keywords: Women; Common; Territory; Psychosociology; Socioenvironmental

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Delimitação do Semiárido no RN	17
Figura 2-Mapa do RN, com destaque para a cidade de Mossoró	18
Figura 3 - Delimitação do Semiárido	62
Figura 4-Localização de Mossoró no mapa do RN	63
Figura 5-Neguinha e Neneide participando de feira com produtos do grupo em Brasília, em 2007	66
Figura 6-Imagem do "grupão"	67
Figura 7-Imagem de certificado recebido pelo grupo, que ganhou o primeiro lugar em competição com 33 cidades do mundo, e prêmio de 500 dólares, em 2003...67	67
Figura 8-Lulu, Neneide, Bibia, Neguinha e Maria (esquerda para a direita), grupo de produção das hortaliças	68
Figura 9-O grupo tinha acabado de fazer picles de cenoura e beterraba. Neneide está com o livro de ata, junto com Neguinha, Lulu, Bibia, Maria e Joana (esquerda para a direita)	70
Figura 10-Alguns produtos do grupo comercializados em feira.....	70
Figura 11-Produtos comercializados pelas mulheres, em feira	71
Figuras 12 e 13-Colheita de mel por integrantes do grupo	73
Figura 14-Reunião das integrantes do Gold.....	74
Figura 15-Reunião do grupo para entrega de equipamentos por meio de projeto da Fundação Banco do Brasil	75
Figura 16-Unidade de polpa no assentamento Mulunguzinho	76
Figura 17-Unidade de polpa vista sob outro ângulo	77
Figuras 18 e 19-Grupo trabalhando na Unidade de Polpa	77
Figura 20-Pico do Cabugi.....	79
Figura 21-Antiga sede da Rede Xique-Xique	80
Figura 22-Neneide na antiga sede da Rede Xique-Xique	80
Figuras 23 e 24-Imagens da estrada e uma das entradas do assentamento Mulunguzinho.....	82
Figuras 24 e 25-Exemplo de lote no assentamento e da paisagem sem folhas da caatinga.....	83

Figuras 26 e 27-Casa da mãe de Neneide e mulheres reunidas no terraço	84
Figuras 28 e 29-Neguinha aguando a horta e vista da casa dela	84
Figuras 30 e 31-A pesquisadora com roupa apropriada para conhecer as abelhas e as mulheres indo colocar água para elas	86
Figuras 32 e 33-Criação de galinhas da mãe da Neneide e de cabras no quintal da Maria	88
Figura 34-Parte das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer	88
Figuras 35 e 36-Ivoneide e a mãe, Maria, em seus quintais	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de Análise Preliminar.....	52
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1.1 ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA	21
1.2 COMUNS	27
1.3 MULHERES E PRÁTICAS RURAIS	34
1.4 LUGAR E TERRITÓRIO	40
CAPÍTULO 2 METODOLOGIA	44
2.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS QUALITATIVAS	46
2.1.1 Coleta de dados online	46
2.1.2 Histórias de vida, entrevistas e rodas de conversa	47
2.1.3 Entrevistas online	49
2.1.4 Documentos como fontes de pesquisa	50
2.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA	51
2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO	57
CAPÍTULO 3 RESULTADOS	59
3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO	59
3.1.1 Contextualização histórica da região	59
3.1.2 O município de Mossoró	61
3.1.3 O assentamento Mulunguzinho	63
3.2 HISTÓRIA DO GRUPO DE MULHERES DECIDIDAS A VENCER	65
3.2.1 Fases da produção do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer	69
3.2.2 Situação do grupo na pandemia de Covid-19	75
3.3 O PERCURSO NO PRÉ-CAMPO	78
3.3.1 As participantes das entrevistas	89
CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE RESULTADOS	93
4.1 SER MULHER	93
4.2 REDE DE DEPENDÊNCIAS	98
4.3 CONVIVÊNCIA COM NATUREZA E TERRITÓRIO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
Anexos	120

INTRODUÇÃO

A fome aumentou no mundo entre 2019 e 2020, superando o crescimento da população – no final do ano passado, em torno de 800 milhões de pessoas não tinham certeza se comeriam ao longo do dia -, de acordo com relatório intitulado “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2020”, publicado por cinco agências da ONU — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Unicef e Organização Mundial da Saúde (OMS) ¹.

Em 2020, o cenário de insegurança alimentar atingiu 10% dos habitantes do planeta, com metade deles vivendo na Ásia (418 milhões); mais de um terço (282 milhões) na África; e 60 milhões na América Latina e no Caribe. O aumento mais pronunciado foi registrado na África, onde 21% da população foi afetada.

As causas para o aumento da crise alimentar no mundo, de acordo com o estudo, se devem às consequências da pandemia da Covid-19, com aumento do desemprego e alterações na produção de alimentos, fazendo com que o preço dos produtos aumentasse 40%². Porém, este panorama já era preocupante antes da pandemia. Em 2019, cerca de 650 milhões de pessoas passavam fome no mundo³. Com relação à produção de alimentos, o relatório propõe seis caminhos para a mudança: implementar políticas de consolidação de paz e ajuda humanitária em zonas afetadas por conflitos; aumentar a resiliência climática nos sistemas alimentares; fortalecer a resiliência dos mais vulneráveis à adversidade econômica; intervir ao longo das cadeias de abastecimento para reduzir o custo de alimentos nutritivos; combater a pobreza e as desigualdades estruturais; e mudar hábitos de consumo para aqueles com impactos positivos na saúde humana e no meio ambiente.

As condições climáticas também são fatores determinantes para a produção de alimentos, pois temperaturas muito altas, desertificação, estresse hídrico e outros

¹ FAO. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2020**. JULHO 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em 23 out. 2021.

² MENDONÇA, Heloísa. **"Toda semana os produtos ficam mais caros e corto a lista": viver com o pior salário mínimo em 15 anos**. EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-13/toda-semana-os-produtos-ficam-mais-caros-e-corto-a-lista-viver-com-o-pior-salario-minimo-em-15-anos.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

³ FARIZA, Ignacio; MONTES, Rócio. **Impulsionada pelo Brasil, extrema pobreza na América Latina tem pior índice em dez anos**. EL PAÍS. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html. Acesso em: 23 out. 2021.

podem afetar negativamente a Segurança Alimentar e Nutricional da População, e, uma maneira de reverter esse quadro, é promover o acesso regular e permanente aos alimentos, tanto no que concerne à quantidade quanto à qualidade, seja na cidade ou no campo (BRASIL, 2016).

No meio rural, a valorização da agricultura familiar, com a implementação de sistemas alimentares sustentáveis - processos que envolvem, desde a produção, até o processamento, o transporte, o consumo e o descarte - pode ser um caminho para a promoção de segurança e soberania alimentar⁴. O incentivo de políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar se mostra ainda mais importante quando a monocultura de *commodities* para exportação avança no Brasil, colocando o país na vice-liderança mundial deste tipo de produção, com prejuízos aos recursos naturais, à biodiversidade e à saúde das pessoas, além de contribuir para a elevação das temperaturas globais⁵.

O relatório da FAO “The state of food and agriculture”⁶ apontou, em 2016, que a agricultura e o uso da terra, principalmente, da conversão da floresta em áreas de pasto e agricultura, contribuíram para, no mínimo, 20% das emissões de gases de efeito estufa. Já segundo o relatório do Observatório do Clima⁷, em 2019, o desmatamento na Amazônia e no Cerrado para a criação de novas áreas plantáveis somou 44% do total de emissões domésticas de gases, representando a maior parcela de contribuição para mudanças climáticas entre todos os setores econômicos do país. Dentro dessa lógica, há concentração de terras nas mãos de poucos produtores, especialmente de soja, milho e cana-de-açúcar, e a ocorrência de perda na qualidade do solo e redução da biodiversidade, além do uso cada vez maior de agrotóxicos, com prejuízos à saúde do agricultor e consumidor e ao meio ambiente⁸.

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **Sistemas alimentares sustentáveis são destaque em nova publicação da FAO**. ABRIL 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1398021/>. Acesso em: 23 out. 2021.

⁵ ALIMENTANDO POLÍTICAS. **Agricultura é o setor que mais impacta e é impactado pelas mudanças climáticas**. JULHO 2021. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/2021/07/agricultura-e-o-setor-que-mais-impacta-e-e-impactado-pelas-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 23 out. 2021.

⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **The state of food and agriculture**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6030e/i6030e.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

⁷ OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Análises das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas do Brasil - 1970 - 2018**. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2019/11/OC_SEEG_Relatorio_2019pdf.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

⁸ VASCONCELLOS, Jorge. **Intoxicação por agrotóxicos aumenta com liberação de produtos pelo governo**. CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em:

O contexto de mudanças climáticas também pode desencadear escassez de recursos, relação que, de acordo com dados das Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016), suscitam maior ocorrência de violência contra mulheres no meio rural. O empobrecimento causado por falta de água e problemas na colheita devido a alterações climáticas, obriga mulheres a andarem longas distâncias todos os dias para encontrar meios de subsistência. Apesar dessa situação, o estudo revela a importância da atuação feminina na produção alimentar doméstica: elas são responsáveis por 65% da produção na Ásia, por 75% na África Subsaariana e por 45% na América Latina.

Fator agravante desta conjuntura para as mulheres do campo é apontado no recente relatório "Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade", produzido pela Oxfam Brasil (2020), mostrando que as mais pobres trabalham cinco vezes mais que homens em zonas rurais no país, dedicando 14 horas por dia aos cuidados não remunerados, como buscar água, cortar lenha, cozinhar e cuidar das crianças e idosos, além de participarem do trabalho na roça.

Porém, esse cenário, sob o ponto de vista global, de acordo com o estudo, agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano em valor à economia, três vezes mais que o desempenho do setor de tecnologia, e não aparece em indicadores de progresso econômico ou nas agendas de políticas públicas. Somado a isso, devido a mudanças climáticas, os quadros de escassez de alimentos e água devem piorar até 2025 e afetar cerca de 2,4 bilhões de pessoas no mundo.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres do campo, o papel delas se mostra fundamental. A FAO reconhece que a contribuição destas mulheres é peça-chave para o desenvolvimento das sociedades, para a segurança alimentar e nutricional das populações e para a erradicação da fome no mundo e que, para aproveitar esse potencial, é preciso enfrentar as desigualdades de gênero como um todo e, especialmente, aquelas existentes no setor agrícola (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018).

No Brasil, as mulheres do campo são responsáveis por 45% da produção de alimentos, com cerca de 90% do lucro deste trabalho reinvestido na educação e no bem-estar da família (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018). Ainda segundo a FAO, quando as mulheres participam de processos de tomada de decisão e têm acesso à terra, a recursos financeiros e a programas de proteção social, essas transformações podem representar aumento de 30% na produção agrícola, com recursos naturais mais bem administrados e melhorias na nutrição familiar.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender de que forma mulheres do campo têm lidado com questões socioambientais, a partir da experiência de mundos comuns. Por meio dos relatos das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, o objetivo é analisar como estas mulheres têm traduzido e criado seus próprios modos de viver a partir da composição entre vários atores que têm influenciado a construção do coletivo ao longo de 25 anos de existência, e cujas vivências partem de um lugar específico, que é o Nordeste brasileiro, na área rural da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, no assentamento Mulunguzinho.

Ao retomar as vivências destas mulheres, suas histórias e memórias, alinhadas a estudos já realizados, esta pesquisa pretende contribuir para novas formulações de adaptação de territórios, podendo inspirar a elaboração de políticas públicas para outras realidades. As integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer formaram o coletivo em busca de alternativas de renda dentro do território. Isso se deu, ao longo do tempo, por conta, especialmente, de conhecimentos compartilhados por uma rede de organizações sobre práticas, inicialmente de produção orgânica, oficinas sobre direitos das mulheres, orientações para a implantação de poupança comunitária, formação de uma unidade de polpa e outras atividades. Para a realização da pesquisa, foram analisados trabalhos anteriores sobre o grupo com objetivo de traçar um panorama das abordagens teóricas feitas até então sobre o coletivo, como seguem, abaixo.

Entre as instituições citadas, está a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária que tem apoiado o grupo na venda dos seus produtos agroecológicos, tanto por meio de sua sede, localizada em Mossoró, quanto pela promoção de feiras livres em alguns dias da semana. Ao analisar a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, inspirada pela experiência do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer com esta instituição, Castro (2014) aponta que ela foi criada em 2004 pela necessidade de se criar espaços de comercialização de produtos agroecológicos cultivados por

agricultores e agricultoras da região. Em seu estudo, ela indica que a rede estaria organizada por meio de feiras agroecológicas, da agricultura familiar, da economia solidária e de loja de produtos em 12 núcleos municipais no Rio Grande do Norte, do qual participariam cerca de 60 grupos associados, com benefício direto a 600 produtores (as) e mais de 2.000 pessoas indiretamente.

Com objetivo de compreender a relação entre agroecologia, mulheres e economia solidária, Castro analisou a história de vida de agricultoras da Rede Xique-Xique, inclusive integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, utilizando as seguintes categorias em sua metodologia de pesquisa: história, família, trabalho e mulheres, e concluiu sobre a importância da auto organização para "dar voz" e servir como instrumento de reflexão sobre as histórias e anseios dessas mulheres, além da consolidação de ações comunicativas entre elas e outras organizações para que pudessem transformar sua realidade:

Se por um lado o trabalho associado tem um potencial emancipador na medida em que pode proporcionar a conciliação entre trabalhador e meios de produção, contribuindo com o processo de 'desmercantilização' e 'desalienação' do trabalho; por outro, a luta feminista e a auto organização produtiva podem contribuir na ampliação do conceito de trabalho, que passa a ser visto a partir do paradigma da sustentabilidade da vida humana, valorizando assim práticas de trabalho não mercantil, historicamente exercidas pelas mulheres" (CASTRO, 2014, p. 100).

O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer também foi analisado por Momo (2013), que pontuou que sua atividade de produção agroecológica seria uma forma de emancipação econômica e alternativa de geração de renda familiar, especialmente quando essa atuação é marcada por relações patriarcais, ou seja, pela centralização do poder e tomada de decisão dos homens sobre mulheres e filhos (as), e divisão sexual do trabalho, na qual caberia às mulheres o trabalho doméstico e de cuidado familiar. Momo afirma, ainda, que, quando as atividades no campo são desempenhadas por mulheres, estas seriam consideradas uma "ajuda".

Apesar desta e outras pesquisas relacionarem práticas de agroecologia e gênero, na visão de Siliprandi (2015) não existem aprofundamentos sobre essa problemática que expliquem como se expressam relações de poder no meio rural que determinem, por exemplo, o vínculo de parte destas mulheres aos meios de produção e recursos ambientais:

As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Para existir um 'vazio de análise' entre o micro focado pelas teorias

agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os 'camponeses', 'os indígenas', a 'agricultura familiar'), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura" (SILIPRANDI, 2015, p. 95).

Por sua vez, estudo sobre o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer realizado por Guedes e Martins (2011) revela que uma das motivações das integrantes do coletivo para a prática de agroecologia no assentamento seria a expectativa de se utilizar recursos próprios do local para a produção, com preservação do meio ambiente. Guedes (2013) também refletiu sobre este lugar, o assentamento Mulunguzinho, e a visão dos moradores sobre qualidade de vida no campo, em comparação à cidade, constatando que "(...) qualidade de vida não está relacionada somente ao local em que o sujeito habita, mas como ele possibilita condições de sobrevivência objetivas e subjetivas..." (p. 152).

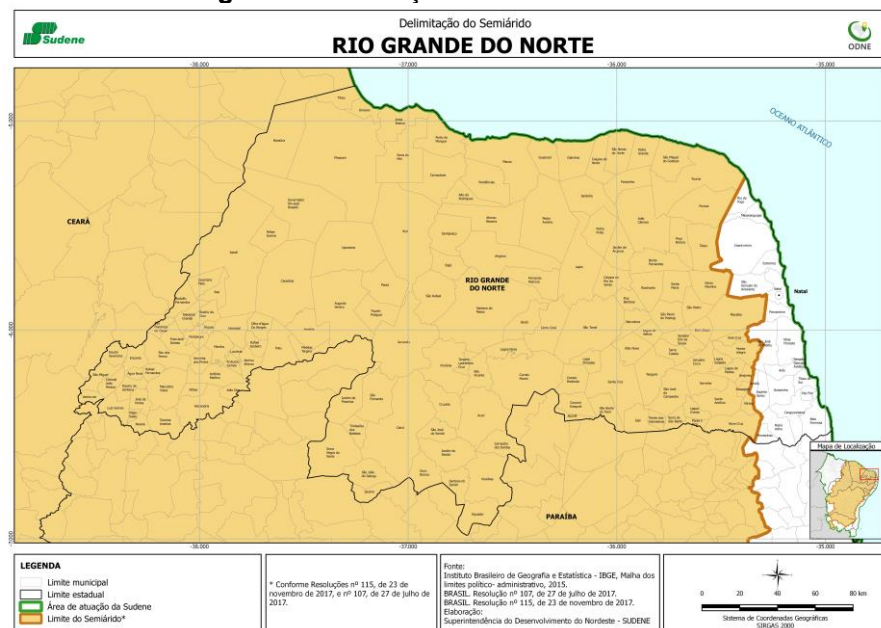
Com relação ao território em que as mulheres do grupo vivem e produzem, a pesquisa pretende contribuir com essa discussão, analisando o modo como essas mulheres se relacionam com este território, em Bioma Caatinga, considerado o principal e maior ecossistema da Região Nordeste, e em área de clima semiárido (MARACAJÁ, 2003). O estado do Rio Grande do Norte é composto por 167 municípios, com grande parte de sua área geográfica localizada no semiárido brasileiro (cerca de 90%). A ocupação dessa região se iniciou no período colonial, com a instalação de latifúndios e formação de oligarquias e sistemas de poder no oeste potiguar (CASTRO, 2014). Para se compreender melhor o surgimento de experiências em áreas rurais, como é o caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, foi feita uma análise de processos políticos do início da ocupação europeia no Nordeste.

A pesquisa justifica-se pelo entendimento sobre a importância de se revisitar essas experiências depois de um período para que se consiga entender o percurso traçado pelo grupo e as várias transformações pelas quais vêm passando, decorrentes de percalços, perturbações e influências externas. Também pela necessidade de se promover reflexões acadêmicas e novos questionamentos acerca da atuação protagonista das mulheres rurais, a partir de movimento comum de cooperação, que possibilitaria a expansão de novas condutas por meio do relacionamento com o território onde vivem e a natureza, por meio de abordagem psicossocial.

Meu interesse pelo tema teve início a partir das leituras propostas pela minha orientadora, Marta Pinheiro, sobre reconstrução socioambiental de grupos e seus modos peculiares de “ser e estar” no mundo e de transformar a si e ao meio a sua própria maneira. Como nordestina e tendo contato, a minha vida inteira, com a seca em suas mais variadas formas – nunca estudando um grupo especificamente, mas, pelas andanças que tenho feito ao longo da vida no sertão e, conseqüentemente, pelo contato que tenho tido com populações que vivem dentro desse contexto – me intrigou o fato de que alguns grupos têm permanecido nesses lugares, aparentemente, “sem perspectiva”, ao invés de “tentar a vida” em uma outra região do Brasil.

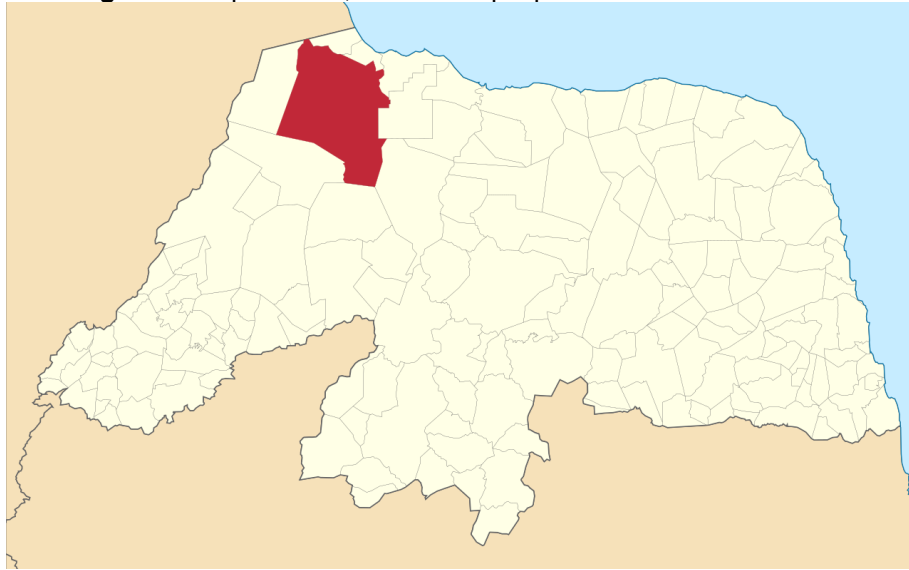
Ao pesquisar grupos no Nordeste, encontrei o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, composto por 10 integrantes, com atuação em um assentamento rural, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Todas vivem e produzem no próprio assentamento.

Figura 1: Delimitação do Semiárido no RN.



Fonte: Site Sudene: <https://www.gov.br/sudene/pt-br>. Acesso em: Ago 2021.

Figura 2: Mapa do RN, com destaque para a cidade de Mossoró.



Fonte: Wikipedia: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_Mossor%C3%B3.png. Acesso em: Ago 2021.

Essas reflexões fazem parte da perspectiva da linha de pesquisa “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade”, do Programa EICOS, da qual faço parte, inspirada na ótica da Psicossociologia e da Ecologia Social, por meio de estudos de processos grupais, buscando interpretar subjetividades e transformá-las, considerando dinâmicas locais e relações local-global, e, ainda, reconhecendo a crise civilizatória e a necessidade de construção de caminhos para enfrentá-la.

Do ponto de vista metodológico, a linha privilegia pesquisas qualitativas, análises de discursos, práticas de avaliação do ambiente e etnografia. Esta dissertação tem caráter qualitativo, com inspiração etnográfica, a partir do estudo de caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. Inicialmente, foi realizada uma visita de reconhecimento da região, em janeiro de 2020, onde tive acesso a documentos e imagens das integrantes do coletivo, que contribuíram para a descrição das experiências das mulheres. O objetivo inicial era retornar ao campo para a realização de entrevistas, porém, isso não foi possível por conta da pandemia da covid-19, então, a pesquisa foi continuada por meio de plataformas digitais.

Com relação à pandemia da covid-19, em 31 de dezembro de 2019, a China reportou, à Organização Mundial de Saúde (OMS), casos de uma grave pneumonia de origem desconhecida em Wuhan, na província de Hubei. Em janeiro de 2020, um novo coronavírus foi identificado como a causa dessa “pneumonia”, com relato da primeira morte decorrente da nova doença; autoridades sanitárias chinesas anunciaram que o novo vírus poderia ser transmitido entre humanos; a China registrou

um brusco aumento de novos casos; a cidade de Wuhan foi colocada em quarentena. Ainda em janeiro, o mundo recebia da OMS o alerta sobre o risco de um surto mais amplo, fora do epicentro inicial, e casos crescentes da nova doença eram registrados, não só na Ásia, mas também na Europa e na América do Norte⁹.

Em fevereiro de 2020, a OMS passou a utilizar oficialmente o termo Covid-19 para a síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo vírus, que também ganhou sua nomenclatura definitiva: Sars-CoV-2. Neste mesmo mês, o número de mortes pelo novo coronavírus ultrapassou 800 pessoas, com surtos descontrolados da doença em vários países. Em fevereiro, foi registrado o primeiro caso no Brasil, e a OMS aumentou de “elevado” para “muito elevado” o nível de ameaça global do novo coronavírus. O número de mortos no mundo já era de 3.000 pessoas em março. Em 11 de março, em função de níveis acelerados e crescentes de propagação e gravidade do vírus em diferentes países, a OMS decretou o surto como uma pandemia. Em maio, a Covid-19 tornou-se a maior causa mortis no Brasil, período em que a população brasileira encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais¹⁰.

No caso desta pesquisa, optou-se por entrevistas do tipo semiestruturada para fornecimento de dados, com objetivo de desenvolver e compreender experiências e motivações do grupo, além de abordagem de histórias de vida, enquanto técnica de captação de informações, contadas do ponto de vista das integrantes. Foram escolhidas seis integrantes do grupo para as entrevistas, cujo critério foi que participassem, pelo menos, as duas integrantes mais antigas – a fundadora, Francisca Lourdes da Silva (Neguinha), e a liderança atual, Francisca Eliane de Lima (Neneide). As demais, Ivoneide Alves da Silva, Maria José da Silva Alves e Nara Rafaelle de Lima Viana, foram as únicas que se interessaram em participar quando foi perguntado no momento em que foi realizada a roda de conversa online com as integrantes.

Após a realização das entrevistas, foram feitas as transcrições e as análises dos dados. Em um segundo momento, foram escolhidas categorias dos dados empíricos e teóricos: (1) Ser mulher; (2) Rede de dependências; (3) Convivência com natureza e território; e organizada seleção de trechos considerados relevantes para a pesquisa.

⁹ <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html> Acesso em: 06 dez. 2021.

¹⁰ <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/> Acesso em: 06 dez. 2021.

Para a dissertação, foi utilizado método de análise de conteúdo dos trechos a partir da sua distribuição nestas categorias.

Para melhor compreensão do referencial a partir do qual o estudo foi desenvolvido, é relevante trazer o conceito de ecologia política feminista, no primeiro capítulo, que pauta debates sobre questões femininas relacionadas a trabalho reprodutivo e ao cuidado e, no caso da pesquisa, questões relacionadas a relações de poder no campo e sua influência nas práticas das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

No segundo capítulo será abordado o conceito de comum, ou *commoning*, enquanto elemento que evidencia a composição e integração de diversas ações que fazem parte de uma rede composta por vários atores. O objetivo é levantar como ocorrem experiências de construção de mundos “comuns” pelas integrantes do coletivo.

Como o foco do estudo são práticas de mulheres do campo, será explorado esse tema, conceitualmente, no terceiro capítulo. Foi escolhido o foco em mulheres ao invés de se trazer o conceito de gênero porque não foi observado no campo discussão sobre esse tipo de estrutura, mas, sim, de que forma as mulheres do grupo vêm transformando suas práticas ao longo do tempo e de que forma isto tem produzido novos sentidos em suas vidas e nas relações sociais construídas por elas.

No quarto e último capítulo está sendo trazido o conceito de lugar e território à pesquisa, por essas práticas estarem situadas em uma região específica, o semiárido nordestino, com todas as características socioambientais que lhe são peculiares.

CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA

A crise ambiental irrompeu na história contemporânea, entre as décadas de 1960 e 1970, como expressão de crise civilizatória, cujos efeitos têm sido datados desde então. Entre eles, podemos citar o aumento da poluição do ar que, em 2020, tem sido responsável por 1 a cada 4 mortes prematuras no mundo, o aumento das temperaturas, que tem causado ondas de calor com prejuízos à agricultura e elevação no número de mortes, além da disseminação de novas doenças pelo mundo¹¹.

Além disso, embora mudanças no clima afetem a todos de modo global, isso acontece de maneira diferente entre alguns grupos e indivíduos, de acordo com relatório da Anistia Internacional¹². Segundo o estudo, os mais afetados seriam aqueles que já sofrem com formas interseccionais de discriminação ou que sejam marginalizados por conta de “desigualdades estruturais, práticas arraigadas ou políticas oficiais que distribuem injustamente recursos, poder e privilégios” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021, p.5). O estudo cita como exemplo as mulheres que costumam ser confinadas a papéis e a empregos que as tornam mais dependentes dos recursos naturais e, portanto, mais expostas aos impactos climáticos: “Por enfrentarem barreiras no acesso a recursos financeiros e técnicos, ou por serem privadas da propriedade da terra, elas acabam sendo menos capazes de se adaptar às mudanças climáticas” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021, p. 5).

Também há evidências de que estamos vivendo a sexta extinção em massa na história da vida da terra, sendo esta a primeira que aconteceria em tempo histórico, ou seja, dentro de escala temporal humana de dezenas ou centenas de anos, causada por uma única espécie. Atualmente, a taxa de extinção de espécies é mil vezes maior

¹¹ AGUILERA, Luciana. **Lições climáticas da pandemia: a Economia não está preparada para a crise ambiental**. MODEFICA. Disponível em: <https://www.modefica.com.br/licoes-climaticas-da-pandemia-a-economia-nao-esta-preparada-para-a-crise-ambiental/>. Acesso em: 10 set. 2021.

¹² ANISTIA INTERNACIONAL. **Parem de queimar nossos direitos! O que os governos e as empresas devem fazer para proteger a humanidade diante da crise do clima**. JUNHO 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/parem-de-queimar-nossos-direitos-baixenosso-relatorio-sobre-mudancas-climaticas-e-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 10 set. 2021.

do que em eras pré-humanas e projeções apontam para uma taxa 10 vezes maior do que a atual até o final do século XXI¹³.

Para Leff (2015), diante desses e outros desafios provocados por essas crises, surge a necessidade de se construir um mundo mais sustentável. Com relação à ideia de sustentabilidade, este autor aponta como sendo pautada por práticas produtivas e comportamentos sociais que não degradam a vida, sendo possível por meio de questionamentos acerca dos modos de pensamento e paradigmas científicos atuais.

A Ecologia Política se propõe a "reescrever a história da região, em diferentes dimensões, a partir da reconstrução das relações entre sociedades, culturas e naturezas" (ALIMONDA; PÉREZ; MARTÍN, 2017, p. 13). Com relação aos conflitos, alguns deles se devem por conta da extração de recursos naturais de territórios. Porém, não é apenas o extrativismo, por si próprio, o causador de crise ambiental e humana pela qual vive o mundo e cujas consequências são levantadas pela ecologia política, até porque os povos originários sempre tiveram que extrair da natureza seu meio de vida. De acordo com Santiago & Porto-Golçalves, o extrativismo destrutivo que leva a uma exploração e extração da natureza em novas e intensivas escalas seria decorrente do " (...) produtivismo capitalista, do permanente aumento da produção, e suas técnicas que buscam cada vez mais eficiência no aceleração da produção e do consumo" (SANTIAGO; PORTO-GOLÇALVES in ALIMONDA; PÉREZ; MARTÍN, 2017, p. 181).

Ainda de acordo com estes autores, dois princípios modernos são constitutivos da voracidade do produtivismo capitalista explorador da natureza: a separação entre sociedade e natureza e a dessacralização da natureza e dos territórios. No primeiro caso, há uma ideia hierarquizada do ser humano enquanto sujeito e da natureza enquanto objeto para satisfazer os desejos deste ser humano. No segundo caso, com o advento do sistema capitalista colonial moderno, houve uma desterritorialização dos espaços de vida e dos saberes-fazeres de homens e mulheres, e todo o conhecimento tradicional que enxerga elementos naturais como sagrados. "Assim, com a natureza dessacralizada, como objeto, o sujeito homem, que está fora da natureza, pode efetuar sua dominação tranquila e legitimamente" (SANTIAGO; PORTO-GOLÇALVES in ALIMONDA; PÉREZ; MARTÍN, 2017, p. 186).

¹³ BARDI, Carol. **Lições climáticas na pandemia: frente ao colapso, decrescimento econômico deve virar debate**. MODEFICA. Disponível em: https://www.modifica.com.br/licoes-climaticas-da-pandemia-decrescimento/#.YXM_2BrMLIV. Acesso em: 10 set. 2021.

Voltando à noção de crise civilizatória, para Araóz é importante reconhecer que, antes deste ser um conceito científico, a crise seria um enunciado político dos povos originários. Segundo ele, antes que o mundo acadêmico começasse a pensar como tal, a questão da insustentabilidade da civilização chamada moderna, aparece primeiro como uma constatação emergente da própria história dos povos e grupos sociais que sofreram a violência colonial do capital, numa conexão, segundo ele, entre capitalismo, colonialismo, patriarcado e depredação imperialista da natureza:

Para as culturas pré-existentes, a ideia de crise civilizatória enuncia a inviabilidade manifesta de uma in(civilização) que nasceu do genocídio/epistemicídio; uma civilização que construiu toda a sua institucionalidade como efeito e resultado de práticas eco-genocidas, e que, com base nelas, se expandiu, se internacionalizou, se detém e se impõe como modo de vida pretendido único/superior (ARAÓZ in ALIMONDA; PÉREZ; MARTÍN, 2017, p. 198).

Em uma tentativa de se voltar a “ouvir essas vozes” antes esquecidas por conta do epistemicídio¹⁴ de grupos, a ecologia política fomenta uma espécie de “desconstrução de teorias” para se compreender melhor relações entre natureza e cultura, considerando causas epistemológicas da crise ambiental que contribuem para a degradação do planeta e insustentabilidade da vida:

Teoria econômica que guia decisões econômicas; teoria evolutiva que normaliza um comportamento 'adaptativo' humano. Também procura compreender processos sociais que afetam, condicionam, determinam e desencadeiam o metabolismo dos ecossistemas e as mudanças globais" (LEFF, 2015, p. 64).

Além de nova disciplina ou campo epistêmico e interdisciplinar, a ecologia política adquire objetivo estratégico e prospectivo para a construção de um futuro sustentável e outros mundos possíveis, entendendo a transição para esta realidade como “(...) processo de desconstrução da racionalidade moderna e construir, em seu lugar, uma racionalidade ambiental na confluência da diversidade cultural e complexidade ambiental” (LEFF, 2015, p.70).

Se a ecologia política busca entender algumas das questões mais importantes da nossa época, como pobreza, justiça social, neoliberalização da natureza, políticas de degradação ambiental, de modo mais geral, em que sentido poderia ser acrescentada uma dimensão de gênero a esses pontos, uma vez que há a existência

¹⁴ Conceito desenvolvido pelo autor Boaventura de Sousa Santos, que significa a supressão de conhecimentos locais por um conhecimento "alienígena", dominante, moderno, cristão, ocidental, colonial e capitalista, que, colocando-se como universal, pretende-se marginalizar outras epistemologias, que o autor chama de "epistemologias do sul" (SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. In: Epistemologias do Sul. 2010. p. 637-637).

de práticas lideradas por mulheres do campo, com potencial para serem alternativa ao modelo capitalista neoliberal?

Na visão de Ojeda, a ecologia política estuda o modo como relações de poder dão forma ao uso, acesso e controle dos recursos naturais, conceitualizando fenômenos ambientais como simultaneamente políticos, dentro dessa relação entre sociedade e meio ambiente. Para ela, a introdução da dimensão de gênero a essas questões veio a partir da publicação de "Ecologia política feminista: problemas globais e experiências locais", de 1996, que analisa como homens e mulheres vivem e experimentam formas diferentes de se relacionarem com o meio ambiente:

Com o objetivo principal de explorar a constituição de sujeitos e suas interações com a natureza a partir de uma perspectiva de gênero, o livro apresenta uma série de estudos de caso que mostram como o conhecimento, os direitos e as responsabilidades ambientais e a política dos recursos, incluindo as mobilizações políticas, estão profundamente marcadas por relações de gênero. (OJEDA, 2011, p. 69).

Com relação ao tema de acesso à terra pelas mulheres rurais, de acordo com Korol (2016), não se trata apenas de uma questão econômica, mas também ligada à concepção da vida, uma vez que esse acesso é um "(...) fator fundamental para a própria soberania das mulheres e um elemento econômico que possibilita o direito a decidirem com autonomia sobre suas vidas. Também é essencial para a subsistência da humanidade, para garantir a soberania alimentar e o cuidado da natureza" (1995, p. 118). Com relação à agricultura camponesa, é inegável a participação de estabelecimentos rurais familiares no Brasil na produção de alimentos.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (KOROL, 2016), existem 4.139.369 deles, correspondendo à produção de mais de 70% dos alimentos consumidos internamente no país. Quando trazemos esta dimensão para os países do sul global, em que o Brasil está incluído, dados da FAO mostram que até 80% da produção de alimentos recaem sobre as mulheres, principais responsáveis pelo cultivo básico de arroz, trigo e milho. Mas, apesar disso, esse trabalho é invisível, pois é relacionado, normalmente, a uma extensão das tarefas de reprodução biológica e da força de trabalho:

A invisibilização do trabalho das mulheres camponesas, que se baseia na naturalização da divisão sexual do trabalho, favorece que ele não seja recompensado economicamente, e contribui para a consolidação de diferenças entre homens e mulheres no acesso a propriedade da terra, aos créditos, à formação técnica. Há um modo sistemático de desvalorizar a contribuição das mulheres gerado pela ordem patriarcal, que é funcional às políticas de reprodução ampliada do capital, acumulação por espoliação, de sobre-exploração da força de trabalho, em processos de geração máxima de

lucros para as oligarquias locais e para os proprietários de as terras (KOROL, 2016, p. 92).

Ross (1997) relaciona a convergência de interesses de pesquisas em meio ambiente, gênero e desenvolvimento também por conta das condições em que essas questões têm surgido, de rápida reestruturação de economias, ecologias, culturas e políticas de níveis globais para locais, e que isso tem afetado homens e mulheres de maneiras diferentes, mas que não estão enraizados biologicamente:

Sugerimos que existem diferenças de gênero reais, não imaginadas, nas experiências, responsabilidades e interesses na 'natureza' e nos ambientes, mas que essas diferenças não estão enraizadas na biologia por si. Em vez disso, elas derivam da interpretação social da biologia e das construções sociais de gênero, que variam por cultura, classe, raça e lugar e estão sujeitos a mudança individual e social (ROSS, 1997, p. 3).

Em suas pesquisas, estas autoras trouxeram estudos de caso em vários países para entender e interpretar experiências locais no contexto de processos globais de mudança ambiental e econômica, e que trouxeram alguns temas a serem analisados:

A questão das mulheres, refletida em uma emergente ciência da sobrevivência que envolve a criação, a manutenção e a proteção de ambientes saudáveis em casa, no trabalho e em ecossistemas regionais; direitos ambientais de gênero e responsabilidades, incluindo propriedade, recursos, espaço e todas as variações de direitos legais e consuetudinários e política ambiental e ativismo popular de gênero, que surge com o aumento no envolvimento das mulheres em lutas coletivas sobre recursos naturais e questões ambientais e que têm contribuindo para uma redefinição de suas identidades, do significado de gênero, e da natureza dos problemas ambientais" (ROSS, 1997, p. 4).

Já na visão de Elmhirst (2011), que pesquisa desenvolvimento e ativismo ambiental no Sul global, a ecologia política feminista relacionaria objetivos, estratégias e práticas de gênero a essas temáticas, sendo "(...) um campo de pesquisa e práxis que oferece diferentes abordagens teóricas sobre as relações sociais de poder associadas à natureza, cultura e economia, com um compromisso com epistemologias, métodos e valores feministas" (ELMHIRST; HIDALGO, 2017, p. 52).

De acordo com Elmhirst e Hidalgo, a Ecologia Política Feminista busca estudos e práticas que têm como foco empoderar e promover transformações sociais e ecológicas para mulheres, trazendo debates sobre desapropriação, acesso a recursos e seu controle em contextos globais do Sul.

Ao relacionar a ecologia política feminista com dinâmicas de gênero e acesso a recursos, as autoras trazem a prática do sistema capitalista enquanto processo que transforma e produz a natureza, num cruzamento com hierarquias de gênero em diferentes escalas: "(...) se considera que os padrões de privatização e

comercialização têm importantes efeitos de gênero" (ELMHIRST; HIDALGO, 2017, p. 54). Ainda dentro dessa linha de estudos, a autora traz reflexões sobre impactos específicos de gênero nas mudanças climáticas "(...) e suas implicações nos conhecimentos, políticas e práticas relacionados com a adaptação a essas mudanças" (2017, p. 54). Isso acontece, segundo elas, porque homens e mulheres possuem interesses diferentes ao se relacionarem com o meio ambiente e os recursos naturais, por conta dos diferentes papéis, responsabilidades e conhecimentos pela divisão do trabalho em suas casas e nas famílias:

A ecologia política feminista fornece ferramentas conceituais necessárias para revelar dinâmicas de poder deste tipo dentro de casa. Ao problematizar a suposta divisão entre as esferas pública e privada, estudos mostram como os discursos e práticas de gênero associados às políticas nacionais e internacionais se infiltram na esfera reprodutiva (ELMHIRST e HIDALGO, 2017, p.55).

Para Clement (2019), apesar de a questão de gênero ser importante este não é o ponto final da crítica e análise da ecologia política feminista, mas apenas um eixo de observação, uma vez que "(...) gênero não é uma identidade fixa e estável, mas um processo através do qual subjetividades são constituídas e realizadas por meio de discurso e práticas cotidianas" (CLEMENT et al., 2019, p. 3), experiências, responsabilidades e interesses em "natureza" e "ambientes" que variam de acordo com sistemas socioeconômicos e culturais como gênero, classe, raça, cultura e lugar, sujeitos a mudanças individuais e sociais.

Com isso, relações de poder operam não apenas entre os gêneros, mas nas interseções ou sobreposições deles com esses outros sistemas, moldando, assim, estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, a ecologia política feminista permite uma compreensão mais profunda de como o poder perpetua a desigualdade, tornando visíveis as opressões existentes e identificando novas práticas potencialmente transformadoras (CLEMENT, 2019).

Outra questão envolvendo gênero e ecologia política feminista, abordada por esta autora, é a mudança climática, para ela, assunto chave da "ação coletiva multiescalar contemporânea": "A ecologia política feminista ajuda a chamar a atenção para a centralidade da dimensão de poder de gênero, diferença e divisão nos discursos sobre mudanças climáticas e meio ambiente, principalmente em arenas fora da comunidade" (CLEMENT et al., 2019, p. 3). Para ela, a ecologia política feminista se refere a relações de poder de gênero que não são expressadas apenas em relações opressivas e hierárquicas verticais, mas conexões horizontais que acabam

sendo corporificadas emocionalmente entre humanos e meio ambiente. Assim, estas relações de poder são relacionadas com a ecologia política feminista "(...) enquanto processos históricos mutáveis e complexos, que estão moldando as instituições econômicas, sociais e culturais e que contribuem para decisões sociais, políticas e econômicas" (CLEMENT et al., 2019, p. 4).

Outra autora que discute a ecologia política feminista é a Christa Wichterich, numa perspectiva de análise de gênero como uma categoria social central que informa e molda relações entre natureza e sociedade bem como agencia, conhecimento e política:

Regimes de gênero são analisados como incorporados e se cruzando com vários regimes socioeconômicos e socioculturais de poder e hierarquia em um contexto histórico, geográfico e político específico. Isso é voltado para uma perspectiva de gênero não-essencialista e contextualizada (WICHTERICH in HARCOURT; NELSON, 2015, p. 69).

Esta autora também traça um paralelo, em suas pesquisas, entre os problemas ecológicos e econômicos que as mulheres enfrentam, onde são inseridos os temas de reprodução social, geração natural e o respectivo trabalho de cuidado. Na visão dela, é preciso que se faça uma reorganização de todo o trabalho social necessário que ela chama de "triplo R", pautada em "redefinição, redistribuição e revalorização" para solucionar a crise multidimensional de reprodução social: "Trabalho não apenas co-constrói relações econômicas e entre sociedade e natureza, mas também socialização, identidades social e de gênero, e subjetividades" (WICHTERICH in HARCOURT; NELSON, 2015, p. 86).

Outro conceito que Wichterich relaciona com questões e práticas feministas econômicas e ecológicas é o de comuns. Para ela, os comuns são construídos socialmente como sendo opostos da propriedade privada e contra a tendência de privatização e mercantilização: "Nas sociedades capitalistas, a prosperidade e a riqueza são definidas pela propriedade privada, apropriação e controle de bens materiais e de capital. Acumulação privada acontece cada vez mais às custas do bem público e da riqueza da sociedade" (WICHTERICH in HARCOURT; NELSON, 2015, p. 89).

1.2 COMUNS

Antes de abordar a relação entre comuns e trabalho reprodutivo, é importante explicar sobre o conceito de comum e sua raiz etimológica. De acordo com Dardot e Laval, o termo latino *munus* designa, nas línguas indo-europeias, um fenômeno social muito específico, a um tipo particular de desempenho e contra desempenho concernentes a honras e benefícios associados a um cargo ou posição de status em uma comunidade: "O termo, portanto, fala da inseparabilidade no escritório, em uma função, um trabalho, uma tarefa, que são reciprocamente dados na forma de presentes e recompensas (...) O termo é, assim, ligado ao fato social fundamental conhecido como troca simbólica" (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 10).

A raiz etimológica também mostra, de acordo com estes autores, como os termos *communis*, *commune*, *communia*, e *communio* são todos formados através da mesma articulação de *cum* e *munus* (*cummunus*) que não apenas designa o que é agrupado ou "compartilhado em comum," mas os sujeitos com "deveres em comum". Para eles, também, o comum implica uma reciprocidade obrigatória relacionada ao exercício das responsabilidades públicas, e a atividade comum refere-se ao ato em que as pessoas coletivamente se engajam na mesma tarefa para produzirem, por meio de sua atividade, normas morais e legais que regulam suas ações coletivas:

O termo 'comum' é particularmente adequado para designar o princípio político da coobrigação de todos os que exercem a mesma atividade. Ressoa o duplo significado contido em *munus* - obrigação e participação em uma 'tarefa' compartilhada ou 'atividade' - e deve ser entendida em um sentido mais amplo do que o conceito de 'função' (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 10).

Os autores também analisam que teorias contemporâneas dos "comuns" enfrentam um problema que é a tendência de dotar coisas ou objetos externos como essência que proíbe a humanidade de se apropriar deles: "Chamamos esse problema de 'reificação' do comum, na medida em que o comum é visto como possuindo certas propriedades. E o conceito que muito facilita essa reificação do comum é o de 'coisas comuns' ou 'coisas em comum'" (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 16).

Segundo eles, ar e água, por exemplo, parecem pertencer a uma categoria jurídica singular, das "coisas em comum" ou "*res communes*": "O fato é que *res communes* foi um dos estatutos mais problemáticos cumpridos e listados na lei romana. Pois tais objetos foram efetivamente confinados 'às margens das divisões comumente aplicadas a todos os objetos legais', como a distinção entre propriedade patrimonial e extrapatrimonial, ou seja, a distinção entre objetos de Divino Direito e objetos da lei terrestre" (DARDOT; LAVAL, 2019, p.17). Como objetos de Divino

Direito, os objetos não apropriáveis de direito público são designados pelo termo "*res nullius in bonis*", ou seja, objetos de interesse público que não pertencem a ninguém:

Não há muito o que aprender, então, com essa categoria jurídica marginal, e também nossa política futura não deve ser baseada na expansão do *res communis* como nós herdamos do direito romano. Na verdade, devemos renunciar à própria ideia, de uma vez por todas, de que existe objetos naturais que são inadequados por sua natureza, e isso é sua natureza essencial que fundamenta a inadequação legal como tal (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 20).

Ainda sobre a ideia de bens comuns, para Miriam Tola e Ugo Rossi, esta ganhou um significado construtivo e defensivo como uma experimentação com relações de cooperação e convivência não-mercantilizados no dia a dia, mas também como ação política de resistência a práticas neoliberais e ponto de partida na busca por uma sociedade pós-capitalista:

O capitalismo neoliberal desencadeou novos cercamentos que assumem uma variedade de formas. Isso inclui a expropriação de terras comuns, mercantilização dos serviços públicos, privatização dos recursos naturais (como água e terra) e conhecimento sobre financiamento público (direitos autorais e patentes sobre resultados de pesquisa, empreendedorismo do ensino superior), e uma pressão renovada sobre as mulheres para realizar trabalho reprodutivo (TOLA; ROSSI, 2019, p. 2).

Pelo estudo em questão focar em grupo situado no semiárido nordestino é importante trazer uma contextualização sobre a realidade socioambiental dessa região. A colonização no Brasil aconteceu de maneira agressiva ao meio ambiente, e isso aconteceu, também, no semiárido nordestino (DOURADO, 2015). Em se tratando do meio rural, "(...) a questão ambiental se mescla à agrária e fundiária, já que as raízes históricas, econômicas e sociais do acesso à terra implicaram em restrições - sobretudo no que diz respeito às classes menos prestigiadas - da relação do homem com o meio ambiente" (DOURADO, 2015, p. 52). Com relação a problemas do semiárido brasileiro, estudiosos sobre o Nordeste afirmam que a maioria deles é causado por questões político-econômicas locais e não pelo clima, natureza ou seca (DOURADO, 2015).

Porém, os problemas sociais que afetam a região nordeste são agravados pela irregularidade pluviométrica, que acaba potencializando um decréscimo da economia e acentuando a "(...) tensão ambiental configurada pelas formas de ocupação da região, ao passo que limitam ou desenvolvem certos tipos de estruturas agrárias, rurais e, sobretudo, sociais" (DOURADO, 2015, p. 53). Ainda há, na região nordeste, especialmente no semiárido, ações que servem apenas como paliativos aos problemas locais, como por exemplo, distribuição de cestas básicas e uso de carros-

pipas, e a perpetuação, também, da influência de oligarquias, que protegem os grandes agricultores e pecuaristas da região (DOURADO, 2015).

Para traçar um paralelo com a realidade socioambiental na América Latina, a autora argentina Maristella Svampa utiliza o termo “bens comuns” para denotar lutas para defender recursos naturais, biodiversidade, água, e também para descrever espaços e formas de cooperação social, e que há algumas abordagens "de baixo para cima" avançando na América Latina por movimentos, que, frequentemente, estão em conjunção com a ideia de bens comuns:

A primeira ideia é um vínculo entre bens comuns e territorialidade. Territorialidade não é a visão de grandes empresas e governos de que 'território' consiste em recursos naturais a serem explorados e convertidos em valor negociável e capital. Em vez disso, a territorialidade descreve a necessidade de construir diferentes relações sociais nas quais os seres humanos fazem parte do ecossistema (SVAMPA, 2013, p. 11).

O segundo conceito de resistência, de acordo com Svampa, é a ideia de ethos comunal, que explica as várias formas comunais e práticas sociais que têm gerado uma lógica social e racionalidade diferentes na América Latina do que o 'desenvolvimento' convencional:

Existem vários experimentos sociais na América Latina trabalhando para garantir esses novos tipos de espaços comunitários - por exemplo, cooperativas de trabalhadores que recuperaram fábricas, espaços auto organizados e o movimento de economia social solidária. Esses movimentos colocam a economia da vida no centro de seu trabalho e criam novas relações entre as comunidades para romper a lógica capitalista prevaiente (SVAMPA, 2013, p. 11).

As autoras Roca-Servar e Perdomo Sánches, assim como Svampa, também compartilham da ideia de que preservar os comuns seria uma maneira de buscar alternativas ao desenvolvimento capitalista moderno, no contexto de crise civilizatória em que nos encontramos, que promove a extração global de matérias primas, especialmente, na América Latina. Com isso, segundo elas, têm surgido diversos movimentos sociais em defesa do território, da água, do entorno, da vida local, em oposição ao desenvolvimento e a políticas econômicas extrativistas contemporâneas:

Buscar por alternativas além do desenvolvimento a partir das lutas pelos comuns significa buscar alternativas além desta civilização moldada pela modernidade capitalista, uma civilização centrada no crescimento econômico e urbano, nas relações sociais instrumentais e destruidoras da natureza e em uma concepção racional, maximizadora de lucro e individualista da humanidade (ROCA-SERVAT; PERDOMO-SÁNCHEZ, 2020, p. 21).

Com relação ao conceito de “comum”, além da noção trazida acima, cabe análise sob perspectiva da psicologia social de Guareschi, ao investigar relações

comunitárias. Sobre esta questão, o autor expõe que pessoas em um grupo têm que ter algo em comum e "(...) esse 'comum' é a relação, que perpassa por todas, está presente em todas, fazendo essa 'amarração' conjunta" (GUARESCHI, 1996, p. 85). As relações comunitárias são abertas, onde vários atores fazem "coisas em comum", construindo novas formas de cooperação social por meio de práticas interligadas comuns.

Outro conceito significativo trazido por Guareschi sobre grupos é o caráter "relativo" da qual deriva a característica de "relação". Ao conceituar comunidade a partir da compreensão de "relação", realça-se, de acordo com este autor, o enfoque dinâmico, aberto, incompleto, em constante transformação e construção de grupo.

Em um grupo, as pessoas manteriam sua singularidade, ao mesmo tempo em que precisariam de outros para se completar e se realizar plenamente. "Na comunidade elas têm voz e vez, podem colocar em ação suas iniciativas (...), mas seu ser não se esgota nelas mesmas: elas se completam na medida em que se tornam um 'ser para', exercitando sua plena vocação de animal político, social" (GUARESCHI, 1996, p. 96). Além de se relacionar entre si, um grupo relaciona-se com seu entorno, que possui características peculiares dependendo de cada lugar, com paisagens que sofrem modificações ao longo do tempo.

Para Cristina Vega Sólis (2019), os comuns são uma forma de resistência e recriação da experiência compartilhada em ambientes onde a lógica capitalista tende a monopolizar todas as formas de produção e relacionamento, sendo uma destas formas o trabalho reprodutivo e os cuidados, tema central para os estudos e lutas feministas contemporâneas: "Pensar nos bens comuns e no comum deste âmbito tem implicado numa renovação conceitual interessante e, ao mesmo tempo, tem permitido visibilizar e traçar, teoricamente falando, a relação entre diferentes bens comuns, materiais e relacionais, e na reprodução social em condições de crise" (SÓLIS, 2019, p. 51).

Para ela, esta crise está relacionada a três fenômenos inter-relacionados: cortes a investimentos sociais, presença crescente de mulheres em mercados de trabalho precários e aumento da carga de cuidados nos lares devido ao envelhecimento e à falta de proteção, especialmente nas mulheres do Sul global:

As pessoas, principalmente mulheres, cooperam fornecendo recursos e cuidados que garantem a manutenção diária. Não são restos ou bolsas de uma economia pré-capitalista ou não capitalista, mas experiências comuns que traçam a existência diária e que nem sempre são feitas de forma individual e intramuros (SÓLIS, 2019, p. 53).

Por outro lado, ainda com relação à cooperação, Hillenkamp e Nobre (2018) complementam que um fator importante que auxilia grupos de mulheres a se organizarem e resolverem questões concretas que possam ser obstáculos para o desenvolvimento de algumas práticas são as interdependências voluntárias, com participação em grupos locais, redes territoriais ou movimentos sociais, construindo novas formas de cooperação social por meio de práticas de *commoning* ou de "fazer coisas em comum", baseadas, sobretudo, na solidariedade coletiva: "A solidariedade não é apenas um 'valor' de mulheres rurais (pobres), mas algo que resulta da ação concreta e das regras que são criadas durante a ação, bem como da solidariedade de instituições parceiras em relação aos grupos" (HILLENKAMP; NOBRE, 2018, p. 186).

Voltando à análise de Sólis sobre os comuns, esta autora também utiliza este conceito enquanto demonstração de resistência política dentro do sistema capitalista, que tende a monopolizar as formas de reprodução e relação, e como apontamento de práticas que "(...) buscam construir maneiras conjuntas de experimentar no mundo" (SÓLIS, 2019, p. 50). Na América Latina, as discussões sobre o comum se conectam com uma tradição intelectual própria, segundo Sólis, que vinculam lutas pelas defesas de territórios e como fontes de vidas coletivas em comunidades.

Esta autora afirma, ainda, que a longa "transição" para o capitalismo foi fundada, e continua sendo reformulada, na violenta expropriação dos meios de subsistência:

Nesse processo foi e continua sendo fundamental o controle dos corpos, saberes e trabalhos das mulheres. A ordenação da sexualidade, da procriação e o trabalho das mulheres desempenhou um papel chave, devido a estas que se mostraram resistentes, principalmente, diante da desapropriação pela sua proximidade com os meios de reprodução e por sua fraca relação com o mercado. Nesse sentido, a autora adverte que as mulheres se tornaram um 'comum' de acesso livre aos homens (SÓLIS, 2019, p. 55).

Peter Linebaugh, que assina o prefácio da obra de Federici, "Reencantando o mundo", observa a produção dos comuns no trabalho diário de reprodução - lavar, acariciar, cozinhar, consolar, varrer, agradar, limpar, excitar, esfregar, tranquilizar, tirar o pó, vestir, alimentar as crianças, ter filhos e cuidar dos enfermos e idosos:

Federici nos oferece *Femina communia*. Em sua visão política, não há bens comuns sem comunidade e não há comunidade sem mulheres. Quais são os bens comuns? Enquanto Federici evita uma resposta essencialista, seus ensaios dançam em torno de dois pontos: reapreciação coletiva e luta coletiva contra as formas como nos dividimos (FEDERICI, 2018, p. 16).

Ao falar dos comuns nesta obra, a autora traz o potencial das relações comunais, não apenas como garantia de sobrevivência e capacidade de resistência, mas como ponte para transformar nossa subjetividade e ganharmos capacidade de reconhecer o mundo como fonte de riqueza e conhecimento e não como um perigo, e também, como quadro político de se pensar em alternativas. Para ela, é difícil colocar em palavras:

(...) uma experiência tão rara e poderosa como a de fazer parte de algo maior do que nossas vidas individuais, de habitar 'nesta terra da humanidade' não como um estranho ou invasor, que é a forma como o capitalismo deseja que nos relacionemos com os espaços que ocupamos, mas como lar. Mas as palavras são necessárias, especialmente para aqueles de nós que vivem em áreas onde as relações sociais foram quase que completamente desarticuladas (FEDERICI, 2018, p. 77).

Além disso, dentro do contexto de dinâmicas neoliberais que subordinam formas de vida e conhecimento em uma lógica de mercado tem aumentado, segundo Federici, nossa consciência do perigo de vivermos em um mundo onde não temos acesso a mares, árvores, animais e nossos semelhantes exceto por meio da lógica do dinheiro. Porém, para que uma reivindicação pelos comuns se torne política, é preciso romper ambiguidades e diferenças nas interpretações desse conceito, esclarecendo um ponto defendido por Federici, que é a visão dos comuns de uma perspectiva feminista, que, para ela refere-se a um ponto de vista moldado pela luta contra a discriminação sexual e trabalho reprodutivo:

É a rocha sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todo modelo de organização social deve ser testado. Esta intervenção é necessária para definir melhor essa política e esclarecer as condições sob as quais o princípio do comum pode se tornar o fundamento de um programa anticapitalista (FEDERICI, 2018, p. 104).

Ainda de acordo com Federici, uma perspectiva feminista nos comuns é importante porque traz o discernimento de que "(...) como sujeitos primários do trabalho reprodutivo, historicamente e no nosso tempo, mulheres têm dependido do acesso a recursos naturais comuns mais do que homens e têm sido penalizadas por sua privatização e mais engajadas com sua defesa" (FEDERICI, 2018, p. 107).

No livro "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista", Federici volta com a perspectiva dos comuns e trabalho reprodutivo no sistema capitalista, enfatizando que a expressão "comuns", derivada do termo em inglês *commons*, traz uma ética e uma prática em contraposição ao modelo capitalista neoliberal, defendendo maior cooperação, interdependência e autogoverno pelos cidadãos, em atuação coletiva para o desenvolvimento de novas condutas, "(...)

começando por novas formas coletivas de reprodução, confrontando as divisões que foram incutidas entre nós por meio das distinções de raça, gênero, idade e localização geográfica" (FEDERICI, 2019, p. 33).

Ainda na visão desta autora, processos sociais baseados na gestão compartilhada de recursos comuns, ou seja, coisas que uma comunidade possui e gere em comum - dádivas da natureza ou recursos produzidos coletivamente, como conhecimentos e técnicas culturais, espaços, paisagens, e outros, fazem parte de um movimento de produção a partir da necessidade de criação de novas formas de cooperação social (FEDERICI, 2019).

Ao citar divisões sociais relacionadas a questões de gênero, esta autora refere-se à desvalorização do trabalho reprodutivo ou do "cuidado", que tem sido um dos pilares da acumulação de capital e exploração capitalista do trabalho das mulheres. Portanto, a construção dos comuns e de uma rede de solidariedade entre grupos, para Federici, deve ter como base uma perspectiva feminista.

Dessa forma, elementos de cooperação e apoio mútuo poderiam provocar mudanças nas relações sociais, impedindo que a valorização do capital continue determinando atividades sociais e que a reprodução se torne um processo coletivo, dentro de um 'sistema de segurança autogerido' (FEDERICI, 2019). Para esta estudiosa, um movimento global que vem questionando o uso dos recursos comuns no campo por meio de uma abordagem vanguardista feminista, é o do campo.

1.3 MULHERES E PRÁTICAS RURAIS

Como já mencionado, a privatização de bens comuns e a ocupação de espaços a serem explorados dentro da lógica capitalista, especialmente na América Latina, têm sido fatores de resistência organizada de comunidades que veem no campo uma alternativa de transformação e resistência. E, dentro da monopolização de formas de produção e relacionamento na lógica capitalista, há o trabalho reprodutivo e os cuidados, tema de lutas contemporâneas de mulheres, também do campo.

De acordo com Federici, as mulheres do campo foram afetadas pela monetização da vida econômica, que reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda:

"Nas áreas rurais, foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Consequentemente, no final do século XIII, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades (Hilton, 1985, p. 212) e, no século XV,

constituíam uma alta porcentagem da população das cidades" (FEDERICI, 2019, p. 63).

Além disso, como sujeitos primários do trabalho reprodutivo, as mulheres sempre dependeram mais do que os homens do acesso aos recursos comuns - terra, água, ar, digitais, serviço - e, por isso, grupos têm se comprometido com sua defesa: "Hoje, diante de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social que impede o caminho de uma completa comercialização da natureza. As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo" (FEDERICI, 2019, p. 313).

Essa autora enfatiza, ainda, que a privatização de terras comunais e a comercialização da agricultura diminuíram a quantidade de alimentos para as pessoas e destruíram a base material sobre a qual se podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina: "A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade" (FEDERICI, 2019, p. 138).

Com relação à privatização e comercialização, fatores que contribuíram para a diminuição da quantidade de alimentos, estas são práticas comuns no Brasil, e, também, na região semiárida, no nordeste brasileiro. Houve uma exploração no interior do país motivada, principalmente, pela criação de gado e metais preciosos, na qual o acesso à terra privilegiou os latifundiários em detrimento dos produtores familiares. Com relação ao acesso a terras semiáridas, esta remete ao período colonial e das leis vigentes nesse período, que conferia a posse de terras brasileiras apenas a famílias com grande patrimônio.

De acordo com Dourado (2015), num primeiro momento, as capitânicas hereditárias e sesmarias estão na origem de grande parte dos latifúndios brasileiros:

Até que, a partir da lei de terras em 1850, estas se tornaram propriedade privada, somente podendo ser adquiridas através de meios monetários. Esta lei dificultou ainda mais o acesso à terra pelos grupos sociais destituídos de recursos monetários. É possível afirmar que a estrutura fundiária brasileira foi muito pouco alterada ao longo dos primeiros 400 anos de história do Brasil (DOURADO, 2015, p. 62).

Assim como a concentração fundiária possui raízes históricas, as relações de trabalho no campo também têm, com a escravidão se caracterizando como a primeira forma deste tipo de trabalho, e, junto com ela, a agricultura de base familiar foi desenvolvida, sendo os assentamentos de reforma agrária um dos espaços em que essa base tem atuado para produzir alimentos, de acordo com Dourado: "Desde a

segunda metade do século XX, os processos de incorporação de novos espaços têm aumentado. Após a redemocratização do país, em 1985, até os dias atuais, foram criados milhares de assentamentos de reforma agrária" (2015, p. 62).

Sobre a privatização e as relações monetárias, que têm dominado a vida econômica, Federici menciona a dificuldade que mulheres encontraram, maiores do que as dos homens, para se sustentarem, pois foram confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que estava sendo absolutamente desvalorizado:

O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como 'trabalho de mulheres' (FEDERICI, 2019, p. 145).

Com relação à produção mercantil, meta da produção capitalista, a autora Maria Mies destaca uma visão oposta a essa, que é a de produção de subsistência, que foca na satisfação das necessidades humanas. Essa, segundo ela, seria uma produção e reprodução direta da vida, o que ela chama de produção de vida. Mies traz esse conceito para destacar o lugar do trabalho reprodutivo dentro do sistema capitalista, no qual as mulheres são responsáveis pelos trabalhos de cuidado e não são remuneradas por isso:

Assim que chegamos ao conceito - que não nos pertence realmente, e que a subsistência é um conceito antigo - isso que chamamos de produção de vida é realmente necessário como um pré-requisito de qualquer trabalho remunerado. E nesse momento concluímos que sem trabalho de subsistência não haveria trabalho remunerado. Ainda sem trabalho, existe, todavia, trabalho de subsistência: é um pré-requisito permanente em todo tipo de vida, e em todo tipo de trabalho - em que tem que se encarregar da comida, do cuidado da casa e das preocupações diárias (MIES, 2005, p. 1).

Voltando à questão das mulheres e agricultura de subsistência, Federici aponta que elas produzem a maior parte dos alimentos consumidos, apesar de que, muitas destas mulheres não descrevem a atividade como "trabalho de verdade":

Devemos reconhecer que a persistência da agricultura de subsistência é um fato surpreendente, considerando que o desenvolvimento capitalista tem como pressuposto a separação dos produtores agrícolas - em particular, as mulheres - da terra. E isso só pode ser explicado através das tremendas lutas das mulheres para resistir à mercantilização da agricultura" (FEDERICI, 2019, p. 281).

Essa luta também se estende, segundo Federici, contra a posição social que estas mulheres ocuparam, baseada em uma nova divisão sexual do trabalho baseada na subordinação delas aos homens, incluindo uma "(...) cooperação não remunerada com o marido na lavoura de cultivos comerciais (FEDERICI, 2019, p. 282).

Além disso, mulheres agricultoras têm defendido transformações das relações com a natureza baseadas na solidariedade ou interdependências voluntárias que garantam autonomia e sustentabilidade nas práticas e relações no campo para o desenvolvimento de uma agricultura, especialmente, de subsistência, e o acesso comunal à terra, em oposição a tentativas de exploração capitalista dos recursos naturais, privatização da terra, aumento dos cultivos comerciais e preços dos alimentos:

A produção de subsistência das mulheres contesta a tendência do agronegócio de reduzir terras cultiváveis - uma das principais causas do alto preço dos alimentos e da fome - ao mesmo tempo que assegura algum controle sobre a qualidade dos alimentos produzidos e protege os consumidores contra a manipulação genética das culturas e a intoxicação por pesticidas" (FEDERICI, 2019, p. 301).

As pesquisadoras brasileiras Hillenkamp e Nobre (2018), que têm desenvolvido estudos em economia solidária e feminista, explicam que a prática agroecológica tem como objetivo desenvolver conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo que redefinam relações entre homens, mulheres e natureza de uma maneira social e ecologicamente sustentável, privilegiando o uso de insumos próprios, respeitando os tempos da natureza, e com afirmação de projeto político social, uma vez que é concebida por movimentos sociais do campo.

Esse projeto político, construído por movimentos agroecológicos, se propõe a refletir e desenvolver outro modo de vida, no qual se destacam mudanças no relacionamento entre pessoas e delas com o meio natural. Para a engenheira agrônoma brasileira e estudiosa da relação entre mulheres, agroecologia e economia solidária, Emma Siliprandi (2015), estes movimentos seriam processos liderados, muitas vezes, por mulheres, que, por estarem mais envolvidas com propostas que tratam da saúde e da alimentação das suas famílias, conseguem converter uma propriedade agrícola familiar em sistema agroecológico sustentável, além de liderarem outros movimentos de base comunitários contra políticas de desenvolvimento que provocam deteriorização ambiental: "É aí que se abre espaço para o questionamento, dentro do ideário agroecológico, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural, assim como entre os jovens, os adultos e os idosos, ou entre os diferentes grupos étnicos e raciais, por exemplo" (SILIPRANDI, 2015, p. 143).

A luta contra desigualdades entre homens e mulheres nas áreas rurais como parte integrante destes movimentos femininos na agroecologia também é destacada

por Guétat-Bernard e Prévost (2016), pesquisadoras francesas em sociologia rural, com foco em mulheres, que estudaram, também, a realidade da agroecologia feminina brasileira. Para elas, esses movimentos visam transformações sociais e construção de outro modo de vida em que valores como justiça social e equidade ganham destaque.

Porém, apesar de as práticas agroecológicas abrirem espaço para que mulheres possam enfrentar condições de desigualdade e vulnerabilidade nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política, esse tipo de trabalho, na opinião de Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), que também estudam a relação entre mulheres e agroecologia, por si só, não seria suficiente para "(...) problematizar a invisibilidade e a falta de poder que as mulheres rurais sofrem na sociedade, assim como para encontrar caminhos que ajudem a superar a situação" (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018, p. 62). Uma das condições para que isso aconteça, para estas autoras, é o aprofundamento do diálogo entre as perspectivas agroecológicas e feministas.

Uma abordagem feminista surge em alguns desses movimentos, com articulação local e nacional, que defende transformação das relações com a natureza e de gênero baseada na solidariedade ou interdependências voluntárias para garantia de autonomia e sustentabilidade nas práticas e relações das mulheres no campo. Ao pesquisar a participação de mulheres brasileiras em práticas agroecológicas, Siliprandi (2015) apontou conexões entre feminismo e organização de grupos por mudanças socioambientais que tragam melhores condições no campo, com um objetivo em comum: construir um modelo de desenvolvimento no meio rural que se apoie em outras relações de produção e apropriação da natureza:

Parte-se da avaliação de que o desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruidor do meio ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais. Em contraposição, propõe-se um desenvolvimento baseado em pequenas propriedades organizadas em regime familiar, que produziriam alimentos e outros produtos por meio de tecnologias ambientalmente sustentáveis, o que permitiria a todas as pessoas que trabalham na agricultura viverem com dignidade e realizarem-se pessoalmente" (SILIPRANDI, 2015, p. 293).

Federici também destaca em suas pesquisas a importância de movimentos de mulheres do campo com objetivo de reapropriação da terra, impulsionamento da agricultura de subsistência e uso não comercial dos recursos naturais: "Devemos reconhecer que a persistência da agricultura de subsistência é um fato surpreendente,

considerando que o desenvolvimento capitalista tem como pressuposto a separação dos produtores agrícolas - em particular, as mulheres - da terra” (FEDERICI, 2019, p. 281). Essa perspectiva reconhece a agricultura de subsistência estratégia primordial das mulheres para defender sua comunidade das consequências da privatização da terra, do aumento dos cultivos comerciais e dos preços dos alimentos, contribuindo, também, para a construção de um modo de vida centrado na solidariedade.

Com relação ao aspecto da solidariedade, na visão de Hillenkamp e Nobre (2018) esta não seria apenas um “valor” de mulheres rurais, mas resultado de ações e regras criadas durante as práticas agroecológicas, bem como da solidariedade de instituições parceiras em relação aos grupos.

Ainda com relação a práticas solidárias, Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), que estudam economia solidária e teorias feministas, enfatizam o atravessamento deste tipo de economia por relações de gênero, uma vez que as mulheres são maioria dentro desse tipo de iniciativa. Para elas, a economia solidária seria baseada na organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio da reciprocidade ou cooperação, tendo como fundamento principal o enraizamento local da ação - diferenciando-se de empresas e relações de produção capitalistas - e observação - com objetivo de apontar especificidade de práticas ignoradas em escala macroeconômica, dominante em diversas correntes de economia. Ou seja, para que esta prática seja enraizada na sociedade, deve-se considerar a afirmação dos valores locais pelos diversos grupos, por meio da construção de vínculos sociais colaborativos e utilização de recursos disponíveis nas localidades.

A solidariedade, portanto, se consolida por meio de interdependências voluntárias estabelecidas em diferentes níveis, seja com a participação de grupos locais, redes territoriais e movimentos sociais, e esferas, sejam socioeconômicas ou políticas, que auxiliam grupos de mulheres a se organizarem e resolverem questões concretas que possam ser obstáculos para o desenvolvimento de práticas no campo. Para Federici, a solidariedade se constrói a partir do reconhecimento pelas mulheres da agricultura de subsistência como estratégia de defesa contra privatização e reapropriação de terra e defesa da própria comunidade. A solidariedade, portanto, seria um movimento construído pelas mulheres para se manterem na terra e conseguirem produzir por meio de economia de subsistência (FEDERICI, 2019).

1.4 LUGAR E TERRITÓRIO

O processo moderno de colonização capitalista europeu sob países periféricos trouxe consequências que, até hoje, reverberam no modo de vida dos povos que vivem nestes lugares. Este sistema de dominação impôs padrão global universal de desenvolvimento nas regiões colonizadas, por considerá-las inferiores, e foi responsável pela extinção de povos e culturas e pela visão da natureza como algo “menor”, ocasionando, entre outras coisas, sua degradação e privatização de seus recursos, permeadas por uma lógica capitalista de mercado.

Porém, apesar deste cenário colonial dominante capitalista, com lógica global atuante, traçado pelo autor Arturo Escobar, em seu livro “Territórios da Diferença: lugar, movimentos, vida e redes” (2008), há um pensamento alternativo emergente sendo construído na América Latina por grupos subalternos, visando desenvolver realidade socionatural, pelo entendimento desta se constituir em “(...) relação complexa entre os domínios biofísico e humano (físico-químico, orgânico e cultural, de um modo geral), responsáveis por configurações particulares de natureza e cultura, sociedade e natureza, paisagem e lugar, como entidades vividas e profundamente históricas” (ESCOBAR, 2008, p. 29).

Esse pensamento emergente, de acordo com Escobar, pode colaborar para o surgimento de um processo de fissura dentro do modelo capitalista global, tendo como ponto de partida a interligação de processos e projetos políticos por meio da articulação de movimentos sociais, que seriam o desenvolvimento alternativo - segurança alimentar, satisfação de necessidades básicas e bem-estar da população; modernidades alternativas - construídas nas contramedidas efetuadas por intervenções de desenvolvimento de grupos locais e em direção à contestação de projetos globais; e alternativas para a modernidade como projeto mais radical e visionário de redefinir e reconstruir mundos locais e regionais numa perspectiva de práticas de diferenças culturais, econômicas e ecológicas, seguindo uma lógica de rede e dentro de contextos de poder (ESCOBAR, 2008).

E, para explicar esse processo emergente de grupos, Escobar traça diferenças entre lugar e território, já que esses, cada qual com suas características, podem contribuir para o desenvolvimento de outra realidade socionatural. Para este autor, território seria um espaço delimitado geograficamente por comunidades como incorporação de seu projeto de vida e como estratégia de defesa contra atividades

predatórias e de extração de recursos naturais por grupos que pretendem se apropriar dessa terra. Assim, para Escobar, um território é delimitado por meio de um plano de gerenciamento especial, baseado em práticas culturais de auto-organização comunitárias próprias, tendo como base os diversos espaços naturais, constituídos por florestas, rios, mangues, colinas e oceanos, e a maneira como os grupos se relacionam com esses espaços:

Em primeiro lugar, é claro que 'território' não é equivalente à noção de 'terra' no discurso camponês de décadas anteriores. Tão pouco corresponde à concepção moderna de território dentro do ponto de vista do estado-nação, mas questiona-o. No discurso étnico-territorial, o território não é visto tanto em termos de 'propriedade', mas de apropriação efetiva mediante práticas culturais, agrícolas ecológicas, econômicas, rituais. Como tal, o território não tem 'fronteiras' fixas, mas redes porosas com outros territórios vizinhos. Nesse sentido, pode-se dizer que esse tipo de discussão sobre o território nos remete a uma especialidade que não é cartesiana ou euclidiana e certamente não é liberal, todas dependem de uma visão do território como entidade inerte 'realmente existente' independentemente das relações que o constituem; entidade esta que pode ser medida, atribuída à propriedade privada ou transferida entre 'indivíduos' para sua destruição (ESCOBAR, 2014, p. 90).

O território é, portanto, segundo Escobar (2014), material e simbólico, biofísico e epistêmico, mas, mais do que tudo, é um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo social realiza. Já o lugar seria uma coprodução entre pessoas e seu ambiente, ou seja, permeado por processos históricos constituídos pelas práticas cotidianas e diárias de grupos de "ser, conhecer e fazer", que, a partir disso, têm construído ativamente seus mundos sionaturais durante vários séculos. Além disso, o lugar seria consequência de processos históricos de formação geológica e biológica, em termos de auto-organização de formas de vida não-orgânicas e orgânicas.

Diante disso, o autor defende desenvolvimento baseado em condições próprias dos lugares, inclusive geográficas e naturais, em contraposição a discurso determinista moderno de que um local distante dos grandes centros, por exemplo, estaria condenado ao atraso e do qual "alguém de fora" utilizaria seus recursos por meio da extração. Essa visão estaria baseada em observações científicas desarticuladas e dados incipientes que não costumam levar em consideração o conhecimento e a ação humana de grupos nos territórios que, por conta disso, e da vivência nestes lugares, poderiam compreendê-los em sua complexidade, e a relação entre natureza e cultura como sendo elemento dinâmico, histórico e construído, não determinado ou natural.

Mas, para que o lugar seja colocado nesta posição de importância, deve promover o "(...) engajamento com a experiência de uma localização particular com alguma medida de assentamento (contudo instável), limites (embora permeáveis), e conexões com a vida cotidiana (...)" (ESCOBAR, 2008, p.30). Havendo interconexão estratégica entre território e cultura, na visão do autor, o lugar conseguiria ter sua biodiversidade preservada pelas comunidades do entorno, até mesmo como tática de defesa e controle dos territórios.

A noção de lugar trazida por Escobar também possui uma conotação política, formada a partir da auto-organização de comunidades que, a partir disso, seriam capazes de desenvolver estratégias para uso de recursos naturais e maneiras próprias de delimitação do território. Este último pode ser realizado, segundo o autor, tanto pelo uso da ciência, com utilização de satélites e programas especiais, quanto por plano de gerenciamento baseado em práticas culturais de grupos. Ou seja, a experiência cultural determinaria um padrão para que determinada comunidade se aproprie de um território.

Sendo os próprios agentes de processos decisórios sobre como viver em um lugar, grupos teriam a oportunidade de repensar sobre noções como desenvolvimento, sustentabilidade e conservação, já que o território, de acordo com Escobar, pode ser definido como "(...) espaço de efetiva apropriação de ecossistemas por uma dada comunidade, enquanto a noção de determinada região-território em que se encontra determinado grupo étnico pode ser vista como uma construção política para a defesa dos territórios" (ESCOBAR, 2008, p. 59).

Portanto, em um lugar com características de região-território, pode-se perceber dinâmica de processos nos quais pessoas, território e espécies relacionam-se com o contexto social no qual estão inseridas. Deste lugar, segundo Escobar, é grande a chance de emergirem movimentos auto organizados com tendências e relações de solidariedade que poderiam afastar dinâmica de ruptura social e degradação ecológica para defesa do seu território:

"O objetivo de muitas lutas de hoje é a defesa das concepções do mundo baseadas em lugar e práticas do fazer no mundo, uma defesa de construções particulares de lugar, incluindo as reorganizações de lugar que precisam ser consideradas necessárias de acordo com os desafios de poder no lugar. Esses desafios são baseados em lugar específico, ainda que transnacionalizados... Lugares são o local de culturas, economias e ambientes dinâmicos mais do que apenas nós no sistema capitalista global" (ESCOBAR, 2008, p. 67).

Essas políticas que emergem em determinados lugares seriam um modo de imaginar realidades possíveis para além de discursos globais imperiais e coloniais: “Políticas de lugar é um discurso de desejo e possibilidade baseado em práticas subalternas da diferença para a construção de mundos socionaturais alternativos; é um imaginário apto para se pensar sobre o ‘problema do espaço’ definido pela globalidade imperial e colonialidade global” (ESCOBAR, 2008, p. 67).

E essa autonomia de grupos auto organizados, além de ter uma dimensão territorial baseada no lugar, contribui, de acordo com Escobar (2019), para a regeneração dos espaços das pessoas, suas culturas e comunidades e para reivindicar espaços comuns, especialmente, por parte das mulheres, historicamente mais propensas do que os homens para resistir a pressões heterônomas sobre territórios e recursos e defender formas coletivas de ser.

CAPÍTULO 2 METODOLOGIA

Esta dissertação é um estudo qualitativo que tem como objetivo compreender de que forma mulheres do campo têm lidado com questões socioambientais, a partir da experiência de mundos comuns. Por meio dos relatos das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, foi analisado o modo como estas mulheres têm traduzido e criado seus próprios modos de viver a partir da composição entre vários atores que têm influenciado a construção do coletivo ao longo de 25 anos de existência, e cujas vivências partem de um lugar específico, que é o Nordeste brasileiro, na área rural da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, no assentamento Mulunguzinho.

Foi realizada uma visita de reconhecimento da região, em janeiro de 2020, para que se conhecesse o assentamento e as mulheres. O objetivo inicial era retornar ao campo para a realização de entrevistas, de acordo com cronograma previsto, porém, isso não foi possível por conta da pandemia da covid-19. Dessa forma, a pesquisa continuou por meio de plataformas digitais.

Sobre pesquisa qualitativa, de acordo com Gerhardt e Silveira, suas características são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (2009, p. 32).

A pesquisa qualitativa em questão terá caráter exploratório, cujo objetivo é tornar o problema mais familiar ao pesquisador para a construção de hipóteses. Segundo Gil (2007), a grande maioria desse tipo de pesquisa envolve “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL in GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). No caso desta pesquisa, foi realizado um estudo de caso com o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

De acordo com Fonseca, o estudo de caso procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou seja, o pesquisador parte de uma

perspectiva interpretativa, "(...) visando conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico" (FONSECA in GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 33).

Parte da pesquisa exploratória consiste, também, no levantamento bibliográfico. Para o estudo em questão, foi realizada pesquisa exploratória de abril a dezembro de 2019, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, pelo Portal de Periódicos da CAPES e Portal Minerva, da UFRJ.

Já com relação a métodos para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas em plataformas online. No caso desta pesquisa, optou-se por entrevistas do tipo semiestruturada, com objetivo de fornecimento de dados para desenvolver e compreender experiências e motivações do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer em forma de narrativas das integrantes do grupo. Na entrevista como instrumento de coleta de dados, segundo Bauer e Gaskell:

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial (BAUER; GASKELL, 2008, p. 65).

Além de entrevistas semiestruturadas, foi utilizada, também, abordagem de histórias de vida, enquanto técnica de captação de dados, com objetivo de se ouvir as vozes de integrantes do grupo. A importância de se ouvir vozes esquecidas, muitas vezes, por epistemicídios de grupos considerados inferiores, é trazida por Leff ao falar sobre ecologia política. Para o autor, a ecologia política fomenta uma espécie de "desconstrução de teoria" para que se compreenda melhor relações entre natureza e cultura (LEFF, 2015). Ainda com relação à história de vida, para Thiollent, esta é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas chamadas de prolongadas, nas quais a interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua: "O entrevistador se mantém em uma 'situação flutuante' que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado" (THIOLLENT, 1982, p. 86).

Foi incorporado, como estratégia metodológica, um capítulo sobre a história do grupo contada do ponto de vista delas, além de se utilizar, como base, outros trabalhos e fontes de pesquisa. A estratégia para a construção desse capítulo vem da história

oral, e destaca o que as próprias mulheres veem como pontos importantes da sua história.

Também para estudo de processos históricos do coletivo em 25 anos de existência foram analisados documentos impressos, como, por exemplo, registros da produção do grupo nas diversas atividades nas quais tem participado, e digitais, como fotografias pessoais de integrantes do grupo. A seguir, apresentação introdutória sobre essas abordagens.

2.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS QUALITATIVAS

2.1.1 Coleta de dados online

Para esta pesquisa, foram coletados dados sócio demográficos das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e utilizado questionário para nortear entrevistas semiestruturadas.

Inicialmente, a intenção era retornar ao campo para a coleta de dados presencialmente, por meio de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas. Porém, por conta da pandemia da Covid-19, a coleta de dados para este estudo precisou ser realizada virtualmente, por meio de ferramentas online.

Como esta é uma pesquisa que possui inspiração etnográfica, desenvolvida no período da pandemia mundial de covid-19, foi utilizada a orientação conceitual de Miller (2020) sobre como conduzir uma etnografia durante o isolamento social, já que houve impossibilidade de se realizar campo presencial e, conseqüentemente, a coleta de dados com esta característica.

Sobre isso, Miller faz um paralelo com a questão da sensibilidade ética perdida nos último dez anos com relação às pesquisas, enfatizando que houve um aumento do que ele chama de "ética burocrática", traduzida, segundo ele, em formulários de consentimento, comitês de ética e observância de preceitos, e uma diminuição e esquecimento do que a ética realmente deveria ser: "(...) a própria sensibilidade do antropólogo à situação de pesquisa em que se encontra, para entender com qual população está trabalhando, para compreender o que essas pessoas entendem ser ruim" (MILLER, 2020, p. 5).

Por exemplo, o que entendem por privacidade, quais suas preocupações, e todas essas questões, segundo o antropólogo, devem vir das pessoas, mais do que da

burocracia ética das pesquisas já que, para ele, ética é não prejudicar as pessoas. E, em uma situação de pandemia viral em que existem protocolos sanitários estabelecidos globalmente para que a covid-19 não se espalhe entre as pessoas, na visão de Miller:

Se você se preocupa com ética agora, então para mim, seu principal problema ético está na situação da pandemia. Há uma razão para você fazer sua investigação on-line: é justamente por causa dessa crise que estamos passando atualmente. (...) O ético é realmente buscar ter certeza de que você se porta de modo sensível a isso no seu envolvimento com as pessoas (MILLER, 2020, p. 6).

Com relação à utilização de recursos online para a continuidade da pesquisa, foi conversado com as mulheres, já no pré-campo, sobre a possibilidade de se utilizar ferramentas online para se tirar dúvidas com relação a algum aspecto observado no pré-campo e, na ocasião, foi informado que isto poderia ser feito por meio de aplicativos, como o WhatsApp e outras ferramentas, como Skype ou similares. Apesar de as mulheres do grupo morarem em assentamento rural, todas têm acesso à internet.

Sobre este tópico, Miller conclui, compreendendo que esse é um momento muito difícil, que, "(...) mesmo que você trabalhe sob as restrições com as quais se depara agora, é absolutamente possível que obtenha algo tão original, significativo e perspicaz como etnografia, como outros já conquistaram no passado" (MILLER, 2020, p. 8).

2.1.2 Histórias de vida, entrevistas e rodas de conversa

Pela abordagem de histórias de vida, o conhecimento do pesquisador é construído por meio de sua relação com o narrador, num encontro que, por si só já possui sua própria história. Porém, devido ao cancelamento da ida a campo por conta da pandemia, optou-se por ouvir essas histórias por meio de plataformas digitais, método que requer formação de confiança mútua, escuta comprometida e afetuosidade, para que as mulheres se sintam à vontade para reencontrar seu passado e, assim, recriar suas histórias, dentro e fora do grupo. "Assim, histórias de vida podem possibilitar a abertura de novas interpretações e elaborações do vivido" (NOGUEIRA et al., 2017, p. 469), tanto para o presente, quanto para perspectiva de vida futura.

Para Becker, ao coletar histórias de vida, o pesquisador se interessa pelas experiências e interpretações do sujeito do mundo em que ele vive, enfatizando o valor

da história própria dele, cumprindo etapas "(...) para garantir que a história de vida abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente" (1993, p. 102). Com relação à importância de se analisar histórias de vida a partir das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias experiências e comportamentos, Becker enfatiza que "(...) para entender porque alguém tem o comportamento que tem é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si (...)" (BECKER, 1993, p. 103).

Dessa forma, na pesquisa em questão, foram recolhidas, por meio do uso de gravação pelo aplicativo WhatsApp, histórias de vida de seis participantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, por meio de entrevistas individuais. A técnica de entrevista, no presente estudo, está associada ao método de histórias de vida, e, como ferramenta metodológica de pesquisa qualitativa, pressupõe processo de interação entre o entrevistador e o entrevistado, com objetivo de se "(...) recolher valores, opiniões, sentimentos e experiências, maneiras de entender a interpretação que produzem de sua própria situação" (ALONSO, 2016, p. 12).

Para Lima, o grande obstáculo ao se usar entrevista como método é a tentativa dos entrevistados em criarem empatia ou dar respostas esperadas pelo entrevistador, o que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas: "Para enfrentar esses desafios, há diferentes formatos de entrevista: estruturadas, semiestruturadas e abertas. Suas diferenças consistem no grau de estruturação prévia do roteiro de perguntas da entrevista" (2016, p. 27).

Nesta dissertação, optou-se pela utilização de entrevista semiestruturada para a condução da mesma, seguindo roteiro de questões ordenadas principais e específicas, porém, com liberdade para incluir outras questões. Exemplos de questões do roteiro: (i) história do grupo; (ii) relação com o lugar onde vive; (iii) principais desafios como mulher, com abertura do que poderia surgir nestes encontros.

Além de entrevista, foi utilizada a metodologia de rodas de conversa em combinação com o método de histórias de vida. Seguindo esta técnica, as mulheres do grupo são dispostas em uma roda, na qual são "(...) atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade (...) portanto, na roda, a fala é compreendida como expressão de modos de vida" (SAMPAIO et al., 2014, p. 1301). Por conta da

pandemia e do cancelamento da ida ao campo, optou-se por fazer essa roda online, pela ferramenta Google Meet.

As rodas de conversa também possibilitam que as mulheres produzam e ressignifiquem saberes sobre o coletivo a partir de narrativas de experiências em comum: “A roda de conversa, do ponto de vista da complexidade, dá liga a questões aparentemente separadas, a fim de que partes e todo sejam captados como facetas de um mesmo objeto, que em si mesmo é complexo e contraditório, duro e utópico: os condicionantes sociais e a realidade a ser (re) construída” (SAMPAIO et al., 2014, p. 1301).

Para Becker, o processo social é um contínuo observável que, por meio desta metodologia, pode evidenciar detalhes, ou seja, peças pertencentes a esse processo:

(...) ao qual nossos dados devem se referir em última análise, se quisermos que tenham valor teórico e não somente operacional e de vaticínio. Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência (BECKER, 1993, p. 110).

Assim, na visão deste autor, uma contribuição fundamental que a metodologia de história de vida pode trazer para a pesquisa é que ela dá sentido à noção de processo da formação do ato individual, no qual a conduta pessoal é reformulada, continuamente.

2.1.3 Entrevistas online

Como relatado anteriormente, a ida ao campo, na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, com o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer foi cancelada por conta da pandemia de Covid-19. Portanto, foi utilizada metodologia para recolhimento de dados online para a realização da dissertação, como entrevistas e coleta de informações complementares com as mulheres do grupo por Google Meet, e-mail e WhatsApp.

A possibilidade de se utilizar ferramentas online para pesquisas em ciências sociais e humanas só tem sido possível pela Revolução Digital ocorrida na virada do milênio que, por fatores como iniciativas de organização em rede de grupos, de instituições, de empresas e o aumento da mobilidade virtual de grande parte da população, provocou profunda modificação no cenário das pesquisas (NICOLACI-DA-COSTA; ROMÃO-DIAS; DI LUCCIO, 2009).

Com relação à pesquisa qualitativa, na qual há a interpretação do pesquisador da interpretação que os sujeitos produzem de suas práticas, buscando compreender a lógica das interações do grupo de mulheres, suas experiências, valores e atitudes, o conhecimento produzido por meio de análises é incerto, pela característica peculiar desta metodologia, já comentada neste capítulo.

Ao se compreender especificidades do estudo qualitativo aliadas a transformações decorrentes da introdução de novas tecnologias no dia a dia das pessoas, percebe-se que um paradoxo passou a vigorar dentro deste contexto geral: "(...) um estado de mudanças constantes que gera sucessivas levas de indagações" (NICOLACI-DA-COSTA; ROMÃO-DIAS; DI LUCCIO, 2009, p. 36), e, com elas, a importância de saber questionar, refletindo sobre novas estratégias de investigação ou métodos de análises que conduzam o pesquisador ao desenvolvimento e análises dos resultados de sua pesquisa.

As ferramentas online citadas foram sugeridas às integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer como metodologia para a coleta de informações e dados após pré-campo presencial para que escolhessem aquela ou aquelas que se sentiam mais confortáveis e familiarizadas em utilizar. Assim como no caso da utilização de entrevistas presenciais, no caso das entrevistas online foi construído roteiro antes de dar início à coleta de dados. Importante enfatizar que já foi utilizado dispositivo WhatsApp para exploração inicial antes do pré-campo, por meio de conversas informais com uma das integrantes do grupo.

Após a coleta dos dados, os depoimentos foram salvos na íntegra, como arquivos de textos, para posterior análise. Já os discursos gravados, por meio do envio de áudios pelo WhatsApp ou por conversas no Meet foram posteriormente transcritos para análise. "Também à semelhança do que acontece quando as entrevistas são presenciais, a interpretação dos depoimentos coletados baseia-se na identificação das irregularidades, padrões e outros aspectos recorrentes" (NICOLACI-DA-COSTA; ROMÃO-DIAS; DI LUCCIO, 2009, p. 42).

2.1.4 Documentos como fontes de pesquisa

Um documento impresso, digital ou audiovisual pode ser fonte de informação já produzida sobre determinado assunto: "(...) os documentos apontam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua

qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los." (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 167). Para esta dissertação, foram levantadas informações documentais sobre o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer solicitadas às próprias mulheres e à instituição parceira, a Rede Xique-Xique, impressas e digitais, além de fotografias que registram momentos históricos do grupo.

Com relação ao emprego de imagens fotográficas na pesquisa, os autores Bauer e Gaskell (2017) discutem algumas aplicações para as mesmas, como, por exemplo, para documentar e investigar natureza específica de uma mudança histórica, por meio de fotografias realizadas "(...) em intervalos regulares, dos mesmos lugares" (BAUER; GASKELL, 2017, p. 141), para que se mostre uma espécie de antes e depois. A fotografia pode ser usada, também, como material para se analisar história oral, servindo como "(...) desencadeador para evocar memórias de pessoas que uma entrevista não conseguiria, de outro modo, que fossem lembradas espontaneamente, ou pode acessar importantes memórias passivas, mais que memórias ativas, presentes" (BAUER; GASKELL, 2017, p. 143). No caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, foram enviadas algumas imagens por integrantes do grupo de encontros, viagens e ações no assentamento, que, para elas, são importantes de serem mostradas.

Também foram realizadas pesquisas de documentos digitais em sites de instituições como o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária; a Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; e ASA - Articulação do Semiárido; em busca de informações e dados sobre assentamentos rurais no Nordeste, características geográficas e climáticas da região de Mossoró, no Rio Grande do Norte, informações que retratem dados populacionais e indicadores de desenvolvimento, entre outras.

2.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA

Com objetivo de desenvolver uma base para o desenho da pesquisa, elaborar questões e associar hipóteses, foi realizada pesquisa exploratória de abril a dezembro de 2019, envolvendo levantamento bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico foi efetuado na Plataforma de Periódicos do Portal Capes, com utilização das combinações de palavras-chaves a seguir: assentamento Mulunguzinho; grupo

de mulheres decididas a vencer; rede xique-xique; mulheres; gênero; socioambiental; semiárido; natureza. Os resultados podem ser observados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Matriz de Análise Preliminar.

Matriz de Análise Preliminar		
Nome do artigo	Autores (as)	Resumo
Desenvolvimento local e Qualidade de vida na percepção de agricultoras no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN.	GUEDES MAIA, Zildenice Matias; STRADIOTTO SIQUEIRA, Elisabete; ROZENDO, Cimone.	(...) Investigar a percepção de agricultoras familiares residentes no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN sobre qualidade de vida no campo, procurando identificar que tipo de modelo de desenvolvimento está presente em tal concepção (...)
Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do grupo produtivo Mulheres Decididas a Vencer.	MOMO, Denise Cristina.	(...) Compreender as relações de gênero, no âmbito da agricultura familiar, a partir da inserção de mulheres em EES, no Assentamento de Mulunguzinho (Mossoró/RN). O referencial teórico está fundamentado nos conceitos de Economia Solidária, Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Empoderamento. A pesquisa tem caráter qualitativo e exploratório, realizada através de estudo de caso no Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. (...)
A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede	CASTRO, Mariana Pereira de.	Esta pesquisa apresenta um estudo de caso cujo objetivo é descrever os saberes produzidos no

Xique-Xique.		<p>processo de auto-organização de grupos de mulheres da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, em municípios do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma análise sócio histórica e econômica das categorias discursivas de termos como 'mulheres', 'trabalho', 'família' e 'história', assim como da capacidade de transformação social que estes saberes apresentam.</p>
Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada	RIOS, Pedro Paulo Souza; DOS SANTOS BASTOS, Adson; DA ROCHA BARROS, Edonilce	<p>(...) Apresentar e discutir as relações de gênero e a invisibilidade da mulher nas práticas sociais e culturais ao longo do processo histórico (...) Os sujeitos da pesquisa foram as assentadas do Assentamento Nova Canaã, Pindobaçu - Bahia. Constatou-se, no assentamento, que há um emergir social, sinalizando para a necessidade de novos modelos de tratamento das questões de gênero, nos quais as mulheres saiam da invisibilidade histórica e assumam o protagonismo das suas próprias histórias.</p>
Agroecologia e gênero: perspectiva socioambiental no assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN	GUEDES, Zildence Matias; MARTINS, JC.	<p>Numa perspectiva socioambiental, o modelo de agricultura convencional tem se mostrado insustentável. Diante da necessidade de novos caminhos para as famílias rurais, a agroecologia dispõe de</p>

		<p>estratégias de base técnico-científica para o desenvolvimento rural sustentável. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os aspectos socioambientais e econômicos das práticas agroecológicas no assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN, por meio da experiência do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. (...)</p>
<p>O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço.</p>	<p>TEIXEIRA, Mylene Nogueira.</p>	<p>Através do conflito social é possível observar a transformação do sertão-semiárido pernambucano. (...) No passado foram as desvantagens climáticas e a inhóspita natureza local que impulsionaram a organização social desse território. Atualmente, é a valorização do semiárido, a riqueza do bioma caatinga, que provoca sua transformação. (...)</p>
<p>Vulnerabilidade e adaptação da vida às secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos</p>	<p>LINDOSO, Diego Pereira</p>	<p>(...) O objeto de estudo é a vulnerabilidade e adaptação da produção rural familiar no Semiárido. O objetivo central é compreender como os sistemas rurais familiares são afetados e respondem à variabilidade climática e a eventos extremos de seca. (...)</p>
<p>A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária.</p>	<p>DANTAS, Isolda.</p>	<p>A história da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária confunde-se com a história da organização das mulheres na região oeste do Rio Grande do Norte. Sua</p>

		<p>fundação teve a participação de vários grupos com experiência de produção coletiva e que buscavam um espaço de comercialização que atendesse às necessidades de seus projetos produtivos.</p>
<p>Climatic characteristics of the 2010-2016 drought in the semiarid Northeast Brazil region.</p>	<p>MARENGO, José; LINCOLN M; ALVALA, Regina; CUNHA, Ana Paula; BRITO, Sheila; MORAES, Osvaldo.</p>	<p>This study discusses the climatological aspects of the most severe drought ever recorded in the semiarid region Northeast Brazil. Droughts are recurrent in the region and while El Nino has driven some of these events others are more dependent on the tropical North Atlantic sea surface temperature fields. The drought affecting this region during the last 5 years shows an intensity and impact not seen in several decades in the regional economy and society. (...)</p>
<p>Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.</p>	<p>SILVA, Roberto Marinho Alves da.</p>	<p>(...) A pesquisa buscou analisar as principais concepções e alternativas de intervenção regional, apreendendo as suas relações com os diferentes paradigmas de desenvolvimento (...) Conclui-se que a sustentabilidade do desenvolvimento exige que as proposições e as práticas sejam contextualizadas, considerando as especificidades da realidade onde irá incidir,</p>

		considerando as suas várias dimensões: ambiental, econômica, política, social e cultural (...).
Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul – PR.	SILVA, F. R. F	A lógica produtivista e mercadológica dominante no processo de modernização do campo, reforçada por políticas neoliberais, além de causar danos ao meio ambiente, modificou os processos de produção e consumo do alimento e aumentou a pobreza e a exclusão social, sendo as mulheres as mais afetadas nesse processo. No entanto, dentro desse cenário, vêm surgindo novas estratégias, como a agroecologia e a economia solidária, que estão possibilitando às famílias agricultoras camponesas continuar resistindo e existindo no campo, com as mulheres sendo protagonistas dessas políticas alternativas de sustentabilidade. O presente artigo visa refletir sobre a importância da participação das mulheres camponesas em grupos produtivos, que adotam a agroecologia como estratégia de desenvolvimento local, a fim de possibilitar maior inclusão da questão de gênero nessa discussão. (...)

Como observa-se na matriz acima, pesquisas nacionais com temáticas relacionadas ao Grupo de Mulheres Decididas a Vencer são rarefeitas, bem como aquelas que dizem respeito a relação entre gênero e mudanças socioambientais, especificamente, no semiárido nordestino.

2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após a realização das entrevistas, foi realizada a transcrição cuidadosa das mesmas e posterior análise dos dados, que se iniciou pela leitura deste material e registros feitos na visita de reconhecimento ao campo. Em um segundo momento, foram escolhidas categorias dos dados empíricos e teóricos: (1) Ser mulher; (2) Rede de dependências; (3) Convivência com natureza e território; e organizada uma seleção de trechos considerados relevantes para a pesquisa.

Para a presente dissertação, foi utilizado método de análise de conteúdo dos trechos a partir da sua distribuição nas categorias citadas. Uma vez agrupadas unidades de análise referentes aos temas da pesquisa, estas foram analisadas "(...)" em função de sua situação no conteúdo, em função do conjunto dos outros elementos aos quais veem-se ligados e que lhes fixam o sentido e o valor" (LAVILLE; DIONNE; 1999, p. 217).

Na opinião de Laville e Dionne, este não é um método rígido, mas "(...) um conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação - alguns dirão reconstrução - do sentido de um conteúdo" (1999, p. 216). De acordo com estas autoras, a pesquisa de temas pode melhor aproximar o pesquisador do sentido do conteúdo:

"(...) pois ele se vê obrigado a construir suas unidades de análise a partir de sua compreensão desse conteúdo. Alguns censurarão o caráter subjetivo das inferências necessárias, ao que se pode retorquir que toda análise compreende uma parte de interpretação em que o pesquisador explicita o que ele entende dos resultados obtidos" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 217).

Na pesquisa, houve a utilização de questões norteadoras para a coleta de dados e posterior análise das informações que "(...) tem uma segunda função, a de interpretar os fatos não cogitados, rever ou afinar as hipóteses, para que, ao final, o pesquisador seja capaz de propor modificações e pistas de reflexão e de pesquisa para o futuro" (Gerhardt; Silveira, 2009, p.58). Algumas informações coletadas, cujo conteúdo é analisado em pesquisa, são as transcrições das falas das entrevistas,

depoimentos e documentos, procedimentos que, de acordo com De Souza Minayo, Deslandes e Gomes (2011), relacionam significantes com significados. Para eles, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem (DE SOUZA MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011).

O momento de análise e interpretação de dados gerados pela pesquisa qualitativa é a etapa final do processo investigativo, no qual o pesquisador ancora-se "(...) em todo o material coletado e articula esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica" (DE SOUZA MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 81).

CAPÍTULO 3 RESULTADOS

3.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO

3.1.1 Contextualização histórica da região

O estado do Rio Grande do Norte é localizado na região nordeste do Brasil e é composto por 167 municípios. Grande parte de sua área geográfica faz parte do semiárido brasileiro (cerca de 90%). A ocupação dessa região se iniciou no período colonial, com a instalação de latifúndios e formação de oligarquias e sistemas de poder no oeste potiguar (CASTRO, 2014). Analisar processos políticos do início da ocupação europeia no Nordeste é importante para se compreender melhor o surgimento de experiências em áreas rurais, como é o caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, analisado nesta pesquisa.

A região onde hoje está delimitado o estado do Rio Grande do Norte era habitado pelos índios Potiguara, pertencentes à Matriz Tupi, antes da chegada dos portugueses, que se instalaram, principalmente no litoral, no início do processo de colonização, o que ocasionou grande resistência dos indígenas a essa ocupação e a ocorrência de várias batalhas (CASTRO, 2014).

Castro evidencia os três focos de investimento econômico dos colonizadores na região. O primeiro deles foi a indústria açucareira, que foi motivadora para o desenvolvimento da economia pecuária, já que abastecia a economia açucareira com animais de transporte, tração, corte, couro, etc. Já o segundo foco de expansão da ocupação da região na época colonial foi pela procura por pedras preciosas no Rio São Francisco e Paraíba, com instalação de fazendas para a criação de gado e início da formação de grandes latifúndios. O último movimento nessa região se deve à ocupação holandesa no Brasil, com colonizadores e suas famílias ocupando parte do sertão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará: "Assim, a colonização do semiárido se deu com a implantação de grandes fazendas de gado às margens de rios e vales, como um sistema econômico dependente da economia açucareira, vulgos 'matutos', em nível de subsistência, devido às asperezas do clima" (CASTRO, 2014, p. 26).

Além da pecuária e agricultura de subsistência, os colonizadores passaram a investir no cultivo do algodão a partir da segunda metade do século XVIII, tornando-

se um dos principais produtos de exportação (CASTRO, 2014). Já neste período, começaram os primeiros problemas dos colonizadores com as secas da região, com migração de parte da população para áreas mais úmidas, como litoral e agreste. "Preocupado com o despovoamento do Nordeste, o Rei de Portugal passou a emitir ordens de fixação de seus colonizadores na região, obrigando-os ao plantio de alimentos para a época de estiagem e realizando distribuição de alimentos em períodos de longa seca" (CASTRO, 2014, p. 27).

Tem início, portanto, uma política de "combate" a seca, após o fim da colonização portuguesa, com distribuição de alimento e perfuração de poços: "A relação entre organização social, propriedade da terra, poder político e o que veio a ser conhecido como a 'indústria da seca' resulta no que ficou cunhado nacionalmente sob o termo coronelismo" (CASTRO, 2014, p. 27). Os coronéis passaram a ser os novos proprietários de grandes extensões de terras no Nordeste, onde, também, passam a estabelecer o domínio político local, percebendo as sucessivas secas da região como oportunidade de manterem sua produção e lucros, mesmo em épocas de estiagem, recebendo auxílios governamentais (CASTRO, 2014).

Entre as principais ações desenvolvidas nos períodos do Império e da República no combate à seca estão a perfuração de poços e construção de açudes. "No entanto, a maioria dessas construções foi realizada em terras privadas, beneficiando grandes e médias propriedades" (CASTRO, 2014, p. 28). Em meados do século XX, o governo começa a investir em estratégia para modernizar a economia nordestina, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para a concessão de crédito ao desenvolvimento da indústria: "No entanto, nas primeiras décadas de operação do banco, as concessões acabaram favorecendo as oligarquias políticas da região" (CASTRO, 2014, p. 37).

Em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para analisar a raiz do "subdesenvolvimento" do Nordeste com relação à industrialização, com objetivo de tirá-lo do "atraso": "Com sua proposta de industrialização, a Sudene visava tornar o nordeste uma região mais autônoma, o que lhe rendeu forte oposição das oligarquias agrárias regionais, que expressavam seu descontentamento com a prioridade do projeto da Sudene com a industrialização e com as propostas de mudanças estruturais na economia nordestina" (CASTRO, 2014, p. 38).

Em 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra no governo João Goulart para tratar da política da reforma agrária, com investimento em fruticultura irrigada. Nas décadas de 1980 e 1990, o modelo agrícola adotado foi o de modernização técnica e gerencial, mas sem alterações na estrutura social: "Prospera a visão do agronegócio como melhor alternativa para o desenvolvimento do campo, e passam a gozar de investimentos e incentivos aqueles empreendimentos de maior porte, em geral pertencentes às mesmas famílias oligarcas que organizaram a região desde o período colonial" (CASTRO, 2014, p. 39).

3.1.2 O município de Mossoró

O município de Mossoró está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do Brasil, pertencendo à mesorregião do Oeste Potiguar e à microrregião homônima. Localizado em Bioma Caatinga brasileiro, que é considerado o principal e maior ecossistema desta região, e em área de clima semiárido (MARACAJÁ, 2003). Este bioma sofre influência de um valor anual médio de precipitação pluviométrica de até 500 mm anuais, o que nem sempre corresponde a uma estação chuvosa que garanta o sucesso de atividade econômica da agropecuária, característica da região, como explica Da Silva et al (2010, p. 26): "(...) podem ocorrer períodos prolongados de estiagem, que se intercalam com episódios de chuvas mais intensas, ocasionando a conhecida 'seca verde', que também afeta negativamente a produção agrícola e a disponibilidade de forragem para os animais". Já a vegetação é do tipo xerófila, com estratos arbóreo-arbustivos e presença de cactáceas e bromeliáceas, adaptada a lugares secos e semidesérticos, estendendo-se por 75% da área do Estado do Rio Grande do Norte (DE PAIVA BESSA; DE MEDEIROS, 2011).

Figura 3: Delimitação do Semiárido.



Fonte: Site da Sudene. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: ago. 2021.

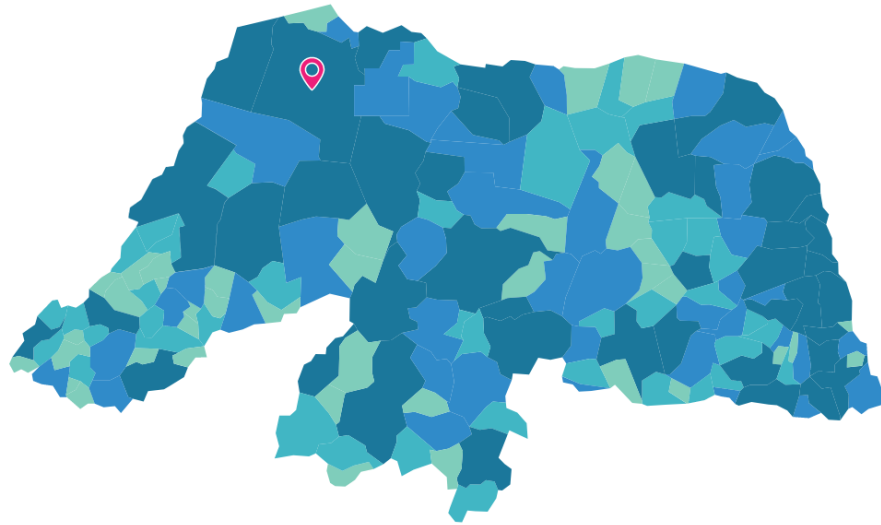
No dia 15 de março de 1852, o povoado de Santa Luzia de Mossoró passou a categoria de Vila, através do Decreto Provincial de nº 246, sancionado pelo Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Rio Grande do Norte. A cidade de Mossoró foi criada em 1870 e a origem do seu nome remete aos índios Monxorós, que viviam na região¹⁵.

A cidade fica entre as capitais Natal e Fortaleza (CE), distante 278 e 245 km, respectivamente e possui área total de 2.110,207 quilômetros quadrados, o que lhe dá o título de maior município do estado do Rio Grande do Norte, em termos de extensão territorial¹⁶. Com relevo predominantemente plano, sua formação é composta pela Depressão Sertaneja/São Francisco, pela Chapada do Apodi, por planícies fluviais e por depressões sublitorâneas, e os principais rios que cortam o território mossoroense são o Rio Apodi e o Rio do Carmo.

¹⁵ Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/paginas/historia>. Acesso em: 03 ago. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/paginas/geografia>. Acesso em: 03 ago. 2021.

Figura 4: Localização de Mossoró no mapa do RN.



Fonte: Site IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em: ago. 2021.

Pelos dados do último censo do IBGE, Mossoró possui uma população de 259.815 pessoas. Com relação à condição de produtores agropecuários em Mossoró, a maioria é produtor individual proprietário ou coproprietário de terras tituladas coletivamente, sendo, a maioria deles, do sexo masculino (1.439), sendo do sexo feminino 507 destes. Com relação à escolaridade, a maioria possui ensino fundamental, tem entre 45 a 55 anos, e se consideram da cor parda¹⁷.

3.1.3 O assentamento Mulunguzinho

Esse capítulo foi desenvolvido por meio de relatos orais da liderança do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, Francisca Eliane de Lima (Neneide), e pesquisas documentais sobre o local. O assentamento Mulunguzinho está localizado na área rural da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e surgiu em 1991, quando um grupo ocupou a terra, que era de um proprietário. Antônia Ozanete de Lima, a mãe de Neneide, produzia em um assentamento chamado "Favela", que era divisa com essa terra, que, depois, passou a se chamar assentamento Mulunguzinho.

¹⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

Antônia e o companheiro, padraço de Neneide, começaram a ocupar esta terra para produzir junto com as outras pessoas - essa ação não fez parte de movimento social, como dos MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹⁸. Nesse meio tempo, eles foram "colocados para fora" pelo morador da terra diversas vezes porque o grupo sempre voltava.

Em 1992, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte desapropriou a terra – pagando um valor ao dono da terra - e as pessoas que a ocuparam puderam começar a produzir no local, com ajuda de um crédito concedido pelo governo para que as famílias pudessem começar a se estruturar para produzir nos seus lotes.

Em 2006, começou a agrovila, que existe até hoje. Antes, o assentamento era composto por casas feitas de taipa, método de construção onde se utiliza barro e madeira para a construção de moradias. As famílias viviam como em um acampamento, a estrutura do local veio depois.

Depois de quase 10 anos da ocupação, é que as famílias receberam o primeiro título da terra para pagar. Enquanto isso, as famílias ficam em negociação com o Governo para ele pagar a terra ao dono. Quando o Governo desapropria a terra, ela passa a ser ocupada por um tempo, até as famílias terem condições de pagar ao Governo as terras, por parcelamento. Em Mulunguzinho, as famílias estão no processo de pagamento do título da terra, e já tem o documento provisório. Quando terminarem de pagar, recebem o título permanente da terra. De 2019 até maio de 2021, o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (Incra) expediu 158.172 títulos provisórios e definitivos para agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária. E a meta, até o fim de 2021, é emitir pelo menos mais 50 mil documentos. Ao terem a posse da área, provisória ou definitiva, as famílias passam a ter acesso a linhas de crédito para investimento em infraestrutura e custeio da atividade produtiva, e podem participar de programas de assistência técnica e das políticas de apoio à comercialização e aquisição de alimentos¹⁹.

¹⁸ O movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, e, por meio dele, cerca de 350 mil famílias organizadas conquistaram terras por meio da desapropriação de latifúndios e posterior assentamento rural. <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 set. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/06/incra-emitiu-mais-de-158-mil-titulos-de-terra-para-assentados-da-reforma-agraria-desde-2019> Acesso em: 13 set. 2021.

Com relação à quantidade de assentamentos rurais no Brasil e regiões, de acordo com dados do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária²⁰, refere-se aos números a seguir:

Brasil: 9.374

Semiárido do Brasil: 2.246

Rio Grande do Norte: 298

Semiárido do Rio Grande do Norte: 275

Mossoró (RN): 34 - onde está o maior número de assentamentos do RN

3.2 HISTÓRIA DO GRUPO DE MULHERES DECIDIDAS A VENCER

Esse capítulo foi produzido por meio de levantamento em que foram ouvidas as integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer: Neneide, a liderança atual do grupo, e Maria José da Silva Alves, Francisca Lourdes da Silva (Neguinha), primeira liderança, quando o grupo foi formado. O grupo atua no assentamento Mulunguzinho, localizado na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, desde 1995, quando quatro mulheres do assentamento, Neguinha, Rosângela, Lucinha "de Jaime" – que não mora mais no assentamento - e Antônia Ozanete de Lima foram convidadas por Manuel Fumaça que, na época, era presidente do Sindicato da Lavoura de Mossoró, para participarem do Primeiro Encontro de Trabalhadoras Rurais, representando as mulheres do assentamento. O Encontro foi promovido pelo Sindicato em parceria com o Centro Feminista 8 de Março²¹.

Essas mulheres foram escolhidas por serem sócias do sindicato, que é ligado à CUT – Central Única dos Trabalhadores²² e à FETARN - Federação dos

²⁰ Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

²¹ O Centro Feminista 8 de Março (CF8) é uma Organização Não-Governamental que iniciou suas atividades em 1993 por meio de ações para a instalação da Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN. Essa intersecção visava sensibilizar a sociedade ante a problemática da violência contra a mulher. Atualmente, a instituição desenvolve ações alicerçadas em três elementos: feminismo, organização e formação, com objetivo de fortalecer organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais, oferecendo apoio, assessoria e formação em gênero aos grupos de mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região. Disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 13 Set. 2021.

²² A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira com objetivo de organizar, representar sindicalmente e dirigir reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, para melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 13 Set. 2021.

Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte. Neste evento, Neguinha convidou o Centro Feminista para oferecer oficinas a mulheres do assentamento Mulunguzinho, explicando sobre assuntos que foram trazidos pelo Primeiro Encontro de Trabalhadoras Rurais, e sobre saúde e direito das mulheres. Na época, as mulheres moravam em lotes, não existia a agrovila, e foram de carroça convidar as mulheres para participarem da primeira reunião. No mesmo ano, em 1995, logo após essa reunião, surge o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

Figura 5: Neguinha e Neneide, participando de feira com produtos do grupo em Brasília, em 2007.



Fonte: Arquivo pessoal da Neguinha.

As reuniões aconteciam em um galpão que existia no assentamento ou na casa de algumas mulheres. O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer era composto de 35 mulheres, chamado de "grupão", que, mais para frente, se diferenciou do chamado "grupo produtivo". A partir dessas reuniões, as mulheres começaram a reivindicar seu direito de participar das decisões sobre atividades do assentamento, que eram realizadas nas assembleias de moradores. Com isso, se tornaram sócias do assentamento e puderam decidir, por meio de voto, sobre, por exemplo, a distribuição de crédito do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar²³ para estruturação e produção nos lotes.

²³ O Pronaf é um programa do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento - que oferecia financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, para geração de renda e melhora do uso da mão de obra familiar.

Figura 6: Imagem do “grupão”.



Fonte: Arquivo pessoal da Neguinha.

Figura 7: Imagem de certificado recebido pelo grupo, que ganhou o primeiro lugar em competição com 33 cidades do mundo, e prêmio de 500 dólares, em 2003.



Fonte: Arquivo pessoal da Neguinha.

Também após essas primeiras reuniões no assentamento, as mulheres começaram a participar de outros encontros de trabalhadoras rurais, que aconteciam

sempre de dois em dois anos. Um desses encontros foi em 1999 e teve como tema "Geração de renda para as mulheres". Apenas Neguinha compareceu ao evento, representando o grupo de Mulunguzinho. Na época, ela participava da Coordenação Oeste de Trabalhadoras Rurais, cujo papel era capacitar comissões de mulheres nos sindicatos rurais de cada cidade, com relação a vários assuntos como direito da mulher, saúde da mulher, movimento sindical, e liderança. Com isso, mulheres formadas começaram a atuar como representantes das comissões de cada cidade não havendo necessidade, portanto, um tempo depois, das coordenações, já que, no final, cada cidade tinha sua liderança.

Figura 8: Lulu, Neneide, Bibia, Neguinha e Maria (esquerda para a direita), grupo de produção das hortaliças.



Fonte: Arquivo pessoal da Neguinha.

No evento, havia vários grupos de mulheres que viviam e produziam alimentos em outros assentamentos da região e também organizações que financiavam grupos produtivos. Uma dessas organizações era a ONG Garden Brasil, que financiou o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer na produção. Para isso, essas organizações ouviam cada grupo que se apresentava no encontro.

Para decidirem sobre que tipo de produção iriam fazer, as mulheres do grupo decidiram conhecer algumas experiências para entender o que deu certo e o que não deu. Além disso, o grupo contou com o suporte de técnicos para decidir que tipo de produção iria seguir, todos contratados pelo Centro Feminista para darem assessoria ao grupo, e também capacitação.

3.2.1 Fases da produção do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

Criação de galinhas

Primeiro, pensaram na criação de galinhas, mas viram que não iria dar certo.

“Com as galinhas, é assim: se entrar três pessoas para trabalhar com elas, tinham que ser só aquelas três e a gente era um grupo de nove mulheres. Tinha que ser aquelas três porque, se entrar alguém diferente, elas suspendem a postura, e a gente ia ter prejuízo. Então, se fossem só três pessoas elas iam ficar muito sobrecarregadas e as outras, iam fazer o que? Então decidimos não investir” (Neguinha).

Algumas mulheres já criavam galinhas em seus quintais, mas, no caso da produção, teria que ser feita em um local maior, como um aviário:

“Percebemos que não podiam ser muitas de nós para cuidar dessa produção porque se entrassem mais de três no aviário, elas se estressariam e não colocariam ovos. Além disso, elas tinham que tomar água filtrada, não podiam ouvir barulho, senão não produziam. Então, percebemos que não seria boa essa produção para nós” (Neneide).

Produção de doces

Depois, as mulheres tentaram produzir doces, mas não deu certo porque no assentamento existe uma área coletiva que iria ser voltada para fruticultura irrigada, que iria ser cuidada pelos homens, mas que, até hoje, não foi utilizada por nunca ter tido água suficiente no poço para a irrigação, então, essa área nunca foi produtiva para isso. Hoje, as mulheres utilizam meio hectare desta terra para a criação de abelhas, e algumas pessoas no assentamento utilizam parte também da área para produção de sequeiro, que é de milho e feijão.

Cultivo de hortaliças

Em 1999, as mulheres começaram a produção de hortaliças, em uma terra dentro do assentamento doada pelos sócios para as mulheres, encerrando em 2010. Das 30 mulheres que faziam parte do grupo, o chamado "grupão", apenas nove decidiram tocar a produção e, ao final de 10 anos de trabalho na horta, restaram sete integrantes no final da produção. Nequinha já tinha conhecimento sobre esse tipo de produção, adquirida na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, pois a mãe

plantava horta, e outras integrantes do grupo também tinham experiência com produção de horta nos seus quintais. Com isso, o grupo decidiu investir em atividade de agricultura agroecológica, produzindo vários tipos de alimentos em um só local, para consumo da família e para venda, seguindo a lógica da agroecologia, com diversidade na produção em sistema integrado, de base ecológica, sem veneno ou adubação química, utilizando produtos do próprio assentamento como adubo, como esterco de gado e caprino.

Figura 9: O grupo tinha acabado de fazer picles de cenoura e beterraba. Neneide está com o livro de ata, junto com Neguinha, Lulu, Bibia, Maria e Joana (esquerda para a direita).



Fonte: Arquivo pessoal da Neguinha.

Figura 10: Alguns produtos do grupo comercializados em feira.



Fonte: Arquivo do grupo.

Na área da horta foram produzidos alimentos como coentro, cebolinha, tomate, pimentão, alface, pimenta-de-cheiro, beterraba, cenoura, rúcula, rabanete, salsinha, pimenta malagueta, pepino, quiabo, chuchu, berinjela, abobrinha, jerimum-de-leite, e

produção de frutos como mamão. O trabalho da horta ocorria das 5hs às 10hs e das 15h30 às 17h30 e as mulheres possuíam um sistema de férias uma vez por ano, no qual cada uma tinha direito a 15 dias de férias.

Para a venda dos produtos, o grupo criou a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra – APT, espaço de articulação entre produtores e produtoras de área de assentamentos e consumidoras e consumidores dos municípios vizinhos a Mossoró, para decidirem sobre produção e comercialização. Assim, uma vez por semana, o Grupo passou a entregar hortaliças na sede do Centro Feminista e os consumidores pegavam os produtos lá. Mas, quando a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária²⁴ foi criada, em 2004, a associação deixou de existir, e a rede se tornou o espaço de comercialização local deste e de outros grupos da região.

Figura 11: Produtos comercializados pelas mulheres, em feira.



Fonte: Arquivo do grupo.

A produção de hortaliças contava com um sistema de irrigação que retirava água de um poço localizado dentro de um assentamento vizinho, mas que estava disponível para o assentamento Mulunguzinho. Porém, não era suficiente para irrigar toda a área do lote e o gasto de energia era muito alto para se fazer isso. Quando a água era cortada, as mulheres tinham que buscar em um açude para complementar a irrigação. Com isso, o grupo solicitou ajuda financeira de instituições, como o Centro

²⁴ A Rede Xique-Xique é fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que, atuando em diferentes áreas, luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade. Disponível em: <http://redexiquexique.resf.com.br/> Acesso em: 16 set. 2021.

Feminista e a ONG Visão Mundial²⁵ para reativação do poço com mais estrutura para atender à produção da horta. Porém, houveram alguns furtos dos cabos e transformador do poço, inviabilizando a continuidade da horta. Então, em 2010, as mulheres decidiram suspender a produção de hortaliças.

Caprinovinocultura e apicultura

Entre 2005 e 2006, frente aos problemas já enfrentados para manter o fornecimento de água à horta, as mulheres decidiram iniciar atividade de apicultura e caprinovinocultura em paralelo, em um sistema de produção integrado: com os caprinos, o grupo usava esterco para adubar a horta, terreno onde também podiam criar abelhas, que fazem processo de polinização das flores. Para a compra de equipamentos para a criação dos caprinos, as mulheres utilizaram recursos de projeto da Petrobrás, em parceria com a Rede Xique-Xique, e suporte de uma técnica agrônoma fornecida pelo Centro Feminista.

Durante o processo de criação das cabras, o grupo enfrentou um período de seca que durou 5 anos, e, com isso, os animais não tinham pasto suficiente para alimentação. Assim, as mulheres distribuíram as cabras entre elas para criarem em seu próprio lote de terra. Com o tempo, perceberam que os animais estavam morrendo, então, descobriram que estavam comendo pasto venenoso, uma planta que nasceu nos lotes.

Sobre a criação de abelhas, esta foi iniciada por algumas integrantes do grupo, que aprenderam a atividade com outro coletivo feminino da cidade de Tiradentes, em Minas Gerais. Para aprender a manejar abelhas e fazer a colheita do mel, as mulheres contaram com recursos do Centro Feminista, a partir de projeto em colaboração com a Organização Não-Governamental Suíça Genève Tiers Monde²⁶ e a AACC/RN (Associação de Apoio às Comunidades do Campo/RN)²⁷, que enviou técnico para capacitá-las na atividade. Foram instaladas dez caixas de abelhas, em 2006, e, em 2012, esse número alcançou 32 unidades. Hoje, por conta de outro período de estiagem, ocasionando a não floração para alimentar as abelhas, o grupo reduziu o número de unidades para dezenove caixas com enxames. O mel produzido é

²⁵ A Visão Mundial atua desde 1950 como organização não-governamental cristã em mais de 100 países, desenvolvendo programas e projetos nas áreas de proteção, educação, incidência política e emergência. Disponível em: <https://visaomundial.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 18 set. 2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.getm.ch/fr/>. Acesso em: 18 set. 2021.

²⁷ Disponível em: <https://abong.org.br/associadas/aacc-rn/#>. Acesso em: 18 set. 2021.

consumido pelas famílias, comercializado na Rede Xique-Xique e também faz parte do programa do Governo Federal chamado de Compra Direta Local da Agricultura Familiar²⁸, no qual o governo compra mel do grupo e distribui em comunidades carentes do RN.

Figuras 12 e 13: Colheita de mel por integrantes do grupo.



Fonte: Arquivo do grupo.

Em 2013, por conta do corrente período de seca, as mulheres desenvolveram nova técnica de manejo das colmeias para atravessar a escassez de água e a ausência de flores, preservando a criação. Quando ocorre a última colheita do mel, as mulheres separam parte dele para produzir uma “garapa” – mistura de água com mel – que garante a alimentação e hidratação das abelhas, mantendo-as nas colmeias. O período da safra do mel é no inverno, entre abril, maio e junho. No período de seca, as mulheres cuidam das abelhas para elas ficarem e, no outro ano, poderem produzir mel novamente.

Poupança Gold

²⁸ O Compra Direta Local da Agricultura Familiar é uma ação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, através do Ministério da Cidadania. É executado pelo Governo do Estado, em parceria com as prefeituras municipais. O Programa compra os alimentos da agricultura familiar e faz a distribuição por meio de doação para diversos programas e equipamentos públicos e da sociedade civil, que atendem pessoas em situação de dificuldade de acesso ao alimento e que estão em situação de risco e vulnerabilidade nutricional e alimentar. Disponível em: <http://emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=147313&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL> Acesso em: 19 set. 2021.

Em 2010, ano em que o Grupo de Mulheres encerrou suas atividades na horta coletiva, iniciou uma poupança coletiva chamada Gold – Grupo de Oportunidade Local e Desenvolvimento, metodologia indiana trazida pela ONG Visão Mundial através do Programa de Desenvolvimento de Áreas – PDAs, do Rio Grande do Norte. O Gold é inspirado nesta metodologia que significa “mãos com mãos”. Nos grupos do RN que tinham áreas de desenvolvimento do PDA foi apresentada a metodologia e um deles foi o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. Três pessoas são responsáveis pela poupança, todas do Grupo de Mulheres: Ivoneide, Ivonete e Rosângela, a Bibia, e, todo sábado, o grupo se reúne na casa de alguma integrante, no assentamento Mulunguzinho.

Figura 14: Reunião das integrantes do Gold.



Fonte: Arquivo do grupo.

O Gold é uma poupança onde se coloca um real por semana ou o valor que cada pessoa pode contribuir, a mais – seria um valor variável -, se aguarda de dois a três meses para juntar um dinheiro e ele é emprestado a um dos integrantes. Se alguém quiser sair do grupo, todo o dinheiro investido é devolvido depois que se arrecada, pois, como sempre há um empréstimo, o dinheiro não fica parado, e a pessoa só pode entrar novamente depois de um ano.

O dinheiro que pegam emprestado, na maioria das vezes, é para sanar necessidades da família, usando-o para fazer muro da casa, emplacar moto, pagar dívidas, comprar geladeira, fogão, alimentos, roupas, calçados, medicamentos, dentre

outros. Uma pessoa pega emprestado por vez e só faz um novo empréstimo quando o valor é pago.

Quando se recebe um empréstimo, as parcelas para se pagar possuem 2% de juros, então, quando a pessoa faz um empréstimo, ela paga o valor mensal mais o valor dos juros. E são eles quem “alimentam” a poupança. Cada participante tem uma caderneta de poupança, indicando quanto cada uma colocou, tanto com relação a valor fixo e variável. De dois em dois anos, o grupo divide os rendimentos entre todas, fazendo um sorteio onde, em cada mês do ano, uma sorteada recebe a sua parte do rendimento da poupança, vindo dos juros acumulados.

Além da poupança solidária, o grupo possui mais outras duas poupanças. Uma delas foi criada, inicialmente, para pagar o título da terra, mas como já pagaram, hoje esse dinheiro inserido é para alguma emergência. A outra é para eventos, onde são colocados dois reais por mês para festas na comunidade ou para ajudar outras pessoas.

3.2.2 Situação do grupo na pandemia de Covid-19

Com a pandemia de Covid-29, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer passou a vender mais por conta do suporte da Rede Xique-Xique que, também, contou com parcerias, como a da Fundação Banco do Brasil²⁹, que convidou a rede para produzir quatro mil cestas básicas de agricultura familiar para distribuição a famílias necessitadas.

Figura 15: Reunião do grupo para entrega de equipamentos por meio de projeto da Fundação Banco do Brasil.



Fonte: Arquivo do grupo.

²⁹ Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/>. Acesso em: 19 set. 2021.

“Estamos com um novo contrato firmado com a Fundação Banco do Brasil, em que a rede vai fornecer 1.850 cestas e as mulheres do grupo de beneficiam disso porque parte dos produtos faz parte da produção delas. Além da Fundação, outras instituições, como o Centro Feminista, também estão comprando cestas da rede para distribuir. Vejo, também, que a procura pelo tipo de produtos que comercializamos, naturais, aumentou” (Neneide).

Durante a pandemia, o grupo conseguiu, por meio do projeto “Governo Cidadão”³⁰ junto à Rede Xique-Xique, a construção e gestão de uma unidade de polpa no lote em que costumava ter a horta coletiva. A unidade ainda não está funcionando porque está em processo de credenciamento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento³¹ – MAPA - para conseguir implementar um selo de regularização da produção. A unidade de polpa está no assentamento Mulunguzinho porque o grupo de mulheres já forneciam polpa para a Rede Xique-Xique antes, mas que não era dentro dos padrões de certificação, mas por meio de miniestrutura caseira para congelar e armazenar as frutas para a produção de polpas.

Figura 16: Unidade de polpa no assentamento Mulunguzinho.



Fonte: Arquivo do grupo.

Com a nova estrutura, todas poderão aumentar a produção e comercializar polpas em outros mercados. As polpas também receberão uma certificação de produto orgânico pela Rede Xique-Xique que, por sua vez, é credenciada pelo MAPA

³⁰ Projeto que tem como meta contribuir, em cinco anos, com as mudanças no cenário socioeconômico do RN, através da implementação de ações com foco na redução das desigualdades regionais, além de apoiar ações de modernização da gestão pública para prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Disponível em: <http://www.governocidadao.rn.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2021.

³¹ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 19 set. 2021.

para oferecer as certificações. Apesar da unidade ser gerenciada pelas mulheres do Grupo Decididas a Vencer, outros grupos de mulheres da região, pertencentes à Rede Xique-Xique, também poderão utilizar o espaço para produção de polpa.

Figura 17: Unidade de polpa vista sob outro ângulo.



Fonte: Arquivo do grupo.

Figuras 18 e 19: Grupo trabalhando na Unidade de Polpa.



Fonte: Arquivo do grupo.

Sobre a distribuição, as mulheres conseguiram comprar um carro para entregar as polpas. Além das beneficiárias da unidade de polpa, as mulheres querem contratar pessoas para trabalhar junto com elas, para que cada uma tenha sua equipe,

alternando os dias de produção. Para a produção de polpa, as mulheres estão participando de cursos de capacitação pelo SENAI-RN³².

3.3 O PERCURSO NO PRÉ-CAMPO

A última pesquisa desenvolvida com foco no Grupo de Mulheres Decididas a Vencer foi em 2013, com título "Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Grupo Produtivo 'Mulheres Decididas a Vencer'", de Denise Momo. Por isso, foi realizado levantamento, em abril de 2019, sobre a situação do grupo, com conversa informal com colega jornalista de Mossoró, que passou o contato da então assessora de imprensa do Centro Feminista 8 de Março, uma das instituições apoiadoras do grupo de mulheres.

A assessora de imprensa passou o contato de telefone da liderança do grupo, Neneide Viana, que poderia, também, ser contatada por aplicativo de WhatsApp. O primeiro contato que tive com ela foi em abril de 2019, por esse aplicativo e, na ocasião, perguntei se o grupo estava atuante, o que estava fazendo em termos de produção agroecológica – até então essa era a informação que eu tinha a respeito da principal atividade do grupo, baseada nos outros trabalhos acadêmicos sobre ele. Continuei as conversas com Neneide até que, em outubro de 2019, decidi fazer a visita ao campo, como pré-campo, aproveitando que iria passar Natal e Ano Novo em Natal. Uma amiga que mora em Mossoró, também ia passar as festas de final de ano em Natal e disse que eu poderia voltar com ela pra Mossoró logo depois do ano novo e ficar na casa dela uns dias.

Pegamos a estrada, aproximadamente 4hs de viagem, e a fama da cidade de que é muito quente, não se concretizou no meu primeiro dia, que foi em 2 de janeiro de 2020. Muito vento na casa dessa minha amiga, agradável. Tive a impressão de que isso pudesse mudar nos próximos dias, mas não aconteceu. Tinha dormido pouco de um dia para o outro, talvez pela ansiedade de não saber o que iria encontrar no pré-campo ou de como seria meu encontro com a liderança do grupo, Neneide Viana.

³² Disponível em: <https://www.rn.senai.br/>. Acesso em: 19 set. 2021.

Figura 20: Pico do Cabugi.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

No caminho, foi interessante observar as paisagens. Fazia tempo que não entrava em contato com essa, especificamente. Casas muito simples na estrada, paisagem seca dos pastos, a beleza de alguns montes ao longo da estrada. Um dos principais dele é o Pico do Cabugi, referência importante para mim por ser muito bonito e simboliza muito o interior do RN. As casas mais simples retratam bem a realidade do Nordeste, tinha esquecido de como era. Casas de tijolos e telhas aparentes, muitas delas sem reboco, pequenos currais, com criação de bois, e entradas para cidades próximas de Mossoró.

Ao chegar na cidade, às 10hs do dia 2 de janeiro, entrei em contato com Neneide Viana, que é a liderança do grupo, falando que estava em Mossoró, e perguntando quando poderia encontrá-la. Ela me disse que estava em recesso até o dia 5 de janeiro. Ela disse que talvez tivesse uma reunião do grupo no dia 4 de janeiro e que seria uma boa oportunidade para conhecer as mulheres e também o assentamento.

Fiquei pensando sobre a proximidade entre elas, já que Neneide comentou que não tinha conseguido falar com elas no último final de semana para confirmar a reunião. Seriam mesmo próximas para precisarem de um encontro físico para confirmar uma reunião? Não se falariam sempre? Não moram no mesmo lugar, não seria próximo? Se elas moram no mesmo assentamento, na minha visão, as mulheres seriam próximas e até vizinhas. Então, a percepção que tinha de assentamento poderia estar errada. O território poderia ser bem maior e as casas bem mais espalhadas do que imaginava inicialmente.

Figura 21: Antiga sede da Rede Xique-Xique.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

O assentamento rural que imaginava era de famílias que moram próximas, que uma cuida da outra, que uma ajuda a outra, mas, me parece que, pelo relato rápido de Neneide por telefone, ela não encontra com as mulheres frequentemente, então, talvez tenha proximidade com uma ou com outra. No dia 4 de janeiro, liguei para Neneide e combinamos o encontro no dia 6 de janeiro, às 8h30, na Rede Xique-Xique, espaço de comercialização solidária em que as mulheres do grupo comercializam seus produtos.

Figura 22: Neneide na antiga sede da Rede Xique-Xique.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Neste dia, pedi um uber às 8hs da manhã para me deixar na Rede Xique e, ao chegar lá, percebi que era em uma casa, no Centro da cidade, perto do Parque da Cidade. A casa tinha uma placa identificando a rede. Ao chegar lá, chamei Neneide no portão, ela veio abrir para mim, dei um abraço nela e disse que era bom conhecê-la pessoalmente, vínhamos conversando desde abril de 2019 sobre a possibilidade de se fazer essa pesquisa no assentamento Mulunguzinho. Entrei, ela se sentou em uma mesa de plástico, coberta por uma toalha florida de tecido, vermelha com flores amarelas, ela estava com um laptop. Adriano, que trabalha na rede, ofereceu café, eu aceitei. O interior da casa estava desarrumado, pois as pessoas que trabalham lá estavam de recesso por aproximadamente 20 dias.

Neneide é alguém que resolve muita coisa na rede. Ela é muito demandada, estava sentada na mesa e toda hora era chamada pelas outras pessoas que trabalhavam lá. Tem estagiários na rede, todos de universidades, que estão fazendo pesquisas sobre algum tema ligado à rede. Neneide tem 2 filhas e um filho. A mais nova trabalha com ela na parte administrativa da rede e estava no escritório com a filha, e uma filha do meio, que eu conheci assim que cheguei, merendeira de uma escola, e que estava com os dois filhos. Ela estava preocupada porque não tinha com quem deixar as crianças. Como elas estão de férias, ela combinou com a outra merendeira que um dia ela ia e no outro a outra ia. Só que a outra merendeira resolveu tirar férias e ela ficou aflita sem ter com quem deixar as crianças. Perguntei do marido e ela disse que o primeiro marido faleceu e o segundo está com ela, mas ela não tinha com quem deixar as crianças. Ela ia deixar uma criança na casa da avó e outra na casa da nora.

Neneide comentou que, neste dia, iríamos no assentamento para eu conhecer. Ela não chamou de assentamento, mas de agrovila, em alguns momentos. Outro nome que ouvi ela chamando o assentamento foi de sítio. Fomos almoçar antes em um restaurante no centro de Mossoró, eu, Neneide e a filha dela do meio. Estava bem quente e abafado. Minha amiga de Mossoró já havia me alertado que os piores horários seriam entre meio dia e duas da tarde. Antes do meio dia a gente já estava caminhando e a filha estava me contando como era difícil as crianças estarem de férias porque ela não tinha com quem deixar e que para ela era muito difícil. Depois do almoço, Adriano foi buscar eu e Neneide no restaurante para irmos ao assentamento, que fica no caminho do município de Serra do Mel, no RN. Entramos na BR304, em direção à Natal, depois entramos em outra estrada, caminho de Serra

do Mel, para, então, entrarmos em uma estrada de terra, no meio da caatinga, para se chegar até o assentamento.

Figuras 23 e 24: Imagens da estrada e uma das entradas do assentamento Mulunguzinho.



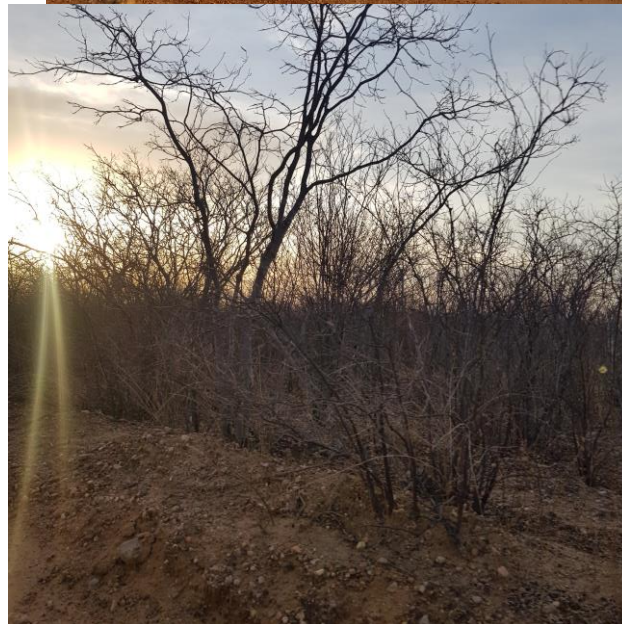
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Neneide comentou que, antigamente, a estrada de Serra do Mel era de barro, e foi asfaltada. No caminho, vimos cabras atravessando a estrada, e perguntei à Neneide se isso era comum, se elas não se perdiam, porque estavam “sozinhas”. E ela disse que não, que os animais dão uma volta e retornam para a fazenda deles, eles sabem como voltar. E achei interessante isso que ela falou. Ela comentou no carro, com o Adriano, que eu havia perguntado se o assentamento era todo fechado: “Ela nunca foi num assentamento”, comentou, rindo. Perguntei se o assentamento era cercado e ela disse que cercados só os lotes, mas que o assentamento era aberto. E eu questionei se não seria perigoso, por ser aberto, e ela disse que não, são 102 famílias morando.

Ao entrar na rua de areia em direção ao assentamento, percebi que ela é bem esburacada, com pedras no meio do caminho. Me senti entrando no “clima” do semiárido, muito marrom, galhos secos. Nesse momento, Neneide falou assim: “Na época de chuva, todas essas plantas vestem uma roupa nova, elas não ficam sempre secas não. Elas não estão mortas, estão despidas”. Ela disse que as plantas estão desse jeito como uma medida de proteção. Como não tem chuva, elas se protegem, se resguardam, e ficam sem folha. Na época da chuva, no verão, fica tudo verde, é

outra paisagem, parece que se está em outro lugar. Ela disse que estão se “preparando” para a época de chuva, a partir de março.

Figuras 24 e 25: Exemplo de lote no assentamento e da paisagem sem folhas da caatinga.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Pouco depois de termos entrado nessa estrada de terra, Neneide me fala que, “aquilo tudo” – apontando para uma vastidão de terra - era o Mulunguzinho, e realmente era bem grande. Ela disse que cada família tem direito a 20 hectares de terra para plantar, além do terreno da casa. Percebi que as casas do assentamento eram espalhadas. O encontro para conhecer as mulheres do grupo foi na casa da mãe de Neneide. Ao entrar na casa, a mãe dela comentou que foi pintada, ela não gostou,

e pintou de novo, ela mesma. Conheci as mulheres no terraço da casa. Me ofereceram café e peguei um copo de água também, o que causou estranhamento na mãe de Neneide, que disse: “Valha, ela toma café com água quente... menina, isso faz mal... olhe, conheço um homem aqui que morreu, viu, fazendo isso”. Tranquilei ela, explicando que não precisaria ser ao mesmo tempo, o que não a convenceu. Mais tarde, tomei vitamina de seriguela.

Figuras 26 e 27: Casa da mãe de Neneide e mulheres reunidas no terraço.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Depois de conhecer as mulheres, andei um pouco pelo assentamento, que não é asfaltado, é todo de chão de terra batida. Apesar do calor que senti assim que cheguei, no início da tarde, ao cair da tarde o clima estava agradável, com sombra e

vento. Sem barulho, só o dos animais. Combinei com Neneide de conhecer o terreno onde ficam as abelhas, amanhã, dentro do assentamento.

No dia seguinte, fui para Rede para ir ao assentamento com o Adriano, de carro. Saímos umas 8hs e chegamos às 9hs. O dia estava mais quente. Fui na casa da Neguinha, uma das integrantes mais antigas do grupo e ela estava aguando a horta da casa dela, com muita satisfação.

Figuras 28 e 29: Neguinha aguando a horta e vista da casa dela.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Depois, fomos na casa da Maria para pegar minha roupa de proteção para conhecer o apiário. A Neguinha também cuida das abelhas. Quando peguei a roupa, comentei com a neguinha que não sabia mais se iria porque estava com medo das

abelhas me picarem. Neguinha, então, disse que, nessa época, as abelhas estavam mansas porque não tem flor e nem tem muito mel, e que elas ficam raivas e agitadas quando tem mel. Então, ela enfatizou que não teria problema. Por perceber meu medo, uma hora a neguinha disse, com bastante ênfase: “Você vai sim!”. E riu muito. Eu fui.

Figuras 30 e 31: A pesquisadora com roupa apropriada para conhecer as abelhas e as mulheres indo colocar água para elas.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Antes de irmos ao apiário, a Maria nos serviu biscoitos e vitamina de goiaba, e disse para comermos antes de ir nas abelhas porque estava quente. Fomos num carro Saveiro, fui na frente, no ar, e as mulheres foram atrás. O terreno onde ficam as

abelhas fica dentro do Mulunguzinho e a terra é das mulheres que fazem o cultivo das abelhas. Para entrar no terreno, elas abrem uma porteira com cadeado, com vegetação ao redor amarronzada, seca, alta e esvoaçante. Primeiro, as mulheres levaram água para colocar em um reservatório, dizendo que seria para as abelhas beberem.

Quando chegaram nas caixas das abelhas, as mulheres tiraram algumas caixas para levar. Não tinha muito mel, então, me disseram que, quando está assim, elas pegam um restinho de cera dos reservatórios, derretem, e, espalham nas caixas, fazendo placas com ceras. Com isso, as abelhas voltam aos reservatórios. Elas disseram que só tinham 17 caixas com abelhas, e que, normalmente, têm mais de 20. As abelhas foram embora por conta da seca. Sem água, elas não produzem mel, e também não tem flor para elas polinizarem. Notei no rosto da Neginha uma tristeza quando disse que tinham poucas abelhas.

Notei, também, que o trabalho no campo envolve força corporal, pois as mulheres, por exemplo, levaram os galões de água para encher o reservatório onde as abelhas iriam beber, e também carregaram os caixotes para o carro, dando várias viagens. Vesti a roupa para chegar próximo ao apiário, elas estavam todas com aquela roupa, e era um dia bem quente. Elas disseram que gostavam de trabalhar, de fazer o que fazem. Depois, voltamos para a Rede e, no final do dia, a Neneide e o Adriano me levaram para conhecer a nova sede, em um bairro mais afastado, que estava em obras. Ela se sentiu muito feliz em me mostrar como a sede estava ficando.

Os dias em que visitei o assentamento Mulunguzinho, em uma tentativa de realização de pré-campo, para depois retornar – o que não aconteceu por conta da pandemia da Covid-19 -, foram de muitas boas surpresas. Primeiro, por ter conhecido o que é um assentamento rural, como é estruturado. É um lugar aberto, de chão de terra batida, onde as casas são construídas um pouco afastadas umas das outras, com árvores, hortas e animais em alguns quintais. Também percebi como as mulheres parecem conviver bem entre elas, com o grupo, e com as próprias condições que norteiam a vida delas, tanto climáticas, quanto subjetivas mesmo. O clima é quente e seco, as condições naturais, portanto, nem sempre podem ser favoráveis à primeira vista – talvez a minha, de pessoa que não convive e nem mora nessas condições -, mas que o grupo está sempre buscando alternativas para continuar e sobreviver, apesar das dificuldades.

Figuras 32 e 33: Criação de galinhas da mãe da Neneide e de cabras no quintal da Maria.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 34: Parte das integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Como já mencionado, diante da impossibilidade da realização de campo na pesquisa, por conta de pandemia da Covid-19, foram realizadas roda de conversa e entrevistas individuais, online, pelos aplicativos Google Meet e WhatsApp. A roda de conversa e entrevistas foram marcadas por momentos em que algumas se emocionaram. Foi feita roda de conversa online com 10 participantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, são 13 no total. No início da roda, foi perguntado às mulheres que contassem a história do grupo, e, com isso, foi identificado o que seria

mais importante para elas. Depois, foi perguntado para elas porque o nome do grupo é "Mulheres Decididas a Vencer", e, também, o que significa ser mulher para elas, já que, no nome do grupo aparece a palavra "mulher". E, por último, como elas se sentem morando onde moram, já que há uma perspectiva situada, elas moram em um assentamento, no semiárido nordestino, onde costuma haver seca, por exemplo.

Figuras 35 e 36: Ivoneide e a mãe, Maria, em seus quintais.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

As entrevistas individuais foram feitas com seis participantes do grupo: Ivoneide Alves da Silva Dias (filha de Maria José), Maria José da Silva Alves, Francisca Lourdes da Silva (Neginha), Nara Rafaelle de Lima Viana (filha de Neneide), Francisca Eliane de Lima (Neneide), Rosângela Maria de Oliveira (Bíbia). Estas mulheres, especificamente, foram entrevistadas pois foram elas quem aceitaram ser ouvidas individualmente, quando perguntado no encontro virtual com todas elas. Estas entrevistas foram realizadas e gravadas pelo Google Meet. Na ocasião, foi pedido para as mulheres: contarem suas histórias de vida, o que ela sente em ser mulher, como é a relação dela com a natureza, o semiárido, como ela se sente no Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

3.3.1 As participantes das entrevistas

Ivoneide Alves da Silva

Naturalidade: Baraúna, RN

Data de Nascimento: 26/03/1985

Estado civil: Casada

Endereço: Assentamento Mulunguzinho

Profissão: Agricultora e Serviços Gerais

Religião: Evangélica

Escolaridade: Ensino médio incompleto

Filhos: 2 (12 e 15 anos)

Mora com quem: Esposo e filhos

Maria José da Silva Alves

Naturalidade: Mossoró, RN

Data de Nascimento: 27/02/1964

Estado civil: Casada

Endereço: Assentamento Mulunguzinho

Profissão: Agricultora

Religião: Católica

Escolaridade: 4º ano do ensino fundamental

Filhos: 3 (32, 34 e 36 anos)

Mora com quem: Esposo

Francisca Lourdes da Silva (Neginha)

Naturalidade: Angicos, RN

Data de Nascimento: 07/01/1953

Estado civil: Casada

Endereço: Assentamento Mulunguzinho

Profissão: Trabalhadora rural

Religião: Evangélica

Escolaridade: 1ª série do ensino fundamental

Filhos: 6 (34 a 50 anos)

Mora com quem: Esposo

Nara Rafaelle de Lima Viana

Naturalidade: Mossoró, RN

Data de Nascimento: 27/07/1994

Estado civil: Solteira

Endereço: Mossoró

Profissão: Articuladora territorial de economia solidária

Religião: Católica

Escolaridade: Ensino médio completo

Filhos: 1 (6 anos)

Mora com quem: Filha

Francisca Eliane de Lima (Neneide)

Naturalidade: Mossoró, RN

Data de Nascimento: 24/04/1973

Estado civil: Divorciada

Endereço: Assentamento Mulunguzinho

Profissão: Agricultora

Religião: Não informou

Escolaridade: 2º grau completo

Filhos: 3 (25, 28 e 31 anos)

Mora com quem: Companheiro

Rosângela Maria de Oliveira (Bibia)

Naturalidade: Mossoró, RN

Data de Nascimento: 29/06/1962

Estado civil: Casada

Endereço: Assentamento Mulunguzinho

Profissão: Agricultora

Religião: Católica

Escolaridade: 4ª série do ensino fundamental

Filhos: 3 (32, 37 e 39 anos)

Mora com quem: Esposo

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 SER MULHER

Nesta categoria, está inserido o modo como as integrantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer se veem como “sendo mulher” e de que forma essa construção comum se faz, transformando a relação entre elas e com o meio.

Um dos conceitos desenvolvidos na pesquisa diz respeito à ecologia política feminista que, tradicionalmente, remete a conflitos ambientais e movimentos sociais, com objetivo de luta por “bens comuns”, como recursos naturais, biodiversidade, água pelas mulheres. Porém, o que foi observado no grupo Decididas a Vencer é que as integrantes não se veem como mulheres que pretendem promover grandes mudanças na sociedade de uma forma ampla, mas como promotoras de pequenos movimentos no dia a dia de adaptação e transformação da sua realidade, como forma de resistência.

Nesse caso, é importante utilizar o conceito de resistência trazido por Svampa, cuja ideia central é o ethos comunal, que explica as várias formas comunais e práticas sociais que têm gerado uma lógica social e racionalidade diferentes na América Latina do que o 'desenvolvimento' convencional: "Existem vários experimentos sociais na América Latina trabalhando para garantir esses novos tipos de espaços comunitários - por exemplo, cooperativas de trabalhadores que recuperaram fábricas, espaços auto organizados e o movimento de economia social solidária (SVAMPA, 2013).

Sobre esse tipo de economia, o Grupo de Mulheres estudado faz parte de uma rede de economia feminista solidária, a Rede Xique-Xique. De acordo com artigo de Isolda Dantas³³, nesse sentido, a economia feminista inaugura uma nova discussão na economia, colocando a reprodução humana na centralidade do debate econômico, envolvendo a divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para “a produção do viver”:

O aporte da economia feminista é tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental a nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados com temas legítimos da economia (FARIA; NOBRE, 2003, p.13).

³³ Disponível em: <http://aspta.org.br/article/a-construcao-da-economia-feminista-na-rede-xique-xique-de-comercializacao-solidaria/> Acesso em 22 Set. 2021.

“Sou o que sou hoje por conta do movimento feminista. Porque tive essa formação, sou da economia solidária e da agroecologia, reconhecendo que outra economia existe, não só a formal, do capital. Me fez reconhecer que posso produzir numa base diferente, onde se discute o social, a política, o ambiente” (Neneide).

Outro movimento de resistência das mulheres do grupo dentro dos conceitos de ecologia política feminista e comuns foi quando começaram a construir um modo compartilhado de experiências por meio da horta coletiva, quando passaram a se sentir agricultoras. Para Cristina Vega Sólis (2019), os comuns são uma forma de resistência e recriação da experiência compartilhada em ambientes onde a lógica capitalista tende a monopolizar todas as formas de produção e relacionamento, sendo, uma destas formas, o trabalho reprodutivo e os cuidados, tema central para os estudos e lutas feministas contemporâneas: "Pensar nos bens comuns e no comum deste âmbito tem implicado numa renovação conceitual interessante e, ao mesmo tempo, tem permitido visibilizar e traçar, teoricamente falando, a relação entre diferentes bens comuns, materiais e relacionais, e na reprodução social em condições de crise" (SÓLIS, 2019, p. 51).

“Antes da formação do grupo, éramos donas de casa, e ajudantes dos homens para limpar o terreno e plantar no campo, e também cuidávamos da criação de galinhas e outros pequenos animais, e no cultivo de frutas nos quintais. Nosso trabalho era invisível na agricultura, como se só os homens trabalhassem. Mas, com a formação do grupo, começamos a perceber que não éramos apenas donas de casa, mas agricultoras rurais. A gente trabalhava dupla, tripla, jornada de trabalho porque íamos para o roçado, quando voltávamos, o homem ia tomar banho e deitar, e as mulheres tinham que fazer o almoço ou acordar às 4hs da manhã para deixar os almoços encaminhados” (Neneide).

Ainda sobre o reconhecimento das mulheres como agricultoras, observa-se uma tensão entre esse trabalho produtivo e o reprodutivo. As mulheres só reconheceram e admitiram o trabalho reprodutivo quando viraram agricultoras, quando passaram a produzir e levar a produção para a família e para venda, e a cuidarem, além da casa e dos filhos, da terra e desta produção. A partir disso, passaram a perceber, também, direitos e deveres entre elas e os seus maridos. No

caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, elas não negaram nem um e nem o outro, elas integraram os dois, houve uma composição, e construção deste comum.

“Quando a horta acabou e tivemos que voltar para casa para tentar outras possibilidades nos quintais das casas, a nossa dupla jornada aumentou porque quando saíamos de casa para ir para a horta, era como se a gente estivesse saindo para trabalhar e quando se perde esse direito e se volta para casa, o trabalho doméstico vem junto. Sem contar que esse planejamento não deu muito certo por conta da falta de água e de mão de obra. Mas, apesar de tudo, o grupo nunca perdeu a união que temos e a vontade de trabalhar coletivamente” (Neneide).

Peter Linebaugh, que assina o prefácio da obra de Federici e Linebaugh, "Reencantando o mundo", observa a produção dos comuns no trabalho diário de reprodução - lavar, acariciar, cozinhar, consolar, varrer, agradar, limpar, excitar, esfregar, tranquilizar, tirar o pó, vestir, alimentar as crianças, ter filhos e cuidar dos enfermos e idosos:

Federici nos oferece *Femina communia*. Em sua visão política, não há bens comuns sem comunidade e não há comunidade sem mulheres. Quais são os bens comuns? Enquanto Federici evita uma resposta essencialista, seus ensaios dançam em torno de dois pontos: reapreciação coletiva e luta coletiva contra as formas como nos dividimos (FEDERICI; LINEBAUGH, 2018, p. 16).

“Antes, a gente não tinha essa clareza que a gente tem hoje, de saber que os direitos são iguais, o direito do meu esposo é o meu direito. Se trabalhamos juntos, e eu cheguei em casa primeiro, vou fazendo alguma coisa, se foi ele, ele vai fazendo, se juntar, dividir as tarefas. E é um companheirismo que não é como o homem de antes, que ele dizia algo e era aquilo: chegou em casa, vai comer, se deitar, e a mulher fica naquela luta, que já vem desde às 4hs da manhã” (Neguinha).

Porém, para que uma reivindicação pelos comuns se torne política, é preciso romper ambiguidades e diferenças nas interpretações desse conceito, esclarecendo um ponto defendido por Federici, que é a visão dos comuns de uma perspectiva feminista, que, para ela:

(...) refere-se a um ponto de vista moldado pela luta contra a discriminação sexual e trabalho reprodutivo, é a rocha sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todo modelo de organização social deve ser testado. Esta intervenção é necessária para definir melhor essa política e esclarecer as

condições sob as quais o princípio do comum pode se tornar o fundamento de um programa anticapitalista (FEDERICI; LINEBAUGH, 2018, p. 104).

Ao citar divisões sociais relacionadas a questões de gênero, esta autora refere-se à desvalorização do trabalho reprodutivo ou do “cuidado”, que tem sido um dos pilares da acumulação de capital e exploração capitalista do trabalho das mulheres. Portanto, a construção dos comuns e de uma rede de solidariedade entre grupos, para Federici, deve ter como base uma perspectiva feminista.

Sobre perspectiva feminista, para as mulheres do grupo, essa se dá, também, por terem ganhado “voz” dentro do assentamento e no ambiente doméstico. Para as mulheres, a primeira conquista do grupo no assentamento foi a de algumas delas terem se tornado sócias, tendo, com isso, o direito de participar de assembleias de moradores e de decisões como, por exemplo, de estabelecer como iria ser aplicado um investimento no assentamento. E essa conquista se deveu ao fato de que essas integrantes eram titulares das terras, título que costumava ser apenas dos homens.

“Antes de se tornarem sócias, poucas mulheres participavam das assembleias e, quando isso acontecia, ficavam em um canto, não podiam falar e nem tinham voz. Poucas participava também porque tinham que ficar em casa cuidando dos filhos, pois não podiam leva-los para essas reuniões. Então, por isso também que os homens é quem iam” (Neneide).

O sentimento de ter “voz” também é relatado por Nequinha, durante o I Encontro de Trabalhadoras Rurais, em Mossoró, em que participou, representando o Assentamento Mulunguzinho, justamente por já ter essa “voz” no próprio assentamento, onde era sócia, por ter a titularidade da terra:

“Eu levantei a mão, me chamaram lá para frente. Eu sei que a gente tinha que fazer uma fala como uma pessoa política, como um candidato. E ali eu fiz a minha fala e todas que foram chamadas iam fazendo suas falas também” (Nequinha).

Observa-se, portanto, uma relação dessas mulheres com a questão da equidade nos papéis entre homens e mulheres, porém, dentro do grupo analisado, essa não aparece diretamente como uma “bandeira reivindicatória” como “movimento de justiça social”, como trazido nos estudos de Guétat-Bernard e Prevóst (2016) sobre a realidade da agroecologia feminina brasileira. No grupo, o diálogo entre perspectivas agroecológicas e mulheres acontece enquanto construção de uma realidade comum,

de busca de alternativas de produção, aliado a mudanças de postura no ambiente doméstico, como, por exemplo, trazendo mais diálogo com os maridos com objetivo de chegarem a um consenso sobre direitos e deveres de homens e mulheres.

"As oficinas que tivemos no Centro Feminista sobre direitos e deveres entre homens e mulheres e a importância de dialogar ao invés de 'bater de frente' nos ajudaram muito a mudar de postura com nossos maridos. Ao invés de nos submetermos às vontades deles, passamos a conversar, a dialogar. Antes, a gente pedia pra fazer alguma coisa ou ir a algum lugar, e agora a gente informa, sem brigar, mas dizendo porque é importante pra gente fazer determinada coisa" (Bibia).

"Aprendemos muito com o Centro Feminista e com a nossa integração na Marcha Mundial das Mulheres porque a gente se sente Marcha. Entendemos que ela discute o local e o global, mas que nós, mulheres, passamos pelas mesmas dificuldades e desigualdades dentro dessa sociedade machista e patriarcal. Muitos dos nossos companheiros dizem que o movimento feminista coloca as mulheres para brigar com os homens, mas, pelo contrário. A gente não acredita nisso, mas sim no diálogo" (Neneide).

Apesar de as práticas agroecológicas abrirem espaço para que mulheres possam enfrentar condições de desigualdade e vulnerabilidade nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política, esse tipo de trabalho, na opinião de Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018), que também estudam a relação entre mulheres e agroecologia, por si só, não seria suficiente para "(...) problematizar a invisibilidade e a falta de poder que as mulheres rurais sofrem na sociedade, assim como para encontrar caminhos que ajudem a superar a situação" (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018, p. 62). A questão do poder não tem a ver, apenas, com o patriarcado, mas com toda uma realidade agrária anterior a essa, como, por exemplo, a questão da falta e do controle da água.

Segundo Clement, relações de poder operam, não apenas entre os gêneros, mas nas interseções ou sobreposições deles com esses outros sistemas, moldando, assim, estruturas sociais, políticas e econômicas. Assim, a ecologia política feminista permite uma compreensão mais profunda de como o poder perpetua a desigualdade, tornando visíveis as opressões existentes e identificando novas práticas potencialmente transformadoras (CLEMENT, 2019). Outra questão envolvendo

gênero e ecologia política feminista, abordada por esta autora, é a mudança climática, para ela, assunto chave de ação coletiva multiescalar contemporânea: “A ecologia política feminista ajuda a chamar a atenção para a centralidade da dimensão de poder de gênero, diferença e divisão nos discursos sobre mudanças climáticas e meio ambiente, principalmente em arenas fora da comunidade” (CLEMENT et al., 2019, p. 3).

Para ela, a ecologia política feminista se refere a relações de poder de gênero que não são expressadas apenas em relações opressivas e hierárquicas verticais, mas conexões horizontais que acabam sendo corporificadas emocionalmente entre humanos e meio ambiente. Assim, estas relações de poder são relacionadas com a ecologia política feminista enquanto “(...) processos históricos mutáveis e complexos, que estão moldando as instituições econômicas, sociais e culturais e que contribuem para decisões sociais, políticas e econômicas” (CLEMENT et al., 2019, p. 4).

Pedro e Moreira (2021), trazem uma reflexão sobre o papel da psicossociologia no cenário de crise mundial, como convite para "reconhecimento de esgotamentos e radicais rupturas" nas pesquisas:

"A partir disso, temos sido interpeladas pela premência de nos constituirmos *outramente*, tecendo novos possíveis no campo das intervenções e nos modos de conhecer. Ao mesmo tempo, temos buscado aprender com a ideia de que construir um presente-futuro outro também nos faz olhar as práticas que experimentamos, no passado, reconhecendo aí algumas de nossas heranças. Esse exercício inspira-se não pelo compromisso com a repetição dos mesmos caminhos, mas, sobretudo, pela possibilidade de levar adiante diferentemente o que se herdou, o que envolve necessariamente certos deslocamentos" (PEDRO; DE CASTRO MOREIRA, 2021, p. 5).

Assim, a psicossociologia abre campo de investigação em que não se pode desconsiderar condições concretas da existência e o sentido que os pesquisados dão às suas vidas e ações, aproximando a Psicologia Social da Psicossociologia, como chamamento interdisciplinar: "A partir desses dois movimentos, buscamos afirmar o processo de construção de conhecimentos como potência de criação de mundos, como modo de composição que envolve o estar junto com aqueles que pesquisamos" (PEDRO; DE CASTRO MOREIRA, 2021, p. 8).

4.2 REDE DE DEPENDÊNCIAS

O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer está sendo constituído por vários atores, entre eles, ONGs, técnicos, bancos, governos, em uma rede de dependências

cooperativa que se interconecta, cuja inter-relação é esse “commoning” ou comum que está se construindo no grupo. Com relação à cooperação, Hillenkamp e Nobre (2018) complementam que um fator importante que auxilia grupos de mulheres a se organizarem e resolverem questões concretas que possam ser obstáculos para o desenvolvimento de algumas práticas são as interdependências voluntárias, com participação em grupos locais, redes territoriais ou movimentos sociais, construindo novas formas de cooperação social por meio de práticas de *commoning* ou de “fazer coisas em comum”, baseadas, sobretudo, na solidariedade coletiva: “A solidariedade não é apenas um ‘valor’ de mulheres rurais, mas algo que resulta da ação concreta e das regras que são criadas durante a ação, bem como da solidariedade de instituições parceiras em relação aos grupos” (HILLENKAMP; NOBRE, 2018, p. 186).

Foi através da relação construída entre as mulheres do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer que Neneide conseguiu resolver algumas questões na sua vida, por exemplo, ter continuado os estudos:

“Na época que estávamos na horta, também voltei a estudar para terminar os estudos, em Mossoró. Entrava para o trabalho mais cedo e o grupo bancou muito isso, porque eu passava a tarde sem trabalhar. Por isso que o grupo é quem me dá sustentabilidade até hoje. As pessoas pagam para fazer terapia né? Para nós, a horta era uma terapia porque o encontro da gente fazia com que a gente se abrisse uma com a outra, para contar as dificuldades” (Neneide).

Com relação a essas interconexões, Tsing (2000) ressalta que não há uma construção homogeneizada, mas com constantes mudanças de (etno) paisagens que envolvem e transformam práticas, narrativas e performatividades de indivíduos e grupos com múltiplos pertencimentos, reconfigurando, assim, a si e aos seus próprios movimentos, impulsionando transformações, no sentido de (co) mover. Tsing (2005) também traz o conceito de fricção, “(...) resultado de corpos em movimento que se tocam, por isso, as aspirações universais viajam pelas conjunturas onde há diferenças culturais, formando pontes, estradas, canais de circulação” (TSING, 2005, p.21).

No momento em que Neguinha convidou o Centro Feminista para explicar melhor sobre possibilidades de geração de renda para mulheres do assentamento, durante evento promovido por esta organização, foi para promover transformações neste local que pudessem trazer benefícios às mulheres, e também por ter percebido

que, no I Encontro de Trabalhadoras Rurais já existiam outras mulheres organizadas em outros assentamentos, portanto, ela percebeu que poderia fortalecer essa “rede”, incorporando as mulheres do Mulunguzinho:

“Para que o meu assentamento tivesse algum desenvolvimento, eu tive que fazer essa ponte com o Centro Feminista para que promovessem oficinas sobre direitos, deveres e saúde da mulher, de 15 em 15 dias. O Centro veio para nos incentivar, nos ajudar, a nossa autoestima fica lá em cima. E daí foi da onde surgiu a horta, e elas sempre nos dando a mão, sempre nos ajudando” (Neguinha).

A solidariedade construída nesse processo de “commoning” se consolida por meio de interdependências voluntárias estabelecidas em diferentes níveis, seja com a participação de grupos locais, redes territoriais e movimentos sociais, e esferas, sejam socioeconômicas ou políticas, que auxiliam grupos de mulheres a se organizarem e resolverem questões concretas que possam ser obstáculos para o desenvolvimento de práticas no campo. Para Federici, a solidariedade se constrói a partir do reconhecimento pelas mulheres da agricultura de subsistência como estratégia de defesa contra privatização e reapropriação de terra e defesa da própria comunidade. A solidariedade, portanto, seria um movimento construído pelas mulheres para se manterem na terra e conseguirem produzir por meio de economia de subsistência (FEDERICI, 2019).

No Grupo de Mulheres Decididas a Vencer não há estratégia de defesa contra privatização e reapropriação de terra, como menciona Federici, mas existe um movimento construído por meio dessa rede de dependências, na qual as integrantes estão inseridas, que fazem com que consigam se manter produzindo, mesmo diante de adversidades, por meio da cooperação e solidariedade:

“Antes de começarmos a produção da horta, pesquisamos várias coisas para produzir, com ajuda da ONG Garden Brasil. Visitamos algumas experiências que deram certo e que não deram certo em outros grupos. Até chegarmos ao projeto da horta agroecológica, que durou 10 anos. Às vezes, em dia de colheita, a gente não tinha ainda casa de apoio, então a gente colhia debaixo de sol e chuva as hortaliças, às vezes colocávamos uma lona para cobrir. Cada uma levava um lanche, fazíamos lanche coletivo, levávamos nossos filhos para lá, a gente era muito feliz. Mas depois

que percebemos os problemas com falta de água, começamos a ampliar as atividades e foi aí que começamos a criar cabra e abelhas” (Neneide).

Com relação ao aspecto da solidariedade, na visão de Hillenkamp e Nobre (2018) esta não seria apenas um “valor” de mulheres rurais, mas resultado de ações e regras criadas durante as práticas agroecológicas, bem como da solidariedade de instituições parceiras em relação aos grupos. Ainda com relação a práticas solidárias, Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), enfatizam o atravessamento deste tipo de economia por relações de gênero, uma vez que as mulheres são maioria dentro desse tipo de iniciativa. Para elas, a economia solidária seria baseada na organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio da reciprocidade ou cooperação, tendo como fundamento principal o enraizamento local da ação, considerando a afirmação dos valores locais pelos diversos grupos, por meio da construção de vínculos sociais colaborativos e utilização de recursos disponíveis nas localidades.

O Grupo de Mulheres Decididas a Vencer contou com o apoio de diversos atores para que pudessem (co) construir suas práticas:

“Além do Centro Feminista, tivemos o apoio da ONG Terra Viva, que nos ajudou na distribuição das primeiras cestas de hortaliças, depois, veio a Rede Xique-Xique, espaço de comercialização solidária, em que passamos a entregar as cestas para os clientes na própria sede. A rede foi uma construção coletiva com outros grupos da região. E, em 2010, veio a ONG Visão Mundial nos ajudando na implementação da poupança Gold” (Neneide).

Tsing (2005) também se refere ao termo “arranjo” para mencionar a reunião, a composição, em lugar específico, de diferentes modos de vida e de existência. Utilizando a metáfora musical da polifonia, composta por melodias autônomas que se entrelaçam, destaca como melodias separadas e simultâneas alcançam momentos de harmonia e dissonância. No caso das mulheres do grupo, há uma composição de elementos, pessoas, circunstâncias, instituições, que ajudam essas integrantes a fazerem ressoar suas vozes ao mundo. É por esse motivo que as mulheres, sozinhas, não são responsáveis por essas mudanças, mas por conta dessa rede de

interdependências construída ao longo do tempo, e que, o termo auto-organização, não é aplicado neste caso, mesmo sendo mencionado por Neneide:

“No 1 Encontro de Trabalhadoras Rurais, cada grupo de mulheres se apresentava para falar como se organizava e foi quando eu falei sobre o Grupo Decididas a Vencer, que já contava, na época, com 30 integrantes do assentamento, com algumas já tendo conquistado o direito de serem sócias da associação de moradores. Com essa apresentação, a ONG Garden Brasil percebeu a força do grupo, que já existia uma auto-organização muito forte, e decidiu nos apoiar” (Neneide).

A rede de dependências do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer se estende para grupos vizinhos, em uma dinâmica colaborativa e solidária, a exemplo do que foi estabelecido para a produção de polpa, localizada dentro do Assentamento Mulunguzinho, e gerenciada por estas mulheres, com abertura do espaço para que integrantes de grupos de regiões vizinhas pudessem participar:

“Outros grupos podem mandar polpa. A unidade é um patrimônio da Rede Xique-Xique, e as mulheres do grupo do assentamento Mulunguzinho são beneficiárias, então, elas vão fazer a produção da polpa. Além de usarem as frutas dos quintais, as mulheres do grupo compram as frutas de outros grupos e produzem polpa. Elas vendem as polpas como sendo delas, o dinheiro vai para elas. E as mulheres do grupo estão ganhando cargos para cuidar dessa produção. Ivoneide é a coordenadora da produção e vai receber um salário por isso” (Neneide).

Colocando o comum com os “pés no chão”, Tsing conclui que o comum latente não nos pode redimir. No lugar das reivindicações mais utópicas que orbitam em torno do comum, Tsing é inflexível em termos de aceitar que através de lentes mais-que-humanas, o humano se trata primeiro e acima de tudo de uma “sobrevivência colaborativa”, em um tempo de abandono neoliberal e degradação ambiental: “E os humanos nunca estão totalmente no controle” (2015, p. 255). É possível, entretanto, imaginar o comum mais-que-humano se tornando visível (ao invés de latente) de maneira que possa reconfigurar nossa compreensão da (ecologia) política?

Ao pensar como é feito o sujeito, Latour (2008) leva em consideração coletivos sociotécnicos que fazem o social, que deve ser tomado como algo a ser explicado e

feito não "(...) apenas dos humanos e suas interações, mas emerge como um coletivo heterogêneo, em que é permitido também aos não humanos desempenhar o papel de atores (ou 'actantes'), pois, assim, como os ditos 'atores sociais', estes estabelecem associações e participam do curso da ação, ou seja, também, possuem 'agência' (PEDRO; DE CASTRO MOREIRA, 2021, p. 9).

Com relação à composição de diversos atores, o campo da psicossociologia pode ser submetido à essa problematização, de acordo com Pedro e Moreira, rastreando sua dimensão a cada novo arranjo e entendendo como a psicossociologia pode ser composta local e materialmente: "Isso porque há muitas maneiras de as entidades se agregarem, portanto, não há apenas um, mas múltiplos agregados psicossociais. E para apreender essa composição parcial e variável, privilegamos um 'ver de perto', um olhar que se deixa afetar, que segue as práticas e aposta no que os atores/actantes têm a dizer" (PEDRO; DE CASTRO MOREIRA, 2021, p. 9).

4.3 CONVIVÊNCIA COM NATUREZA E TERRITÓRIO

A relação das mulheres do Grupo Decididas a Vencer com a natureza e o território também faz parte dessa rede de interdependência, transformando e sendo transformadas pelas peculiaridades da região do semiárido e do assentamento, o que faz com que o grupo esteja, constantemente, se compondo com todos esses agentes, humanos e não-humanos, em práticas localizadas de conhecimento, em uma (co) criação de mundo, um *commoning*.

De la Bellacasa usa o exemplo da permacultura para ajudar a comunicar as diferenças fundamentais entre um ethos do cuidado e concepções de ética mais normativas, liberais. O ethos da permacultura atrai, primeiramente, a nossa atenção para "(...) os trabalhos e experiências invisíveis, mas indispensáveis dos seres e recursos da Terra" (DE LA BELLACASA, 2010, pg. 165). Com isso, a autora enfatiza que, reconhecer nossa dependência deste tipo de trabalho descentra qualquer senso da nossa própria agência enquanto nos situa em uma relação com a natureza que não é abstrata, mas sempre material e situada. No caso das mulheres do grupo, a relação com a natureza acontece nas práticas do cuidado com a horta, as galinhas, as abelhas, os caprinos, a polpa, dentro do assentamento, ou seja, situadas, e concretas, assim como o trabalho reprodutivo do cuidado com a casa, a família. Isso é demonstrado no conhecimento construído delas sobre a relação entre processos de

seca e fuga das abelhas, e reconhecem suas limitações com relação ao próprio dinamismo da natureza.

“Na seca, as abelhas vão embora por não ter muita água e nem flor. Por isso, a gente costuma colocar água perto das colmeias, mas não tem o que fazer com relação à falta de flor. Se o inverno for bom, as abelhas entram sozinhas nas caixas de colmeias vazias. Primeiro, lavamos as colmeias para limpar. Depois, fazemos chá de erva cidreira e capim santo bem forte e mergulhamos as colmeias dentro. Colocamos ceras dentro das caixas, deixamos em um canto onde existe passagem de abelha, e elas entram. O chá tem o mesmo cheiro da abelha rainha” (Neneide).

Com isso, as mulheres têm encontrado novas formas de desenvolvimento no território, em que são pensadas outras relações de produção e apropriação da natureza, argumento trazido por Siliprandi (2015) ao apontar conexões entre feminismo e organização de grupos por mudanças socioambientais que tragam melhores condições no campo. Para ela, isso é possível por meio de articulação local e nacional de grupos com base na solidariedade ou interdependências voluntárias que garantam autonomia e sustentabilidade nas práticas e relações das mulheres no campo.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruidor do meio ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais. Em contraposição, propõe-se um desenvolvimento baseado em pequenas propriedades organizadas em regime familiar, que produziriam alimentos e outros produtos por meio de tecnologias ambientalmente sustentáveis, o que permitiria a todas as pessoas que trabalham na agricultura viverem com dignidade e realizarem-se pessoalmente (SILIPRANDI, 2015, p. 293).

No caso do grupo, entender a dinâmica da natureza faz com que as mulheres tomem decisões sobre a produção no território, para que consigam sobreviver ao clima e à falta de água, e a pensarem no que devem investir seu tempo e dinheiro. Quando as mulheres estavam decidindo que tipo de produção iriam investir, veio à discussão a criação de galinhas. Mas, o conhecimento de algumas delas sobre a dinâmica desses animais, logo fez com que desistissem da ideia:

“Sobre as galinhas, elas são assim. Se entrassem três pessoas para trabalhar com elas, tinham que ser só aquelas três, e éramos um grupo de nove mulheres.

Tinham que ser aquelas três porque, se entrasse alguém diferente, as galinhas ‘suspenderiam’ a postura e a gente ia ter prejuízo. E essas três pessoas iam ficar muito sobrecarregadas né? E as outras, iam fazer o quê? Então a gente decidiu a não querer” (Neguinha).

Outro exemplo é a produção de polpa, cujas frutas são guardadas nas épocas de cultivo para serem trabalhadas ao longo do tempo, e, com isso, não depender dos meses de estação de cada uma:

“Com toda dificuldade, as meninas que trabalham com polpa aprenderam a guardar o que dá do cultivo da época. Então, a renda delas não vai diminuir porque o clima está seco. Vai continuar a mesma renda porque elas aprenderam a armazenar. A se manter onde vive com o sistema seco” (Ivoneide).

Como o território em que vivem é muito instável, especialmente, com relação à falta de água, as mulheres aprenderam a conviver com essa peculiaridade da região e, com isso, vêm tentando diversos meios de produção ao longo dos anos, com o apoio de uma rede de dependência:

“Como o assentamento é pobre em água, vivemos em muitos meses do sequeiro, que é o cultivo de alimentos que não precisam de tanta água, como feijão, milho, melancia, abóbora, batata, caju, seriguela, cajarana, e aproveitamos as águas das chuvas para armazenamento, nos quintais, para termos no dia em que faltar. A gente aprendeu a conviver com essa falta de água, com esse semiárido, porque quando tem chuva nós temos a alimentação sobrando, mas quando falta é aquele ‘pinga-pinga’, usamos o pouco de água que temos para aguar, e quando ‘da fé’ a gente está produzindo” (Neguinha).

“O bioma é esse, a caatinga é essa, não vai acabar. Então, a gente aprende, cada vez mais, a se reinventar, a utilizar cisternas nas casas para colher água da chuva, para produção, e também água de reuso. Mas, apesar das dificuldades, é muito legal colher e comer alimentos que você plantou. Para mim, é divino ver a organicidade das abelhas e das colmeias. De saber que tem uma rainha que comanda todas as outras e que chega na colmeia e faz com que todas tenham suas tarefas.

Quem vai limpar, quem vai para campo, quem são as operárias, quem fica pastorando a colmeia, quem fica lacrando, quem vai alimentar a rainha... cada uma tem uma função, para que o enxame tenha uma produtividade” (Neneide).

Além de aprenderem a conviver com a natureza, as mulheres compreendem, também, que existem peculiaridades culturais dentro do próprio território que fazem com que falte água para elas produzirem:

“No semiárido não tem seca, mas a “seca” dos latifundiários, que têm dinheiro. Eles roubam a nossa água por debaixo da gente e a gente não vê. Essas empresas de fora têm poço profundo de 1.000 metros, percebem que a gente passa dificuldades, que não temos as mesmas condições que eles, de manter um tipo de poço como esse, e eles continuam fazendo, roubando água” (Neneide).

Porém, apesar de perceberem que as dificuldades, por exemplo, para o acesso à água, vão além do aspecto climático, as mulheres não constituem esse comum com objetivo de defesa do território ou como mecanismo de luta para que essa questão da água tenha outro desfecho, seja melhor distribuída. Mas, como algo construído, por meio de inter-relações entre agentes externos, numa rede de dependência, também, delas com a natureza e o território:

“Em 2000, começamos a inserir, além de hortaliças, um processo de ampliação das atividades, com criação de cabra leiteira e atividade de apicultura. Nessa época, a gente implantou um sistema de produção rotativo, em que a gente tinha abelhas, que faziam a polinização, as cabras, que forneciam esterco para a horta, tinha comida que sobrava da horta, para as cabras” (Neneide).

Sólis analisa o conceito do comum enquanto demonstração de resistência política dentro do sistema capitalista, que tende a monopolizar as formas de reprodução e relação, e como apontamento de práticas que "(...) buscam construir maneiras conjuntas de experimentar no mundo" (SÓLIS, 2019, p. 50). Na América Latina, as discussões sobre o comum se conectam com uma tradição intelectual própria, segundo Sólis, que vinculam lutas pelas defesas de territórios e como fontes de vidas coletivas em comunidades.

Mas, como já mencionado, as práticas do comum relacionadas a lutas não correspondem à realidade do grupo, que não se configura como movimento social em defesa do território, água, entorno, vida local, ideia compartilhada, também, pelas autoras Roca-Servar e Perdomo Sánches. Para elas, preservar os comuns seria uma maneira de buscar alternativas ao desenvolvimento capitalista moderno, no contexto de crise civilizatória em que nos encontramos, que promove a extração global de matérias primas, especialmente, na América Latina (ROCA-SERVAT; PERDOMO-SÁNCHEZ, 2020).

Este mesmo argumento é compartilhado por Escobar (2008) ao definir o conceito de território enquanto espaço delimitado geograficamente por comunidades como incorporação de seu projeto de vida e como estratégia de defesa contra atividades predatórias e de extração de recursos naturais por grupos que pretendem se apropriar dessa terra. No caso do Grupo de Mulheres Decidas a Vencer não há ameaças de desapropriação de terras no assentamento Mulunguzinho:

“No assentamento, as famílias estão no processo de pagamento do título da terra, e já têm o documento provisório. Quando terminarem de pagar, recebem o título permanente da terra” (Neneide).

No discurso étnico-territorial, o território não é visto tanto em termos de 'propriedade', mas de apropriação efetiva mediante práticas culturais, agrícolas ecológicas, econômicas, rituais. Como tal, o território não tem 'fronteiras' fixas, mas redes porosas com outros territórios vizinhos. Nesse sentido, pode-se dizer que esse tipo de discussão sobre o território nos remete a uma especialidade que não é cartesiana ou euclidiana e certamente não é liberal, todas dependem de uma visão do território como entidade inerte 'realmente existente' independentemente das relações que o constituem; entidade esta que pode ser medida, atribuída à propriedade privada ou transferida entre 'indivíduos' para sua destruição (ESCOBAR, 2014, p. 90).

O Grupo de Mulheres Decidas a Vencer estão sempre em intercâmbio com outros grupos da região para a transmissão de conhecimentos, no caso, quando estavam decidindo que tipo de produção iriam fazer. Além disso, há a relação delas com outros agentes de apoio:

“Tivemos a sorte de ter esse projeto orgânico, de hortaliças, e de contar com a orientação de técnicos para nos ajudar a implementar a produção. Também tivemos a oportunidade de transmitir a outros grupos nosso trabalho, participamos de

capacitações, fizemos intercâmbios, visitando outros grupos de mulheres, e vários assentamentos foram pegando as ideias e colocando em prática” (Neguinha).

A noção de lugar trazida por Escobar também possui uma conotação política, formada a partir da auto-organização de comunidades que, a partir disso, seriam capazes de desenvolver estratégias para uso de recursos naturais e maneiras próprias de delimitação do território. Com relação ao Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, a utilização de recursos da natureza e da convivência com o território passa pela construção comum de suas práticas por meio das conexões de redes de interdependência. Ou seja, não há uma autossuficiência no processo de formação das práticas dessas mulheres e do lugar onde moram, mas um comum que se constitui junto com outros agentes, em uma composição de ações, ideias e movimentos.

Para as mulheres do grupo, o território é compreendido como uma extensão familiar e histórica. Apesar das dificuldades com falta de água, por exemplo, elas não pensam em sair do lugar onde moram:

“Gosto muito do assentamento, minhas raízes vêm daqui. Meu pai veio em 1991 e eu em 1996. Me tornei adolescente, mulher, mãe, tudo nesse território. Meu trabalho depende muito assim da cidade porque eu faço as polpas no assentamento, mas eu e meu esposo levamos para vender na cidade. E minha atividade é muito na cidade, assim como em casa. Quando estamos na cidade e dá cinco horas da tarde eu já quero voltar para o assentamento, apesar de também termos casa na cidade” (Ivoneide).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de insegurança alimentar no mundo, potencializado pela ocorrência da pandemia de Covid-19, aumentou o quadro de fome em apenas um ano, deixando milhões de pessoas sem saber se terão o que comer ao longo do dia. No Brasil, esse cenário é preocupante, uma vez que há incentivo para a produção de alimentos por grandes corporações, que o fazem predominantemente para exportação de *commodities*.

Apesar de preocupante, a fome no mundo já era uma realidade mundial por vários fatores, inclusive, por consequências trazidas pelas mudanças climáticas, que têm trazido ainda mais tensão aos pequenos agricultores e problemas para as lavouras brasileiras. Os produtores familiares são os principais responsáveis pela produção de alimentos aos brasileiros, mais especificamente produtoras familiares do campo. Além de apresentar o estudo de caso do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, o trabalho mostra, também, a potência no meio rural nordestino, especialmente, com mulheres à frente de iniciativas agrárias, como forma de resistência ao modelo monocultor de *commodities*, já demonstrado que causa diversos problemas ambientais, seja na natureza, com a extração de recursos, seja nos territórios com a ocupação de terras antes exploradas apenas por um grupo que respeitava o tempo da natureza e cultivava alimentos para uso da família e excedente para comercialização local.

O grupo de mulheres estudado, assim como outros, que fazem parte de uma grande rede colaborativa, utiliza recursos naturais de maneira integrada. No caso das integrantes do coletivo estudado, sem a utilização de pesticidas ou outros produtos químicos que também podem afetar o meio ambiente. A dissertação contribui, dentro desse cenário, apresentando a existência de um grupo no nordeste que está buscando alternativas de produção em integração com uma rede de apoio, seja a própria natureza e o território, ou diversos atores, ONGs, instituições, projetos governamentais, iniciativa privada, que têm oferecido suporte técnico e financeiro para que o grupo possa permanecer e enfrentar adversidades climáticas, desde a seca e a falta de chuva, até a falta de políticas públicas de segurança, que possam impedir, por exemplo, o furto de todo um sistema de irrigação que havia sido construído e que, com os roubos, impediu as mulheres continuassem com a horta coletiva.

Sobretudo diante da realidade de que mulheres do campo são responsáveis por grande parte da produção de alimentos, apesar de, em grande parte dos casos, não serem reconhecidas como tal, mas como "ajudantes" dos homens na lavoura. O trabalho apresentou que o feminismo para essas mulheres foi a causa para uma "virada de chave", a partir do momento em que se reconheceram como agricultoras e que, dessa forma, poderiam sair de casa ao trabalho, e voltar depois para cuidar dos afazeres domésticos.

Uma das contribuições da pesquisa foi apontar que as mulheres não estão reivindicando a oportunidade de trabalhar para saírem de casa e deixarem de lado os trabalhos de cuidado, mas que essas duas atividades podem conviver juntas. Com essa mudança de percepção, elas passaram a enxergar o feminismo como oportunidade de diálogo com os maridos e, assim, conseguir fazer mais atividades fora do ambiente doméstico por perceber que têm direitos também. O feminismo, no caso delas, se torna uma ponte para dialogar e conseguir fazer outras coisas além do trabalho doméstico, mesmo sabendo que, no caso dos maridos, eles passaram a "ajudar" mais em casa.

Nesse caso, sendo o grupo pesquisado composto totalmente por mulheres, foi apresentado neste trabalho uma nova maneira de se perceber o feminismo, pelo próprio grupo. As integrantes do grupo entram em contato com o termo por meio de algumas iniciativas globais, como, por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres, e oficinas promovidas pelo Centro Feminista 8 de Março, mas o mesmo é encarado mais como uma ponte para se colocar na prática, no dia a dia delas, decisões familiares pela clareza de que elas têm o mesmo direito dos homens de saírem de casa, trabalharem na horta, viajarem, comercializarem os produtos em feiras, participar de encontros com outros grupos de mulheres, e não apenas ficar em casa cuidando do marido e dos filhos.

Essa percepção, trazida a essas mulheres pelas diversas oficinas de capacitação e outros projetos, fez com que elas ganhassem "voz" dentro do assentamento, em sua comunidade, e dentro de casa, com seus maridos. O feminismo é, nesse caso, sinônimo de motivação para pequenas transformações no dia a dia dessas mulheres e que tem trazido várias mudanças em suas vidas.

Vidas tecidas por um comum que não foi dado, mas construído por meio de uma rede de interdependência, um comum coletivo, ao longo de 25 anos de grupo.

Esse comum é fruto de movimentos de encontros comuns, territórios comuns, afetos comuns, com economia solidária e ensinamentos interconectados.

Perceber, também, a maneira como as mulheres do grupo convivem com a natureza e o território, é emocionante. Há um cuidado e respeito pelo meio ambiente, não só no processo produtivo em si, mas, também, porque se conhece as peculiaridades da natureza e do território, por se conviver de perto com ele. A integrantes sabe o tempo das chuvas e o que deve ser plantado ou não, sobre a lógica por trás da produção do mel pelas abelhas, o que faz elas ficarem no território e partir, e, também, maneiras de trazê-las de volta, colocando o “cheiro semelhante ao da abelha rainha” nas caixas de colmeias. Tudo é integrado e essa integração é fruto, não só dos conhecimentos passados pela família, mas, também, pelos ensinamentos técnicos de pessoas de fora do assentamento e de experiências de outros grupos. Por conta de conhecimentos específicos sobre a natureza que, as próprias integrantes puderam dizer “não” a alguns modos de produção, por exemplo, no caso da criação de galinhas. Como eram muitas mulheres, elas teriam que se revezar na criação, e com isso, as galinhas não se “acostumariam” com pessoas diferentes entrando e saindo do aviário. Elas “suspenderiam a postura” e não colocariam ovos. Esse é o comum trazido, também, nesse trabalho, um comum em que fazem parte várias particularidades que (co) constróem as experiências e vivências do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.

Importante ressaltar a contribuição desta pesquisa ao apresentar a interdisciplinaridade entre psicossociologia, ecologia social e ecologia política feminista ao trazer ao campo de investigação condições concretas das vivências das integrantes do grupo e os sentidos que dão para suas vidas e diversas atividades que fazem parte do seu dia a dia, compondo, assim, seus mundos, território, juntas, e com essa rede de dependências. Além dessa rede, houve, também, a construção conjunta entre a pesquisadora e as mulheres, a partir da observação e análise do modo como as integrantes reelaboram suas próprias relações sociais por meio de uma psicossociologia de comunidades que cria condições para uma ecologia social no território.

No início da construção desse trabalho foram lidos outros estudos ou sobre as mulheres do grupo ou sobre a Rede Xique-Xique e, em nenhum deles, se abordava a história dessas mulheres sob o ponto de vista delas. A intenção dessa pesquisa foi contar essa história, os percalços, problemas, motivos de tantas mudanças nas

produções ao longo desses anos, o que elas sentiram a partir disso, como seria a perspectiva do feminismo dentro da realidade delas.

A contribuição dessa dissertação foi ir além do que se apresenta como sendo feminismo, também ao relacionar com território, especialmente, no nordeste brasileiro, sobretudo ao trazer um novo olhar sobre a característica de auto-organização atribuída a maioria dos grupos, especialmente de mulheres. A pesquisa apontou que a construção do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer não foi delas por elas, não foi algo dado, por serem mulheres, por terem lido teorias feministas ou por participarem de movimentos. Mas porque é fundamental se contar com os outros. De fora do coletivo, de dentro, não-humanos. A natureza contribui, as ONGs, os cursos, as oficinas, o clima, as chuvas. O território está lá, o assentamento não foi reivindicado por meio de movimento, mas, por meio de ganho de "voz" entre elas através da tessitura de conhecimentos, que possibilitou que percebessem que poderiam ir além e ainda podem. Ao afirmar isso, não é intenção dessa pesquisa desmerecer movimentos de grupos de luta em defesa de seus territórios, pelo direito à água, alimentos, moradia, ou tantas outras reivindicações importantes. Mas, de trazer luz a perspectivas diferentes, dentro da perspectiva da teoria crítica, de ir além do que comumente é trazido por alguns autores sobre movimentos no campo, sobretudo, de mulheres. A intenção é trazer que as construções coletivas são diferentes, pois as realidades também os são.

A caatinga vai continuar existindo. A seca também. Mas, com apoio e ação coletiva, as transformações podem acontecer, como apresentou esse trabalho. Ponto a se destacar dentro da realidade das mudanças climáticas, cenário que pede a intervenção política e da sociedade para tentar reverter esse quadro a tempo de evitar maiores tragédias ambientais e sociais. Mas que, enquanto isso, há de se sobreviver. E o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer decidiu isso, desde o início. Vencer com ajuda, vencer com possibilidades de construção, vencer com apoio das mulheres, da família, de uma rede de apoio. Sem sair do território, permanecendo nele. Aliás, essa foi uma questão primária no momento de interesse pelo tema: por que permanecer? Com o desenvolvimento e conclusão do trabalho, a pergunta mudou para: por que sair?

Algo novo pode ser construído, sempre, mesmo nos lugares aparentemente sem perspectivas, como o nordeste brasileiro. Há transformações no nordeste, e a satisfação de ver as mulheres do grupo comentarem sobre o trabalho com abelhas,

com polpa e a tristeza em relatarem os motivos de a horta coletiva não ter dado certo, traz a reflexão de que este trabalho pode colaborar como inspiração para trabalhos com outros grupos no nordeste e, porque não, em outras regiões do país.

Motivação para estudar outros grupos que decidiram permanecer e que têm transformado sua realidade socioambiental de maneiras diferentes, a partir dessa insistência em não desistir, mas em vencer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Luciana. **Lições climáticas da pandemia: a Economia não está preparada para a crise ambiental**. MODEFICA. Disponível em: <https://www.modefica.com.br/licoes-climaticas-da-pandemia-a-economia-nao-esta-preparada-para-a-crise-ambiental/>. Acesso em: 10 set. 2021.

ALIMENTANDO POLÍTICAS. **Agricultura é o setor que mais impacta e é impactado pelas mudanças climáticas**. JULHO 2021. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/2021/07/agricultura-e-o-setor-que-mais-impacta-e-e-impactado-pelas-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 23 out. 2021.

ALIMONDA, Héctor; PEREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo (Ed.). **Ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ALONSO, Angela. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. In ABDAL, A.; OLIVEIRA, M.C.V; GHEZZI, D.R; JUNIOR, J.S; (org.) Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016. P 8-21.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Parem de queimar nossos direitos! O que os governos e as empresas devem fazer para proteger a humanidade diante da crise do clima**. JUNHO 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/parem-de-queimar-nossos-direitos-baixenosso-relatorio-sobre-mudancas-climaticas-e-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 10 set. 2021.

ATKINSON, R. The life story interview. In GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. (Org.). **The handbook of interview research: context and method**. London: Sage, 2002, p. 121-141.

BAILÃO, André. 2016. "**Paisagem - Tim Ingold**". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>.

BARDI, Carol. **Lições climáticas na pandemia: frente ao colapso, decrescimento econômico deve virar debate**. MODEFICA. Disponível em: https://www.modefica.com.br/licoes-climaticas-da-pandemia-decrescimento/#.YXM_2BrMLIV. Acesso em: 10 set. 2021.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CARVALHO, Marília Sá; WERNECK, Guilherme Loureiro. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. SCIELO SAÚDE PÚBLICA. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

CLACSO. **La lucha por los comunes y las alternativas al desarrollo frente al extractivismo: miradas desde las ecología(s) política(s) latinoamericanas**. ROCA-SERVAT, Denisse; PERDOMO-SÁNCHEZ Jenni (et al). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020.

CLEMENT, Floriane et al. **Feminist political ecologies of the commons and commoning**. *International Journal of the Commons*, v. 13, n. 1, 2019.

DA SILVA, Pedro Carlos Gama *et al*. **Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos**. Embrapa Semiárido - Capítulo em livro científico (ALICE), 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Common: On revolution in the 21st century**. Bloomsbury Publishing, 2019.

DE LA BELLACASA, M. P. (2010). **Ethical doings in naturecultures**. *Ethics, Place and Environment*, 13, 151-169.

DE LA BELLACASA, M. P. (2012). **'Nothing comes without its world': thinking with care**. *The Sociological Review*, 60(2), 197-216.

DE PAIVA BESSA, Marcos Antônio; DE MEDEIROS, Jacimária Fonseca. **Levantamento florístico e fitossociológico em fragmentos de caatinga no município de Taboleiro Grande-RN**. *Revista Geotemas*, v. 1, n. 2, p. 69-83, 2011.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

DOURADO, Graziela Freitas. **Meios de Vida em um contexto semiárido: Aspectos culturais, sociopolíticos e perceptivos da relação homem-ambiente**. 2015.

ELMHIRST, Rebecca. **Introducing new feminist political ecologies**. *Geoforum*, v. 42, n. 2, p. 129-132, 2011.

ELMHIRST, Rebecca; HIDALGO, Marien Gonzákz. **Ecologías políticas feministas: perspectivas situadas y abordajes emergentes**. *Ecología Política*, p. 50-57, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Editorial Universidad del Cauca, 2019.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, v. 4, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durhan and London: Duke University Press, 2008.

FARIZA, Ignacio; MONTES, Rócio. **Impulsionada pelo Brasil, extrema pobreza na América Latina tem pior índice em dez anos**. EL PAÍS. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html. Acesso em: 23 out. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Re-enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons**. Pm Press, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho. Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GUEDES, Zildenice Matias. **A relação campo-cidade: a busca de um diálogo entre espaço urbano-rural sob a perspectiva da qualidade de vida**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

GUEDES, Zildenice Matias; MARTINS, JC de V. **Agroecologia e gênero: perspectiva socioambiental no assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN**. Revista Verde, v. 5, n. 1, p. 66-76, 2011.

GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Héloïse. **L'agro-écologie au Brésil, un instrument généré de luttes sociales**. L'Ordinaire des Amériques, n. 220, 2016.

HARCOURT, Wendy; NELSON, Ingrid L. (Ed.). **Practising feminist political ecologies: moving beyond the 'green economy'**. Zed Books Ltd., 2015.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. **Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária**. <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-asteorias-feministas.pdf> acesso, v. 28, p. 2016, 2014.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**. Mujeres, tierra y territorio en América Latina, 2016.

LATOUR, B. (2008). **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial.

LAVILLE, Christian; DIONNE Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **The power-full distribution of knowledge in political ecology: a view from the South**. The Routledge Handbook of Political Ecology, p. 64-75, 2015.

LIMA, Márcia. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. In ABDAL, A.; OLIVEIRA, M.C.V; GHEZZI, D.R; JUNIOR, J.S; (org.) Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP, São Paulo, 2016. P 24-40.

MARACAJÁ, Patrício Borges *et al.* **Levantamento florístico e fitossociológico do extrato arbustivo-arbóreo de dois ambientes na Vila Santa Catarina, Serra do Mel, RN.** Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 3, n. 2, p. 25-32, 2003.

MELLO, Patrícia Campos. **Governo brasileiro participa de reunião com negacionistas do clima.** FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/governo-brasileiro-participa-de-reuniao-com-negacionistas-do-clima.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. **"Toda semana os produtos ficam mais caros e corto a lista": viver com o pior salário mínimo em 15 anos.** EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-13/toda-semana-os-produtos-ficam-mais-caros-e-corto-a-lista-viver-com-o-pior-salario-minimo-em-15-anos.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul.** In: Epistemologias do Sul. 2010. p. 637-637.

MIES, María. **La perspectiva de subsistencia.** Disponível em: www.republicart.net, 2005.

MILLER, Daniel. **Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social.** Blog do Sociofilo, 2020. [publicado em 23 de maio de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2.** Brasil, 2016.

MIRANDA DE SÁ, Dominichi. **Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia.** FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MOMO, Denise Cristina. **Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Grupo Produtivo Mulheres Decididas a Vencer.** 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MOREIRA, Sarah; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. **Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil.** In: Sánchez, Gloria & Catacora-Vargas, Georgina & Siliprandi, Emma. (2018). Agroecología en Femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **FAO: trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo.** Brasília. OUTUBRO 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-a-seguranca-alimentar-no-mundo/>. Acesso em: 27 fev 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Mudança climática ameaça segurança das mulheres.** Brasília. NOVEMBRO 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mudanca-climatica-ameaca-seguranca-das-mulheres-diz-unesco/>. Acesso em 27 fev. 2020.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria; ROMÃO-DIAS, Daniela; DI LUCCIO, Flávia. **Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS)**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 22, n. 1, p. 36-43, 2009.

NOBRE M.; HILLENKAMP, Isabelle. (2018). **Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira : contribuição para o debate sobre reprodução social** . In: Sanches Grecco F. (ed.), Da Costa Furno J. (ed.), Oliveira Teixeira M. (ed.) *Economia feminista. Temáticas*, 26 (52), 167-194. ISSN 2595-315X.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães *et al.* **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Análises das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas do Brasil - 1970 - 2018**. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2019/11/OC_SEEG_Relatorio_2019pdf.pdf. Acesso em 23 out. 2021.

OJEDA, Diana. **Género, naturaleza y política: Los estudios sobre género y medio ambiente**. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 1, n. 1, p. 55-73, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2020**. JULHO 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em 23 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **Sistemas alimentares sustentáveis são destaque em nova publicação da FAO**. ABRIL 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1398021/>. Acesso em: 23 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **The state of food and agriculture**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6030e/i6030e.pdf>. Acesso em 23 out. 2021.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2020. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; DE CASTRO MOREIRA, Mariana. **Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de outros mundos possíveis**. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021.

ROSS, Helen. **Feminist Political Ecology: Global Issues and Local Experiences**. Dianne Rocheleau, Barbara Thomas Slayter and Esther Wangari (eds) London and New York: Routledge, 1996. Reviewed by Helen Ross. *Journal of Political Ecology*, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1997.

SAMPAIO, Juliana *et al.* **Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 1299-1311, 2014.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs.). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SATO, Chizu; ALARCÓN, Jozelin. (2019). **Toward a postcapitalist feminist political ecology' approach to the commons and commoning.** International Journal of the Commons. 13. 10.18352/ijc.933.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Editora UFRJ, 2015.

SOLÍS, Cristina Vega. **Reproducción social y cuidados en la reinención de lo común.** Aportes conceptuales y analíticos desde los feminismos. Revista de Estudios Sociales, n. 70, p. 49-63, 2019.

SVAMPA, M. **Economics and the Common (s): From Seed Form to Core Paradigm.** A report on an international conference on the future of the commons. 2013.

THIOLLENT, M.J.M. (1982). **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.** São Paulo: Polis.

TOLA, Miriam. **Composing with Gaia: Isabelle Stengers and the feminist politics of the Earth.** PhaenEx, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2016.

TOLA, Miriam; ROSSI, Ugo. **The common.** Keywords in Radical Geography: Antipode at 50, p. 259-263, 2019.

TSING, A. L. (2015). **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins.** Princeton University Press.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: An ethnography of global connection.** Princeton University Press, 2011.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos).** Traduzido por Filipi Pompeu e Mariana Canazaro Coutinho. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30. p. 366-382, Jul-Dez. 2018.

VASCONCELLOS, Jorge. **Intoxicação por agrotóxicos aumenta com liberação de produtos pelo governo.** CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/01/interna-brasil,780159/intoxicacao-por-agrotoxicos-aumenta-com-liberacao-de-produtos.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Anexos

I. Roteiro de Entrevista para coleta de dados sócio-demográficos do entrevistado

Nome:
 Nacionalidade:
 Naturalidade:
 Data de nascimento:
 Estado Civil:
 Sexo:
 Endereço:
 Telefone para contato fixo e celular:
 E-mail:
 Facebook:
 Profissão:
 Religião:
 Escolaridade:
 Filhos:
 Idade dos filhos:
 Local de moradia:
 Há quanto tempo:
 Mora com quem?
 Já morou em outros lugares? Onde?
 Atividade, ocupação:
 Qual sua renda familiar aproximada?
 Quem contribui para renda familiar?
 Quantas pessoas moram com você?
 Participa de movimentos sociais: ___ Não ___ Sim
 Quais? _____
 Nome da organização?
 Data de início de participação:

II. Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

Informações aos participantes:

- 1) Pesquisa acadêmica **Experiências de mundos comuns: transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.**
- 2) **Convite:** Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“Experiências de mundos comuns: transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer”**. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele

envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

- 3) **O que é o projeto?** Pretende-se desenvolver os seguintes temas: “modos de vida e transformações socioambientais” e “relações com o lugar”, no semiárido nordestino. Toma-se como estudo de caso as experiências de vida das participantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. O projeto visa investigar experiências das participantes do grupo no lugar onde vivem para entender os modos de viver dessas mulheres, transformações socioambientais, e quais sentidos dão as suas práticas. Entre outras atividades, serão realizadas entrevistas abertas e fechadas e escutas de histórias de vida, conforme o consentimento e a disposição das entrevistadas. Para a avaliação de dados coletados, será realizada análise de conteúdos.

- 4) **Por que eu fui escolhido(a)?** O foco da pesquisa são participantes do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN). Serão realizadas conversas informais, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, visitas ao campo. A entrevista é um diálogo em que não existem respostas certas ou erradas. A participação na pesquisa e as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não causar prejuízos ou constrangimento. Caso não seja da vontade da entrevistada para a publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome que não permitirá a identificação dos participantes com a finalidade de preservar o anonimato.

- 5) **Eu tenho que participar?** Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto “**Experiências de mundos comuns: transformações socioambientais do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer**”, você receberá uma cópia assinada deste Registro para guardar e deverá assinar um registro de consentimento. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

- 6) **O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?** A entrevista será gravada (áudio), anotada e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Somente o pesquisador terá acesso aos dados (gravação e transcrição da entrevista). Em conformidade com o art. 28, IV, da Resolução nº 510/16 que estabelece a obrigatoriedade de “manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa”, todos os dados serão arquivados na sede do Programa Eicos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante o período estipulado pela Resolução mencionada.

- 7) **Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?** Para os participantes são mínimos os desconfortos e riscos nesta pesquisa e se

houverem eles estão relacionados com possíveis lembranças de assuntos delicados da vida pessoal. Ressaltamos que não é necessário dar seguimento em questões pessoais constrangedoras ou comprometedoras. E que a participação é voluntária. As entrevistadas poderão interromper a entrevista a qualquer momento, assim como retirar a sua declaração se desejarem, assim como possuem a liberdade de recusar a responder a qualquer pergunta específica. Devido à pandemia do SARS-CoV-2, existem riscos à saúde inerentes a interações copresenciais necessárias à realização de entrevistas. Conforme as "Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEPs durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2" (de 01/04/2020), do Ministério da Saúde: "[a]conselha-se a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa." E ainda: "[e]m observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2, é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho."

8) Quais são os possíveis benefícios de participar? Esta pesquisa visa ampliar e aprofundar conhecimentos sobre experiências de vida do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer e transformações socioambientais no semiárido nordestino a partir de uma visão psicossocial dentro da linha de pesquisa "Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade", do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A linha aborda questões de desenvolvimento e compromissos de sustentabilidade, segundo perspectivas de inclusão social, dinâmicas culturais e construção de cidadania, pensando a ecologia como composição de subjetividades. A pesquisa tem como objetivo investigar experiências no lugar onde as participantes do grupo vivem para entender seus modos de viver, transformações socioambientais, e quais sentidos dão as suas práticas.

9) O que acontece quando o estudo termina? Uma vez que o estudo estiver concluído, você terá acesso aos resultados antes de eles serem publicados em artigos resultantes do trabalho. Se há alguma dúvida com relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo através do endereço que segue abaixo.

Contato para informações adicionais

Helouise Melo Costa (Aluna de mestrado do Programa EICOS, UFRJ)

Programa EICOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, s/n, Urca
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250

Telefones: (21) 39385348
Email: helouisem@gmail.com

Ou

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur, s/n, Urca
Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30
Telefone: (21) 3938-5167
Email: cep.cfch@gmail.com

10. Remunerações financeiras. Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Todas as reclamações ou sugestões serão mantidas em sigilo. É importante que as informações aqui contidas estejam claras. Caso tenha alguma dúvida, estamos à disposição para esclarecê-la a qualquer momento.

Ressaltamos que sua participação é muito importante para a compreensão dos objetivos dessa pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se desejar participar deste estudo, assine o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma cópia destas informações e do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido para seu próprio registro.

1 – Confirmando que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Entendo que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Autorizo que meu nome ou codinome seja divulgado nos resultados da pesquisa, comprometendo-se, a pesquisadora, a utilizar as informações que prestarei somente aos propósitos da pesquisa.

4 - Como participante da pesquisa declaro que concordo em ser entrevistada uma ou mais vezes pela pesquisadora em local e duração previamente ajustados permitindo a gravação, filmagem e/ou fotografar as entrevistas.

5 – Concordo em participar da pesquisa acima.

6 - Dada a dificuldade de cada entrevistada de ter que assinar online, Francisca Eliane de Lima, como representante do grupo assina, abaixo, em nome de Nara Rafaelle de Lima Viana, Maria Antonia de Silva Souza, Ivonete da Silva Alves de Oliveira, Antônia Geruza Pereira Rodrigues, Maria José da Silva Alves, Ivoneide Alves da Silva Elias, Joana Darc Fonseca Rodrigues, Maria José da Silva Elias, Ana Lúcia Santiago da Silva, Rosângela Maria de Oliveira, Francisca Loudes da Silva e Maria de Fátima da Silva Bezerra.

Nome da participante: _____

Assinatura da participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.